



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Linguística I

Volume 2

Ana Paula El-Jaick

Silvia Maria de Sousa

Vanise Medeiros



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Letras

UFF - Livia Reis

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Paula El-Jaick

Silvia Maria de Sousa

Vanise Medeiros

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Marcelo Bastos Matos

Milena Aguiar

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Patrícia Soltello

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Alessandra Nogueira

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

J251

El-Jaick, Ana Paula.

Linguística I. v. 2. / Silvia Maria Sousa; Vanise Medeiros. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.
222 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN 978-85-7648-893-4

1. Linguística. 2. Souza, Silvia Maria. 3. Medeiros, Vanise. I. Título.

CDD 410

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Viegas de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

SUMÁRIO

Aula 12	– Fonema: a trajetória de um conceito _____	7
	<i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 13	– Fonética _____	27
	<i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 14	– Fonologia _____	47
	<i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 15	– A dupla articulação da linguagem _____	69
	<i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 16	– O estruturalismo europeu _____	87
	<i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 17	– O estruturalismo americano _____	105
	<i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 18	– Qual é a relação entre linguagem e cultura? _____	121
	<i>Ana Paula El-Jaick</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 19	– O estruturalismo no Brasil _____	137
	<i>Ana Paula El-Jaick</i> <i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 20	– Forma e substância em Hjelmslev _____	155
	<i>Ana Paula El-Jaick</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 21	– Uma das contribuições de Jakobson aos estudos linguísticos: funções das linguagens _____	175
	<i>Ana Paula El-Jaick</i> <i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Aula 22	– Linguística da enunciação: Benveniste _____	197
	<i>Ana Paula El-Jaick</i> <i>Silvia Maria de Sousa</i> <i>Vanise Medeiros</i>	
Referências	_____	215

Fonema: a trajetória de um conceito

*Silvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros*

AULA

12

Meta da aula

Apresentar o conceito de fonema.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender o conceito de fonema em Courtenay;
2. compreender a distinção entre fone e fonema pelo Círculo Linguístico de Praga;
3. comparar o conceito de fonema para Courtenay com o do Círculo Linguístico de Praga.

Vogais

*A negro, E branco, I rubro, U verde, O azul,
vogais,*

Ainda desvendarei seus mistérios latentes:

A, velado voar de moscas reluzentes

Que zumbem ao redor dos acres lodoçais;

(...)

U, curvas, vibrações verdes dos oceanos,

Paz de verduras, paz dos pastos, paz dos

anos ...

Rimbaud

(Tradução de Augusto de Campos)

INTRODUÇÃO

O poeta francês Rimbaud, valendo-se da criatividade que só os grandes artistas possuem, traduz em cores os sons das vogais. Além disso, nos faz ver que um simples “a” pode ser um “velado voar de moscas”. Interessante, não? Da inspiração criadora deste poeta alimentamo-nos para iniciar esta aula. Letras, sílabas, palavras e rimas, tudo isso tem a ver com som. Se a poesia não é feita somente de sonoridade, como nos mostraram, por exemplo, os concretistas, a sonoridade é uma de suas principais marcas. Já experimentou ler poesias em voz alta? O que dizer dos contrastes entre /v/, /p/, /r/ e /z/ feitos por Rimbaud em seus versos? Seriam desses contrastes que nasceria a beleza do poema? Pois bem, nesta aula, trataremos do percurso de um conceito muito caro à linguística: o conceito de fonema. A curiosidade a respeito dos sons vocais desperta também a paixão e a curiosidade de cientistas e filósofos há vários séculos. Sigamos, um pouco, dessa história!



O CONCEITO DE FONEMA EM COURTENAY

A reflexão acerca dos sons da fala é bastante antiga. Podemos afirmar que remonta aos gregos, para ficarmos com uma tradição ocidental. Você se lembra da nossa Aula 3, quando recuperamos, em Crátilo, de Platão, a discussão acerca do caráter “natural” e “convencional” da linguagem? Lembra que se discutia também a onomatopeia como forma motivada pela natureza? Nas nossas Aulas 5 e 6, vimos que, no século XIX, os estudos comparativistas, ganharam destaque. Voltemos, então, a esse século para iniciar a discussão sobre o percurso do conceito de fonema.

Mattoso Câmara chama atenção para uma certa “discrepância entre as descobertas da fonética e a percepção espontânea de falantes e ouvintes no uso da língua” (CÂMARA JUNIOR, 1975, p. 197). Afinal, o “conhecimento fonético” deveria ou não levar em consideração as interpretações dos falantes sobre os sons que produziam? Quais seriam as relações entre os sons vocais verdadeiramente emitidos pelos falantes e os sons que acreditavam emitir?

Concentremo-nos, então, em alguém a quem se atribui uma distinção criteriosa entre som e fonema: trata-se de Baudouin de Courtenay. Vejamos o que nos conta acerca dele Mattoso Câmara:

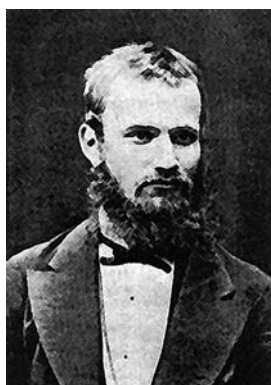


Figura 12.1: Baudouin de Courtenay (1845-1929).

Fonte: <http://e-ducation.net/linguists.htm>

O primeiro estudioso a dar um passo firme nesta nova abordagem foi o polonês Jan Baudouin de Courtenay, cujo principal trabalho no fim do século XIX se intitula *Investigação para uma Teoria das Alternâncias Fonéticas*. Courtenay, que era um professor de Linguística na Universidade de São Petersburgo, admitia a distinção entre sons que eram realmente emitidos e os que os falantes acreditam fazê-lo e os ouvintes julgam ouvir. Os primeiros se constituem no objeto da investigação da fonética; mas os últimos tinham um conteúdo linguístico, uma vez que é por meio destes sons “pretensamente” emitidos que a comunicação se realiza. Chamou a esses sons “intencionais” de “fonemas” em oposição àqueles emitidos realmente, que são os sons vocais da fonética. O termo “fonema” já existia na Grécia Antiga, com o significado de “enunciação” ou “voz”. Esse termo foi sugerido a Baudouin por seu notável discípulo e colaborador Kruszewski, que é o autor de um tratado sobre *Mudanças Fonéticas* (CÂMARA JUNIOR, 1975, p. 198-199, grifo do autor).

Do trecho que acabamos de acompanhar, percebemos que, para Courtenay, som e fonema não são sinônimos. O linguista polonês chamou a atenção para uma diferença entre:

- a) sons “realmente emitidos”: que consistiriam em objeto de estudo da fonética;
- b) sons que “se supunha ouvir ou emitir”: que seriam os fonemas.

Sobre estes últimos residiriam, mais tarde, os estudos da fonologia. Em outras palavras, Courtenay propõe que, de um lado, haveria “sons realizados” e, de outro lado, o que ele entendia por fonema, isto é, “o equivalente psicológico de um som da fala” (TRUBETZKOY, 1981, p. 18). Leiamos um pouco mais Mattoso Câmara:

Baudouin definia o fonema como “a ideia de um som vocal” e advogava uma análise psicológica a fim de se chegar a ele, partindo do nível da fonética e seus sons vocais. Isto quer dizer que ele atribuía o som vocal à física e o fonema à psicologia (CÂMARA JUNIOR, 1975, p. 199).

Courtenay diferencia, então, som e fonema. Com sua abordagem surge a necessidade de se delinearem duas abordagens teóricas para tratar da problemática dos sons vocais: o que denomina *fisiofonética*, e o que denomina *psicofonética*. A primeira (fisiofonética) trataria das qualidades físicas do som e, à segunda (psicofonética), caberia, segundo Courtenay, uma abordagem psicológica.

Os estudos linguísticos tributam a Courtenay, entre outras coisas, a distinção entre som e fonema, bem como a instituição de dois campos distintos de estudo que, como veremos adiante, serão a fonética e a fonologia.

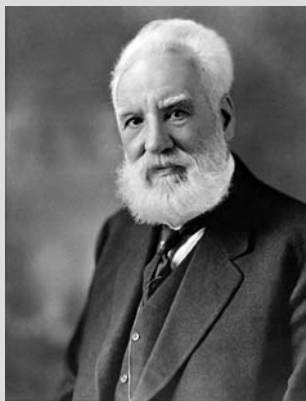
Eis, agora, o quadro que esquematiza as diferenças postuladas por Courtenay:

Quadro 12.1: Diferenças entre som e fonema

Som	Fonema
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Som vocal realizado ✓ Abordagem física ✓ Fisiofonética 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ideia de um som vocal ✓ Abordagem psicológica ✓ Psicofonética



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/766979>



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alexander_Graham_Bell.jpg

O interesse pelas questões fonéticas vem de longe e colaborou para uma das invenções mais importantes para a história da humanidade: o telefone. Para saber mais, leia o trecho de Robins:

O interesse da família Bell pelas questões fonéticas levou à invenção do telefone nos Estados Unidos, onde uma famosa companhia, *Bell Telephone Company of América*, presta com seu nome homenagem a um dos membros dessa notável família (Alexander Graham Bell, 1847-1922). Graham Bell era descendente de emigrantes ingleses. Tanto ele como o seu pai, Alexander Melville (1819-1905), e o seu avô, Alexander (1790-1865), se dedicaram a problemas relacionados com a produção da fala e com a aplicação terapêutica da fonética. Desenvolvendo pesquisas anteriores, A. M. Bell inventou um sistema de “*fala invisível*”, em que cada processo articulatório recebe uma notação particular (ROBINS, 1983, p. 165, grifo do autor).

O termo fonema antecedia à distinção feita por Courtenay (embora com outro sentido) e teve ampla difusão nos estudos europeus, como relata Mattoso:

O novo conceito de Baudouin de Courtenay permaneceu confinado a seu círculo universitário de discípulos embora, mais tarde (...) tenha dado lugar a novas abordagens no campo fonético. A palavra “fonema”, entretanto, teve rápida difusão entre os estudiosos europeus (CÂMARA JUNIOR, 1975, p. 199).

Saussure também dela fez uso; no entanto, a distinção que promoveu foi outra (se quiser conhecê-la, busque o texto de Mattoso Câmara citado na bibliografia). Para nossa aula, você precisa saber que foi a leitura do aparato conceitual de Saussure no encontro com as ideias de Courtenay que contribuiu para o que vai ser definido como fonema e que culminará na emergência da fonologia no século XX. Digamos que Courtenay e Saussure esboçaram os fundamentos da fonologia... mas essa história continua. Antes de continuarmos, entretanto, façamos uma atividade.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Explique a afirmação a seguir:

Foi ele [Baudouin de Courtenay] quem proclamou a diferença fundamental existente entre os sons da linguagem humana e as imagens fônicas de que se compõem as palavras de uma língua, e foi ele também quem tirou desta afirmação consequências metodológicas a exigir a existência de duas disciplinas científicas: uma fundada sobre a fisiologia e a física, e que tem por objeto os sons; outra, aparentada com a psicologia, e que estuda as imagens fônicas em suas funções linguísticas (TRUBETZKOY, 1981, p. 16).

RESPOSTA COMENTADA

No trecho, vemos que Trubetzkoy está dando relevo à distinção promovida por Courtenay entre som e fonema: o primeiro como

decorrente de fenômenos físicos (aquilo que se ouve), ao passo que se o segundo é proposto como “impressão auditiva” (aquilo que se julga ouvir), oriunda de uma consciência linguística, ou melhor, como tendo “conteúdo linguístico”. Tal distinção resulta na necessidade de se pensar em campos diferentes: um que se ocuparia do estudo dos sons (campo a se constituir no âmbito da fisiofonética) e outro que focalizaria as “funções linguísticas” (campo a se apoiar na seara da psicologia).

O CONCEITO DE FONEMA E O CÍRCULO LINGUÍSTICO DE PRAGA: LENDO TRUBETZKOY

Na primeira parte desta aula, você pôde aprender as distinções promovidas por Courtenay entre som e fonema. Agora você irá observar como o encontro entre as ideias de Courtenay e Saussure será fecundo para a consolidação dos estudos fonológicos. Isto se deu com o Círculo Linguístico de Praga. Vejamos o que Mattoso diz a respeito:

O grupo mais importante que percebeu a distinção feita por Baudouin entre som vocal e fonema e a desenvolveu em novas e mais significativas linhas foi um pequeno círculo cujas figuras principais eram Nikolai Trubetzkoy, Roman Jakobson e Serge Karcevsky, este último tendo trazido para o grupo as ideias saussureanas que adquirira na Suíça (CÂMARA JUNIOR, 1975, p. 200).

Que ideias eram estas? Várias, dentre elas, a noção de valor e suas implicações: oposição, diferença, como você já bem conhece. Como isto ocorreu é o que começaremos a ver nesta segunda parte.



Fonte: <http://e-education.net/linguists.htm>

Nikolai Trubetzkoy (1890-1938)

A escola de Praga foi fundada por um grupo de linguistas tchecos e outros estudiosos de diferentes nacionalidades liderados espiritualmente pelo príncipe russo Nikolai Trubetzkoy, que lecionou em Viena de 1923 a 1938. Esse grupo mantinha reuniões regulares e publicou os conhecidos *Travaux du cercle linguistique de Prague*. A obra mais importante ligada a essa escola, que estava voltada sobretudo para a teoria fonológica, intitula-se *Grundzüge der Phonologie* (Princípios de fonologia), escrita por Trubetzkoy, cuja morte fez com que o trabalho ficasse inacabado (ROBINS, 1983, p. 164).

Em seu ensaio “A fonologia atual”, Trubetzkoy irá retomar Courtenay e mostrar os impasses de sua proposta, isto é, o que dela interessa, e a relevância de Saussure para a delimitação do conceito de fonema pelo Círculo Linguístico de Praga. Sigamos Trubetzkoy:

[Courtenay] definia o fonema como “equivalente psíquico do som” e reclamava para a disciplina que tem por objeto os fonemas, o nome de “psicofonética” (por oposição a “fisiofonética”, que se ocupa dos sons). Tal modo de expressão estava errado, uma vez que, por um lado, os “sons” não são fenômenos puramente físicos, mas psicofísicos (...) e, por outro lado, o que distingue o fonema do som não é seu caráter puramente psíquico, mas antes seu caráter diferencial – o valor lingüístico (TRUBETZKOY, 1981, p. 17).

Em outras palavras, o que Trubetzkoy propõe é que a distinção entre som e fonema não decorre de uma distinção do âmbito da física em oposição ao que seria de ordem psicológica, mas sim do *valor lingüístico*, que consiste, como já sabemos, na diferença (caráter diferencial). Isto irá configurar dois campos de estudos: fonética e fonologia. Leiamos um pouco do que Troubetzkoy aponta como resumo histórico da constituição deste segundo campo:

O que antes de tudo salta aos olhos é a profunda diferença que existe entre fonologia e fonética. (...) Grosseiramente falando, diremos que a fonética procura descobrir *o que de fato se pronuncia* ao falar uma língua, e a fonologia *o que se crê pronunciar* (TRUBETZKOY, 1981, p. 18, grifo do autor).

Percebeu em Trubetzkoy a retomada em *itálico* de Courtenay (“o *que de fato se pronuncia e o que se crê pronunciar?*”). Trubetzkoy segue mostrando o impacto desta diferença feita por Courtenay na constituição das duas áreas distintas:

“O que de fato se pronuncia” varia de momento a momento e de um para outro indivíduo. Fazendo vários franceses pronunciarem repetidas vezes a palavra *temps* e registrando sua pronúncia por meio de um aparelho fonético, nos é dado comprovar diferenças, não só na pronúncia dos diversos indivíduos, como também na pronúncia da mesma palavra pelo mesmo indivíduo em momentos diferentes. Mas, “o que se crê pronunciar” não varia (pelo menos numa dada língua). Cada um dos franceses que acabamos de mencionar crê pronunciar o mesmo primeiros som que *toit*, *tige*, *tache* (um som que difere do primeiro som de *dent* da mesma maneira como o primeiro som de *pás* difere do de *bas*, ou o de *camp*, difere de *gant*, etc.) (...) É evidente que para estudar, de um lado, “o que de fato se pronuncia”, e de outro, “o que se crê pronunciar”, faz-se necessário duas disciplinas inteiramente diferentes (TRUBETZKOY, 1981, p. 19).

Além disso, Trubetzkoy mostra como o grupo de linguistas russos (Karcevski, Jakobson e Trubetzkoy) chega, em 1928, em um pequeno programa de estudo dos sistemas de fonemas, à formulação do conceito de fonema como elemento diferencial:

(...) um fonema constitui um elemento diferencial, um valor linguístico no sentido de F. de Saussure, somente pode ser definido por suas relações com os outros fonemas do mesmo sistema. Assim o fonema não pode ser estudado fora do sistema fonológico. Definir um fonema é indicar seu lugar no sistema fonológico, o que só é possível se se tem em conta a estrutura deste sistema. Deste modo, o ponto de partida do fonólogo se acha no sistema fonológico em conjunto, e só partindo dele se poderá chegar ao fenômeno isolado (TRUBETZKOY, 1981, p. 19).

Como você leu, a *diferença fônica*, em Trubetzkoy, não independe da língua; ao contrário, é necessário considerar o *sistema fonológico* de uma língua específica para se chegar ao fonema. Um fonema, pois, será uma *oposição significativa* numa determinada língua:

Uma *oposição fonológica* é uma “diferença fônica suscetível de servir numa língua dada para diferenciar as significações intelectuais”, cada “termo de uma oposição fonológica qualquer” é uma unidade qualquer (...) (TRUBETZKOY, 1981, p. 19).

Portanto, da noção de fonema, por Courtenay, como “aquilo que crê pronunciar”, passamos à noção de fonema, pelo Círculo Linguístico de Praga, como oposição, como valor diferencial. Antes de continuarmos nessa trajetória, observando, na próxima parte, a relevância de vários outros conceitos saussureanos para a compreensão de fonema como entidade abstrata, vamos exercitar um pouco.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Complete o quadro a seguir com as principais diferenças entre a noção de fonema para Courtenay e para o Círculo Linguístico de Praga.

Courtenay	Círculo Linguístico de Praga
✓	✓
✓	✓
✓	✓
✓	✓

RESPOSTA COMENTADA

Courtenay	Círculo Linguístico de Praga
✓ <i>Ideia de um som vocal.</i>	✓ <i>Caráter diferencial do fonema.</i>
✓ <i>Abordagem psicofonética.</i>	✓ <i>Importância da noção de valor.</i>
✓ <i>Diferencia som e fonema.</i>	✓ <i>Ressalta a diferença entre fonologia e fonética.</i>
✓ <i>Aponta a diferença entre sons emitidos e sons que se supõe ouvir.</i>	✓ <i>Fonema como oposição significativa.</i>

O CONCEITO DE FONEMA E O CÍRCULO LINGUÍSTICO DE PRAGA: LENDO JAKOBSON

Como vimos acompanhando desde o início do nosso curso de Linguística I, o impacto das ideias saussureanas aos estudos da linguagem foi enorme. As postulações de Saussure resultaram num movimento denominado, no século XX, de estruturalismo. Muitas dessas ideias desenvolveram-se especialmente em torno do objeto desta aula, fonema, e, por conseguinte do que se transformaria na disciplina Fonologia. Leia um trecho de Robins em sua *Pequena história da Linguística*:

No domínio da fonologia, porém, é que o pensamento saussuriano produziu efeitos mais imediatos e historicamente importantes, coincidindo de maneira notável com a posição teórica que então se consolidava no campo fonético em consequência do trabalho realizado pelos foneticistas do século XIX (ROBINS, 1983, p. 164).

Para compreender melhor como a herança deixada por Saussure influenciou o caminho trilhado no Círculo Linguístico de Praga, leia, a seguir, as elucidativas palavras de um de seus principais integrantes: Jakobson.

Os primeiros fundamentos da fonologia foram lançados por Baudoin de Courtenay, F. de Saussure e seus discípulos. A elaboração sistemática da fonologia só começou depois da Primeira Guerra Mundial, quando – a) se estabeleceu o problema do sistema fonológico como um conjunto de leis estruturais; b) se substituiu a noção psicológica dos elementos fonológicos (a chamada psicofonética) por uma orientação sociológica; c) se deu à fonologia sincrônica o suplemento de uma fonologia histórica. O Círculo Linguístico de Praga, que organizou o primeiro Congresso Fonológico Internacional (Praga, 1930), tornou-se o centro da fonologia moderna (JAKOBSON, 1972, p. 13).

FONE

Chama-se, às vezes, fone aos sons da linguagem, isto é, a cada uma das realizações concretas de um fonema, variáveis conforme o contexto fônico, o locutor, as condições gerais da emissão (DUBOIS, 1978, p. 280).

FONEMA

É a menor unidade destituída de sentido, passível de delimitação na cadeia da fala. Cada língua apresenta, em seu código, um número limitado e restrito de fonemas (de vinte a cinquenta, conforme a língua) que se combinam sucessivamente, ao longo da cadeia da fala, para constituir os significantes das mensagens, e se opõem, segmentalmente, em diferentes pontos da cadeia da fala, para distinguir as mensagens umas das outras. Sendo esta sua função essencial, o fonema é segundamente definido como a unidade distintiva mínima (DUBOIS, 1978, p. 280).

Roman Jakobson (1896-1982) nasceu na Rússia, mas mudou-se para Praga em 1917. Foi, junto com Trubetzkoy, um dos fundadores e principais animadores do famoso Círculo Linguístico de Praga. Em 1943, mudou-se para os Estados Unidos, onde entrou em contato com o estruturalismo americano. Segundo Mattoso Câmara, “para a teoria linguística do Círculo, especialmente, a figura de Roman Jakobson foi logo de início uma das mais significativas” (CÂMARA JUNIOR apud JAKOBSON, 1972, p. 192).



Fonte: <http://e-ducation.net/linguists.htm>

Pela citação de Jakobson, depreendemos que a fonologia começa a se consolidar como um campo de estudos quando considera as noções de “leis estruturais” e a dicotomia “sincronia/diacronia”. Você notou aqui a influência do mestre genebrino? Avancemos nas ideias desenvolvidas no século XIX.

Saussure é também conhecido pela alcunha de mestre genebrino, haja vista sua cidade natal, Genebra.

Os foneticistas do século XIX já apontavam a necessidade de uma série de distinções que indicavam ser importantes, por exemplo, “entre tipos fonéticos mais ou menos próximos, do ponto de vista acústico-articulatório, e pequenas variações dentro de cada um desses tipos” (ABAURRE, 2006, p. 43). Essas distinções de ordem fonética tiveram impacto no que mais tarde foi conceituado como **FONE** e como **FONEMA**.

As distinções postuladas caminharam no sentido de formular o conceito de fonema como uma “entidade abstrata que viria a ser tomada durante muitos anos como a unidade mínima dos estudos fonológicos” (ABAURRE, 2006, p. 43). É a noção de fonema como entidade abstrata, unidade mínima, distintiva, feixe de oposições, que iremos chegar com os trabalhos desenvolvidos pelo Círculo Linguístico de Praga.

Para dar um breve exemplo da diferença entre fone e fonema, pense nas palavras “porta” e “morta”. Note que, nas palavras “porta” e “morta”, são os fonemas /p/ e /m/ que servem para diferenciá-las. Podem ser considerados como unidades mínimas, distintivas, ou seja, fonemas. Compreendeu? Entretanto, se o fonema “rê” vai ser pronunciado de forma aspirada por um carioca /X/ ou como um retroflexo alveolar vozeada (pronúncia típica do /r/ caipira), isso não servirá para distinguir palavras. Nas diferentes pronúncias do /r/ no português brasileiro, temos diferentes fones (cada uma das realizações concretas de um fonema), mas o fonema é o mesmo. Leia mais um exemplo, desta vez de Dubois:

O fonema do português /a/ se opõe a /i/, /e/, /ɛ/, /u/, /o/, /ó/ etc., conforme demonstra a série mínima vala, vela, vê-la e vila, por um lado, e a série pás, pós, pôs e pus, por outro, etc., e a todos os outros fonemas do português porque é o único a possuir o conjunto dos traços vocálico, não-consonantal, central (compacto). São estes traços que encontramos na vogal das seguintes palavras, chata, lata, cala, pata, misturados a outros traços articulatórios (acústicos) que dependem do contexto e não tem função articulatória (DUBOIS, 1978, p. 281).

Do exemplo de Dubois, podemos depreender que o fonema /a/ pode ser definido:

- a) como um conjunto de traços (características): vocálico, não consonantal, central;
- b) o conjunto de traços presentes em /a/ faz com que esse fonema se oponha a outras vogais como /i/ e /u/, por exemplo;
- c) ao pronunciarmos “chata” e “lata”, por exemplo, teremos sempre a repetição dos mesmos traços (vocálico, não consonantal, central), a despeito da presença de outros traços articulatórios acidentais, isto é, sem função articulatória. Uma pessoa com um timbre de voz mais agudo pode pronunciar o /a/ de maneira bastante diferente de outra, cujo timbre de voz seja grave. Essas diferenças, contudo, não tem função distintiva, não tornam o /a/ outro fonema;
- d) entre /a/ e /i/ há uma oposição de traços que resulta na distinção entre “vala” e “vila”, estamos, pois, diante de dois fonemas /a/ e /i/.

A partir dessas observações, começamos a compreender em que bases os linguistas de Praga conceituaram fonema, ou seja, como aquilo que se repete, que se mantém e que está em relação de oposição a outros

fonemas. O fonema faz, portanto, parte do sistema. Isto significa dizer que o fonema – definido por Jakobson como “o conjunto dos traços distintivos de um som vocal” ou um “feixe de traços distintivos” (JAKOBSON, 1972, p. 22) – localiza-se na *langue* (língua) e não na *parole* (fala). Na *parole*, encontram-se os sons concretos da fala. Os sons da fala podem até apresentar diferenças articulatórias, como aquelas que vemos entre as diferentes pronúncias do /r/ no português brasileiro. No entanto, tais diferenças não podem ser consideradas distintivas, uma vez que não configuram outros vocábulos (dizer “volta” pronunciando “vouta” [l com som de /u/] ou “volta” [l com som de l – lateral alveolar]) não constitui um termo da língua). Logo, neste último caso, não estamos diante de diferentes fonemas.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1262036>

Como curiosidade, leia como Lévi-Strauss recupera Jakobson para tentar explicar a relação entre as palavras e a música:

Jakobson sublinhava há sessenta anos: “Em termos linguísticos, a particularidade da música em relação à poesia reside no fato de o conjunto de suas convenções (língua, segundo a terminologia de Saussure) limitar-se ao sistema fonológico e não possuir repartição etimológica dos fonemas e, portanto, nenhum vocabulário”.

A música não tem palavras. Entre as notas, que poderíamos chamar de sonemas (já que, como os fonemas, as notas não têm sentido em si mesmas; o sentido resulta da combinação), e a frase (como quer que seja definida), não há nada. A música exclui o dicionário (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 71).

Atrair a definição de fonema à dicotomia *langue/parole* deixa claro, mais uma vez, como os linguistas do Círculo Linguístico de Praga seguiram a trilha deixada por Saussure. A esse respeito, leiamos Robins: “Trubetzkoy e os fonólogos do círculo linguístico de Praga elaboraram o conceito de fonema, lançando mão da teoria saussuriana: os sons da fala pertencem à *parole* e os fonemas à *langue*” (ROBINS, 1983, p. 166).

Ou seja, uma distinção que diz respeito à dicotomia *langue* e *parole* (e, como você deve se lembrar, a *langue* é o que interessa à linguística): uma diferença que coloca o fonema no âmbito da linguística. Chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 12.2: Diferenças entre fone e fonema

Fone	Fonema
✓ Campo da fonética	✓ Campo da fonologia
✓ Localiza-se na <i>parole</i>	✓ Localiza-se na <i>langue</i>

Fechamos esta aula lendo Robins:

Ao estudarem as línguas como sistemas de elementos internamente relacionados, os linguistas de Praga não trataram o fonema como classe de sons ou recurso descritivo e sim, como unidade fonológica complexa que se realiza através dos sons da fala. A ideia de que as unidades de um nível se concretizam ou se manifestam em unidades de outro nível é fundamental para a teoria de Praga. Cada fonema está formado por um conjunto de traços distintivos ou “pertinentes”, que o caracterizam como entidade linguística. Todo traço distintivo se opõe à sua própria ausência ou à presença de outro traço em pelo menos um segundo fonema da língua (ROBINS, 1983, p. 164).

Ao definir fonema como “conjunto de traços distintivos”, o que está em jogo em tal definição é a proposta saussuriana de que tudo na língua é diferença, isto é, valor. Foi importante ter estudado Saussure, não é mesmo?

Por fim, observe, a seguir, o quadro que esquematiza as contribuições do Círculo Linguístico de Praga:

Quadro 12.3: Contribuições do Círculo Linguístico de Praga

Formula a oposição entre fone e fonema.
Compreende fonema como elemento diferencial (valor linguístico); como unidade distintiva mínima; como feixe de traços distintivos.
Entende que delimitar um fonema é indicar seu lugar no sistema fonológico.
Propõe sistema fonológico como conjunto de leis estruturais.
Entende que depreender os fonemas só é possível pela observação do funcionamento da langue.

Vamos às atividades!

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1 e 2

3. Indique quando as afirmativas abaixo são falsas (F) ou verdadeiras (V). Explique as consideradas falsas:

- () Courtenay, tal como os gregos, entende fonema como voz.
- () Courtenay e Trubetzkoy entendem que a fonologia deve ser instituída na psicologia.
- () A definição de fonema pelo Círculo Linguístico de Praga é devedora das ideias saussureanas ao mesmo tempo que as expande.
- () Jakobson define o fonema como um feixe de traços distintivos.
- () Para o Círculo Linguístico de Praga, o fonema está na parole.
- () O fone apresenta caráter distintivo, por isso possui valor linguístico.
- () O Círculo Linguístico de Praga delimita a distinção entre fonética e fonologia.
- () Trubetzkoy e Jakobson são dois grandes nomes do Círculo Linguístico de Praga.

RESPOSTA COMENTADA

(F) Courtenay, ao contrário, é o primeiro estudioso a diferenciar som de fonema.

(F) Ao contrário de Courtenay, Trubetzkoy localiza a fonologia na linguística e não na psicologia, ao incorporar a noção de valor.

(V)

(V)

(F) O fonema está na *langue*, no sistema linguístico e não na *parole* (fala).

(F) O fone não serve para diferenciar, portanto, não é pertinente. O fone é tão somente as diferentes realizações de um fonema.

(V)

(V)

CONCLUSÃO

No *Curso de Linguística Geral*, Saussure diferencia fonologia de fonética. Esta era entendida como uma ciência que analisaria as transformações no tempo, isto é, no âmbito dos estudos diacrônicos, ao passo que a fonologia estaria do lado dos estudos fora do tempo, ou seja, do lugar dos estudos sincrônicos. Tais divisões não apareceram, como vimos, na proposta de Courtenay, tampouco na do Círculo de Praga. Contudo, a concepção de fonema, formulada pelo Círculo e organizadora de uma fonologia do século XX, é devedora de várias articulações teóricas do *Curso de Linguística Geral*, por exemplo: *langue* (lugar do fonema) e *parole* (lugar dos fones), valor (fonema é oposição, diferença e função) e significante (diz respeito à fonética e fonologia: no primeiro caso, grosso modo, no que tange ao caráter material dos sons; no segundo caso, na função que resulta em diferenças de significativas da *langue*). Conceitos outros, como forma e substância ou sintagma e paradigma também foram importantes para a delimitação da distinção entre fonética e fonologia. Fonética e fonologia irão se diferenciar, para vários linguistas, por uma tratar da forma (fonologia) e outra da substância (fonética). Lembre-se da Aula 9 em que você leu que, para Saussure, na língua o que interessa

são as formas, isto é, aquilo que tem função no sistema! A dicotomia sintagma/paradigma será também de importância capital para a compreensão do fonema, afinal

a fonética se distingue, pois, da fonologia pelo fato de considerar os sons independentemente de suas oposições paradigmáticas – aquelas cuja presença ou ausência importa em mudança de significação (pala, bala, fala, vala, sala, cala, gala etc.) – e de suas combinações sintagmáticas, ou seja, os seus arranjos e disposições lineares no contínuo sonoro (Roma, amor, mora, ramo etc.) (CALLOU, 2001, p. 11).

Assim, podemos concluir que a herança deixada por Saussure faz com o sistema fonológico seja definido a partir das noções de: forma (função), valor (distinção), paradigma (oposição), sintagma (combinação) e *langue* (sistema).

ATIVIDADE FINAL

Atende os Objetivos 1 e 2

Considere o fragmento abaixo para discorrer sobre a noção de fonema no Círculo Linguístico de Praga e seu impacto na delimitação das disciplinas Fonética e Fonologia (ou na delimitação dos estudos fonológicos).

“Você disse *porco* ou *porto*? perguntou o Gato. ‘Eu disse *porco*’, respondeu Alice. Dentro deste enunciado específico, o destinatário felino se esforça por captar uma escolha linguística feita pelo remetente” (JAKOBSON, 1975, p. 37).

RESPOSTA COMENTADA

A observação de Jakobson sobre a passagem que mostra a conversa entre Alice e o gato diz respeito ao esforço do personagem gato (receptor) para compreender o que Alice (emissor) dissera. As palavras “porco” e “porto” são muito próximas. Diferenciam-se, apenas, pelos fonemas /r/ e /t/. Fonemas passam a ser compre-

endidos como um feixe de traços distintivos, a partir das postulações fomentadas pelo Círculo Linguístico de Praga. Esse grupo de linguistas leva adiante as reflexões inauguradas por Saussure, na medida em que ancora a definição do fonema em seu caráter opositivo e distintivo. Com isso, o Círculo Linguístico de Praga põe em relevo a noção de valor linguístico ao demonstrar que o fonema pertence à langue. Ao distinguir fone e fonema, o Círculo delimita as disciplinas Fonética – responsável por estudar os sons da fala em seus aspectos físicos, sem se ocupar do caráter distintivo – e Fonologia – disciplina que se ocupa das relações desempenhadas pelo fonema no interior do sistema. É inegável, portanto, o papel do Círculo Linguístico de Praga para a consolidação da fonologia como disciplina e para a operacionalização dos conceitos saussureanos.

RESUMO

Nesta aula, percorremos a trajetória que resultou na delimitação da noção do fonema pelo Círculo Linguístico de Praga. Voltamos ao século XIX, em que muito avançou a fonética, em decorrência dos estudos comparativos das línguas, e dele recuperamos a importante distinção feita entre som e fonema por Baudouin de Courtenay. Vimos ainda que sua proposta, lida pelo Círculo Linguístico de Praga, sofreu mudanças cruciais ao ser repensada à luz das ideias saussurianas. Passa-se de um amplo espectro sonoro para a compreensão de que os fonemas são um quadro finito de unidades pertinentes linguisticamente; unidades abstratas às quais se chega a partir de um sistema linguístico, de seu funcionamento. Indo adiante, dos estudos foneticistas do século XIX, “individualista e atomista por natureza” (TRUBETZKOY, 1981, p. 19), isto é, centrado em fenômenos fônicos isolados e preocupado com as mudanças fonéticas das línguas e entre as línguas, passa-se a estudos fonológicos, em que se toma o “sistema como um todo orgânico cuja estrutura ela estuda” (idem). Dito de outro modo, dos fenômenos fônicos tomados como cadeia de percepções acústicas desprovidas de sentido, conforme nos informa Trubetzkoy (1981), passa-se a entender que os sons servem para comunicar algo e que nem todas as diferenças que comparecem na parole possuem as mesmas funções e relevo. Em suma, nem todos os sons são pertinentes no sentido de indicar diferenças de significado numa língua específica. Estas diferenças relevantes, no que tange ao significado, constituem o sistema fonológico da língua em questão.

LEITURAS RECOMENDADAS

Para você saber mais a respeito do que vimos nesta aula e obter um conhecimento mais amplo do domínio da fonologia, recomendamos, além da bibliografia citada, os seguintes artigos e livros:

MORI, Ângela Corbeta. Fonologia. In: MUSSALIN, Fernanda (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos adensar a distinção entre os estudos fonéticos e fonológicos e exercitar a depreensão de fonemas.

Fonética

Silvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros

AULA

13

Meta da aula

Delimitar os estudos da fonética.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. delimitar o campo da fonética por oposição à fonologia;
2. entender do que se ocupa a fonética;
3. caracterizar a abordagem fonética.

*(...) O Estácio acalma o sentido dos erros que
eu faço trago não traço, faço não caço o
amor da morena maldita do Largo do Está-
cio. Fico manso, amanso a dor Holliday é um
dia de paz (...).*

(MELODIA, 2011, <http://www.luizmelodia.com.br/>)

INTRODUÇÃO

O verso “trago não traço, faço não caço” da canção “Estácio, holly estácio”, de Luiz Melodia (se você ainda não conhece essa bela canção, veja a letra na íntegra e assista ao vídeo no link: <http://letras.terra.com.br/luiz-melodia/471111/>) apresenta como curiosidade o fato de ser difícil memorizá-lo. Por que isso acontece? A semelhança entre os pares de palavras “trago/ traço” e “faço/caço” e o paralelismo entre as sequências quase idênticas “trago não traço” e “faço não caço” podem levar à confusão na hora de pronunciá-las dada a proximidade sonora entre elas. Os poetas e compositores se valem dos recursos da língua para criar os efeitos de sentido que encantam seus leitores e ouvintes. Explicar tais recursos é tarefa que encanta também aos linguistas. Esses, se não fazem versos, buscam, por outro lado, descrever exaustivamente, explicar e classificar os sons da língua; ao mesmo tempo em que se perguntam: como esses sons se organizam para formar um sistema? Tais questões constituem os objetos da fonética e da fonologia. Nesta aula, trataremos de introduzir de que modo são feitos os estudos no campo da fonética. Paralelamente a isso, buscaremos também diferenciar as abordagens fonética e fonológica.

FONÉTICA E FONOLOGIA: PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES

Você já parou para pensar que nós, seres humanos, somos capazes de produzir inúmeros sons? E já pensou também que nem todos os sons (como, por exemplo, estalar a língua ou mesmo reproduzir sons de pássaros) resultam em palavras ou mesmo em interjeições? É o que nos expõe Callou (2001):

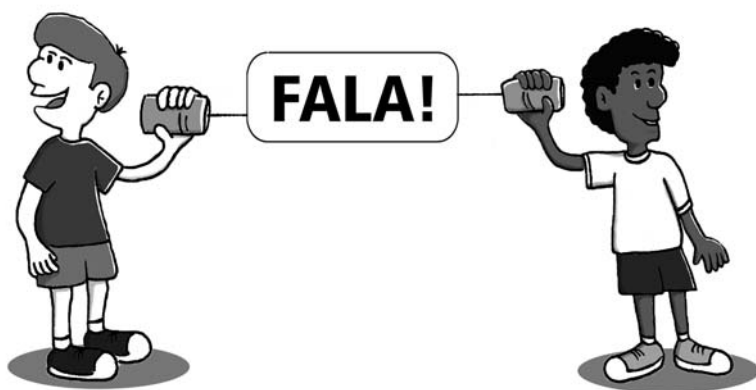
O ser humano é capaz de produzir uma gama variadíssima de sons vocais. Porém nem todos eles são utilizados para fins linguísticos de gerar, num enunciado, uma diferença de sentido (...). Por exemplo, o arroto, que é um som produzido com ar proveniente do esôfago, pode, em algumas culturas, exprimir plenitude após

uma refeição. Mas em língua alguma funciona como um segmento na composição de palavras, formando com outros sons pares distintivos, como acontece, em português, na substituição do *p* de “pata”, por *m* em “mata”. E mais, dentro do inventário de possibilidades usado com fins fonológicos, cada língua seleciona apenas um subconjunto que utiliza com propósitos distintivos (CALLOU, 2001, p. 15, grifo do autor).

Com a explicação de Callou, torna-se claro que há sons que funcionam na composição de palavras e outros que não funcionam. Ademais, cada língua possui seu próprio subconjunto de sons distintivos (sons que servem para diferenciar um termo do outro), os quais operam na composição das palavras. Lembra-se da Aula 10 quando dissemos que:

“Apesar de o aparelho fonador poder produzir, em princípio, inúmeros sons, os sistemas fônicos são específicos a cada língua, isto é, as línguas não dispõem dos mesmos fonemas. Em outras palavras, aquilo que é traço distintivo numa língua não o é em outra. Em espanhol, o timbre da vogal *o*, por exemplo, é sempre fechado, o que dificulta para um hispânico aprendiz de português notar a distinção entre ‘escova’ (‘ó’) e ‘escova’ (‘ô’), (...) ou entre avô e avó. Enfim, em espanhol, diferentemente do português, não há este traço opositivo entre ‘ô’ (fechado) e o ‘ó’ (aberto)” (trecho retirado do box de curiosidade da Aula 10).

Em outras palavras, “ó” aberto e “ô” fechado são distinções, oposições pertinentes em língua portuguesa, mas não o são em língua espanhola. Diremos que, em português, estamos diante de dois fonemas. Tal informação, no entanto, não é válida em espanhol.



Fonte: <http://castrinho.wordpress.com/2011/01/09/som-digital/>

Vamos voltar à aula anterior, para compreender o escopo dos estudos fonéticos.

Na Aula 12, vimos que os estudos fonéticos foram muito importantes no século XIX e também acompanhamos, com o Círculo Linguístico de Praga, a delimitação do conceito de fonema que resultou na separação entre estudos fonéticos e fonológicos. Conforme Lopes (retomando Borba):

“O termo ‘Fonética’ é aplicado desde o século XIX para designar o *estudo dos sons da voz humana*, examinado suas propriedades físicas independentemente do ‘seu papel linguístico de construir as formas da língua” (BORBA, 1970, p. 163) (LOPES, 1995, p. 97, grifos do autor).

A fonética, diferentemente da fonologia, que vai ser instituída no século XX, estuda os sons da voz humana independentemente da sua função, isto é, a fonética concentra-se nas propriedades físicas dos sons e deixa de lado a pertinência linguística (a função) desses sons. Lopes irá expor que “há três modos principais de descrever os sons lingüísticos”:

- 1) pela sua composição;
- 2) pela sua distribuição;
- 3) pela sua função.

O primeiro modo, segundo Lopes, diz respeito aos estudos fonéticos; já os demais são da seara dos estudos fonológicos. Você compreendeu a distinção feita por Lopes? Pensemos um pouco sobre ela.

A descrição dos sons pode ser feita de diferentes maneiras e ter diversas finalidades. Ao estudar o som “pela sua composição”, observar-se-á de que modo ele se compõe, quais são suas características e suas propriedades. Tal metodologia e interesse vão ao encontro das preocupações da fonética, não é mesmo? Já, se estudarmos de que modo os sons se distribuem na cadeia da fala, quais posições podem ocupar, quais distinções podem ser notadas, estaremos indo além do caráter físico dos sons, percebe? Ao se voltar para a distribuição característica dos sons e as distinções ou funções que eles contraem no interior do sistema, o linguista estaria entrando no terreno da fonologia. Na próxima aula, aprofundaremos as questões referentes à fonologia. Por ora, concentremo-nos em delimitar o campo de estudos da fonética.

A fonética, conforme Dubois, “estuda os sons da língua em sua realização concreta, independentemente de sua função linguística” (DUBOIS et al., 1978, p. 285); daí se debruçar sobre a composição do som, como nos fala Lopes.

A partir dessas primeiras observações, podemos melhor caracterizar a fonética:

“A fonética é a ciência que apresenta os métodos para a descrição, classificação e transcrição dos sons da fala, principalmente aqueles sons utilizados na linguagem humana” (SILVA, 2009, p. 23).

Até aqui, você já deve ter compreendido que a fonética busca trabalhar “com os sons propriamente ditos, como eles são produzidos, percebidos e que aspectos físicos estão envolvidos em sua produção” (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 9). Antes de continuarmos essa instigante e complexa discussão, exercitemos um pouco!

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Por que se pode afirmar que os estudos fonéticos não têm o mesmo objeto nem os mesmos objetivos que os estudos fonológicos?

RESPOSTA COMENTADA

Tanto a fonética quanto a fonologia estudam o som da fala. Essa semelhança, no entanto, não é suficiente para afirmarmos que o objeto de estudo desses dois campos é idêntico. Enquanto a fonética se volta para o estudo do som propriamente dito, buscando descrever e explicar sua composição, a fonologia ocupa-se da distribuição e da função do som. Para a fonética, o estudo do som independe de sua pertinência linguística, isto é, as relações estabelecidas pelos sons no sistema da língua ficam de fora do estudo. Já para a fonologia, as características físicas, as propriedades do som só têm importância, quando desempenham alguma função na língua.

ABORDAGEM FONÉTICA: ESCOLAS E TRANSCRIÇÃO FONÉTICA

O estudo dos sons pode ser feito de três maneiras diferentes. Esses três modos básicos de estudo constituem verdadeiras escolas voltadas à descrição dos sons da língua. Os sons podem ser, então, estudados:

- ✓ do ponto de vista da sua *produção* pelo aparelho fonador do remetente de signos;
- ✓ do ponto de vista dos *efeitos físicos* que eles provocam no ouvido do destinatário dos signos;
- ✓ do ponto de vista das *propriedades físicas das ondas sonoras* que se propagam do remetente ao destinatário (LOPES, p. 98, grifo do autor).

O primeiro caracteriza a Fonética Articulatória; o segundo, a Fonética Auditiva e o terceiro, a Fonética Acústica. A Fonética Articulatória preocupa-se com o que ocorre no aparelho fonador no momento da produção do som. Já a Fonética Auditiva leva em conta a percepção que o ouvinte tem desses sons. A Fonética Acústica vai estudar as propriedades físicas das ondas sonoras, estas são formadas pela passagem do ar no aparelho fonador.

Voltando um pouco na linha do tempo, veremos que já no século XIX, a chamada Fonética Articulatória encontrava-se, em virtude dos estudos comparativistas, bastante desenvolvida. E foi naquele século que se começou a sentir necessidade de um alfabeto fonético internacional, isto é, de um alfabeto fonético que servisse para a transcrição dos sons de toda e qualquer língua. O IPA (International Phonetic Alphabet), “elaborado e promulgado pela Associação Internacional de Fonética, desde 1988, (...) é o mais utilizado pelos linguistas” (LYONS, 1981, p. 74) e já sofreu várias modificações. Um alfabeto fonético (veja a **Figura 13.1**) permite, pois, a transcrição de qualquer som de qualquer língua.

THE INTERNATIONAL PHONETIC ALPHABET (2005)

CONSONANTS (PULMONIC)

	LABIAL		CORONAL				DORSAL			RADICAL		LARYNGEAL
	Bilabial	Labio-dental	Dental	Alveolar	Palato-alveolar	Retroflex	Palatal	Velar	Uvular	Pharyngeal	Epi-glottal	Glottal
Nasal	m	ɱ	n			ɳ	ɲ	ŋ	ɴ			
Plosive	p b	ɸ β	t d			ʈ ɖ	c ɟ	k ɡ	q ɢ			
Fricative	ɸ β	f v	θ ð	s z	ʃ ʒ	ʂ ʐ	ç ʝ	x ɣ	χ ʁ	ħ ʕ	ħ ʕ	h ɦ
Approximant		ʋ	ɹ			ɻ	j	ɰ				
Trill	ʙ		r						ʀ		ʀ	
Tap, Flap		ⱱ	ɾ			ɽ						
Lateral fricative			ɬ ɮ			ɮ	ɬ	ɮ				
Lateral approximant			l			ɭ	ʎ	ʎ				
Lateral flap			ɭ			ɭ						

Where symbols appear in pairs, the one to the right represents a modally voiced consonant, except for murmured *ɦ*. Shaded areas denote articulations judged to be impossible. Light grey letters are unofficial extensions of the IPA.

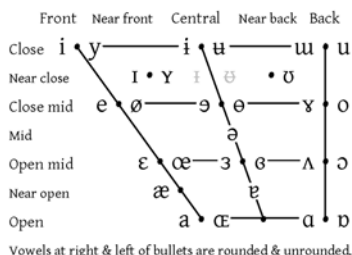
CONSONANTS (NON-PULMONIC)

Anterior click releases (require posterior stops)	Voiced implosives	Ejectives
ʘ Bilabial fricated	ɓ Bilabial	ʼ Examples:
ǀ Laminar alveolar fricated ("dental")	ɗ Dental or alveolar	ɓ' Bilabial
ǃ Apical (post)alveolar abrupt ("retroflex")	ɟ Palatal	ɗ' Dental or alveolar
ǂ Laminar postalveolar abrupt ("palatal")	ɡ Velar	k' Velar
ǁ Lateral alveolar fricated ("lateral")	ɠ Uvular	s' Alveolar fricative

CONSONANTS (CO-ARTICULATED)

- ɱ Voiceless labialized velar approximant
 ɰ Voiced labialized velar approximant
 ɥ Voiced labialized palatal approximant
 ɕ Voiceless palatalized postalveolar (alveolo-palatal) fricative
 ʑ Voiced palatalized postalveolar (alveolo-palatal) fricative
 ɧ Simultaneous x and f (disputed)
 kp ts Affricates and double articulations may be joined by a tie bar

VOWELS



SUPRASEGMENTALS

- ' Primary stress " Extra stress Level tones Contour-tone examples:
 ˌ Secondary stress [ˌfoʊnəˈtɪʃən] ˥ Top ˩ Rising
 ː Long ˑ Half-long ˨˩ High ˨˩ Falling
 ˑ Short ˑ Extra-short ˨˩ Mid ˨˩ High rising
 . Syllable break ˑ Linking (no break) ˨˩ Low ˨˩ Low rising
 INTONATION ˩ Bottom ˩˩ High falling
 | Minor (foot) break Tone terracing ˩˩ Low falling
 || Major (intonation) break ↑ Upstep ˩˩ Peaking
 ↗ Global rise ↘ Global fall ↓ Downstep ˩˩ Dipping

DIACRITICS Diacritics may be placed above a symbol with a descender, as ɲ̥. Other IPA symbols may appear as diacritics to represent phonetic detail: ʰ (fricative release), ʱ (breathy voice), ʔ (glottal onset), ʷ (epenthetic schwa), ʷ (diphthongization).

SYLLABICITY & RELEASES		PHONATION		PRIMARY ARTICULATION		SECONDARY ARTICULATION			
ɲ̥ ɲ̥	Syllabic	ɲ̥ ɲ̥	Voiceless or Slack voice	ɲ̥ ɲ̥	Dental	ɲ̥ ɲ̥	Labialized	ɲ̥ ɲ̥	More rounded
ɲ̥ ɲ̥	Non-syllabic	ɲ̥ ɲ̥	Modal voice or Stiff voice	ɲ̥ ɲ̥	Apical	ɲ̥ ɲ̥	Palatalized	ɲ̥ ɲ̥	Less rounded
ɲ̥ ɲ̥	(Pre)aspirated	ɲ̥ ɲ̥	Breathy voice	ɲ̥ ɲ̥	Laminal	ɲ̥ ɲ̥	Velarized	ɲ̥ ɲ̥	Nasalized
ɲ̥	Nasal release	ɲ̥ ɲ̥	Creaky voice	ɲ̥ ɲ̥	Advanced	ɲ̥ ɲ̥	Pharyngealized	ɲ̥ ɲ̥	Rhoticity
ɲ̥	Lateral release	ɲ̥ ɲ̥	Strident	ɲ̥ ɲ̥	Retracted	ɲ̥ ɲ̥	Velarized or pharyngealized	ɲ̥ ɲ̥	Advanced tongue root
ɲ̥	No audible release	ɲ̥ ɲ̥	Linguolabial	ɲ̥ ɲ̥	Centralized	ɲ̥ ɲ̥	Mid-centralized	ɲ̥ ɲ̥	Retracted tongue root
ɲ̥ ɲ̥	Lowered (ɲ̥ is a bilabial approximant)			ɲ̥ ɲ̥	Raised (ɲ̥ is a voiced alveolar non-sibilant fricative, ɲ̥ a fricative trill)				

Figura 13.1: Alfabeto fonético.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:IPA_chart_2005.png

Você já reparou que alguns dicionários apresentam em seus verbetes a transcrição fonética? Veja, por exemplo, dois verbetes do *Dicionário de Francês-Português, Português-Francês*:

“maigrir [megrir] *vi emagrecer*” (LAROUSSE, 1997, p. 237, grifo do autor).

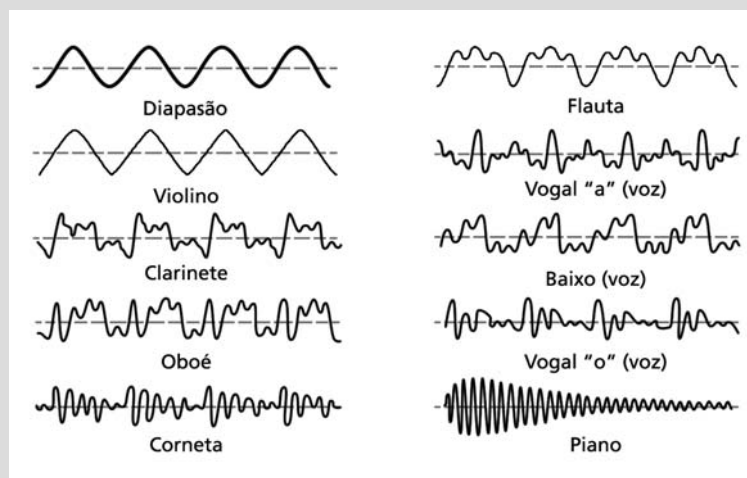
“papoter (pap – ø - te) *vi tagarelar*” (LAROUSSE, 1997, p. 225, grifo do autor).

Podemos fazer algumas observações, a partir desses dois verbetes do *dicionário Larousse*.

Em primeiro lugar, como você pode observar, a transcrição auxilia a leitura de uma língua estrangeira. É o que nos mostra o verbete “maigrir”.

Em segundo lugar, ainda com o verbete “maigrir” e sua transcrição [megrir], notamos a distinção entre letra e som. As letras “ai” em “maigrir” resultam no som [e], no caso, grafado por uma letra presente em nosso alfabeto; não é, no entanto, sempre assim que acontece, como observamos no verbete “papoter”. De qualquer forma, separar som de letra foi um dos objetivos de um alfabeto fonético.

Qual é a diferença entre som e letra?



Fonte: <http://castriinho.wordpress.com/2011/01/09/som-digital/>

O termo geral letra emprega-se para designar cada um dos elementos gráficos de que é constituído um alfabeto e que são utilizados nas escritas alfabéticas. As letras podem não corresponder a

nenhum som efetivamente realizado (h inicial, em português) (...). As letras podem indicar um fonema, como a pronunciado [a], ou vários, como um x pronunciado [ks] (DUBOIS et al., 1978, p. 360).

ABCDE
FGHIJ
KLMN
OPQ
RSTUV
WXYZ

Em terceiro lugar, o verbete “papoter” nos indica que é preciso compreender também aquele alfabeto fonético, afinal dele fazem parte letras e sinais que não estão presentes em nosso alfabeto. Isto nos mostra que um alfabeto fonético é composto não só por letras, mas também por vários sinais **DIACRÍTICOS**. Essa composição do alfabeto fonético procura dar conta da amplitude de sons das diferentes línguas humanas.

Em quarto lugar, você observou que a transcrição fonética feita pelo dicionário veio entre colchetes? Isto será deveras importante. Mais adiante, ao nos debruçarmos sobre a fonologia, veremos que os fonemas são transcritos entre barras inclinadas ao passo que os fones (unidade de estudo da fonética: o som concreto) serão transcritos entre colchetes. Guarde isto:



Fones → colchetes []
Fonemas → barras inclinadas / /

DIACRÍTICOS

“Sinais gráficos que conferem às letras ou grupos de letras um valor fonológico especial. Em português são tradicionalmente usados diacríticos: a) os acentos agudo, grave, circunflexo para assinalar a tonalidade ou o timbre das vogais; (...) c) o TIL, para o valor nasal do -a final de um ditongo (...)” (CÂMARA JUNIOR, 1986, p. 94).

Há, como dissemos, inúmeros outros alfabetos fonéticos. Um deles, o de Pike (1947), foi muito difundido no Brasil e se tornou muito importante, sobretudo porque tentou contornar dificuldades como a ausência de caracteres nas máquinas de escrever – esta não é mais uma dificuldade com nossos computadores, não é mesmo?



Para saber mais sobre fonética e sobre o alfabeto fonético, assista ao vídeo no link: <http://www.youtube.com/watch?v=oWU3OLCeSFA>.

Até aqui, você já sabe, entre outras coisas, que a fonética:

- ✓ é um campo disciplinar distinto da fonologia;
- ✓ tem como objetivo a descrição dos sons em sua materialidade física e acústica;
- ✓ para empreender seu estudo fez uma importante distinção entre som e letra;
- ✓ para dar conta das múltiplas características dos sons das línguas humanas criou o alfabeto fonético.

Agora que esta parte termina, será que você é capaz de dizer de que trata a fonética? Se for, vamos à Atividade 2. Se não, está na hora de rever a aula para prosseguirmos.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

2. Indique quando as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V). Explique as consideradas falsas:

- () A fonética permite observar que a realidade física é distinta da realidade que se supõe ouvir e/ou dizer.
- () A noção de letra não é pertinente para a fonética.
- () O alfabeto fonético internacional adveio da fonologia.
- () Os estudos fonéticos compreendem a produção de sons da fala, a percepção dos sons da fala e as propriedades físicas da fala.
- () Deter-se no modo como os sons são compostos é um dos interesses principais da fonologia.
- () Com a fonética evidencia-se a diferença entre som e letra.
- () Fonética e fonologia são dois campos de estudo distintos.

RESPOSTA COMENTADA

(V)

(V)

(F) O alfabeto fonético internacional surge no século XIX, advindo dos estudos comparativistas. Nessa época estava em voga a Fonética

Articulatória. Ademais, os estudos comparativistas se preocupavam com a mudança sonora e não com fonemas, tal como ocorrerá no século XX.

(V)

(F) A fonologia se ocupa não pelo modo como se compõem os sons, mas por sua distribuição e função no sistema linguístico.

(V)

(V)

ABORDAGEM FONÉTICA: CLASSIFICANDO E DESCREVENDO OS SONS

Para entender as principais características da fonética, de imediato, é preciso observar o chamado aparelho fonador. Observe, a seguir, a figura:

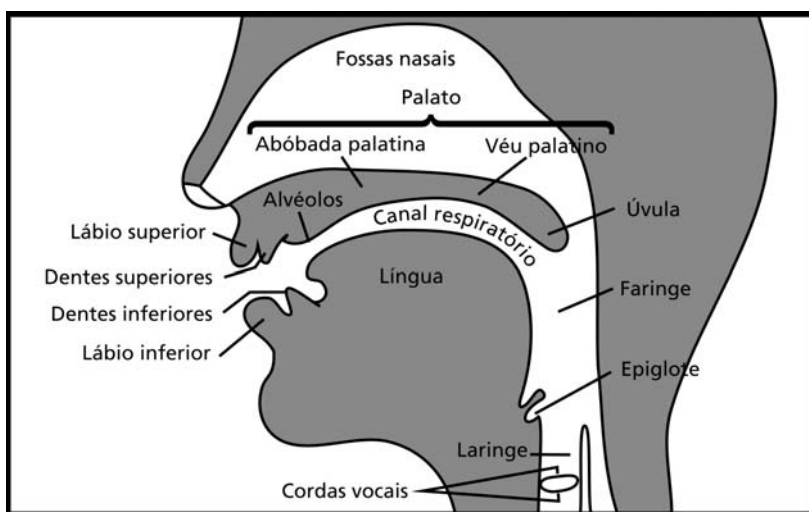


Figura 13.2: Aparelho fonador.

Fonte: <http://www.colegioweb.com.br/portugues/esquema-do-aparelho-fonador-.html>

Olhando atentamente a **Figura 13.2**, você deve ter percebido a existência de várias cavidades que servem para produzir som (oral, nasal, faringal e glote – cordas vocais). Segundo Santos e Souza:

Para entender a produção dos sons, é necessário analisarmos as partes do corpo humano que estão envolvidas na produção dos sons da fala. Essas partes do corpo que compõem o aparelho fonador são: pulmões, traquéia, laringe, epiglote, cordas vocais, véu palatino, palato duro, palato língua, dentes, lábios, mandíbula e cavidade nasal. Elas não têm, como função primária, a função de produção de sons, mas outras funções, como alimentação e respiração (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 13).

Na citação anterior, foram destacadas todas as partes do corpo humano que participam da complexa tarefa de produzir sons. Interessante, não? É importante frisar, também, que a fonação é a função segunda desse conjunto de áreas do corpo, cuja função primeira era servir somente à alimentação e à respiração. Com a evolução do ser humano, entretanto, lábios, dentes, pulmões, entre outros, passam a ter como tarefa produzir os sons da fala. Essa produção é bastante refinada. Há inúmeras divisões que dizem respeito ao modo como os sons se articulam. O que acontece desde a saída de ar dos pulmões até chegarem à cavidade bucal? As diferentes articulações constituem os sons que vão configurando os fonemas de uma língua. A fonética define o som, dependendo, entre outros fatores, do lugar de articulação ou do modo de articulação. Vejamos a tabela a seguir sobre a classificação das consoantes, em função do lugar de articulação:

Quadro 13.1: Pontos de articulação

Lugar de articulação
Bilabial: os articuladores são os lábios inferior e superior. Exemplo: pá, boa, má.
Labiodental: os articuladores são o lábio inferior e os dentes incisivos superiores. Exemplo: faca, vaca.
Dental: os articuladores são a lâmina da língua nos dentes superiores. Exemplos: data, Zapata, nada, lata.
Alveolar: os articuladores são o ápice ou a lâmina da língua com os alvéolos. A diferença em relação às dentais reside no fato de que o articulador passivo na dental são os dentes superiores; nos alveolares, são os alvéolos. Exemplos: data, Zapata, nada, lata.
Alveopalatal (ou pós-alveolares): os articuladores são a parte anterior da língua e a parte medial do palato duro. Exemplos: tia, dia (do dialeto carioca), chá, já.

Palatal: os articuladores são a parte média da língua e a parte final do palato duro. Exemplos: <i>banha, palha</i> .
Velar: os articuladores são a parte posterior da língua e o véu palatino mole. Exemplos: <i>casa, gata, rata</i> (o som <i>r</i> de “ <i>rata</i> ” varia consideravelmente dependendo do dialeto em questão). Indicamos aqui a pronúncia velar que ocorre tipicamente no dialeto carioca.
Glotal: os articuladores são os músculos ligamentais da glote. Exemplo: <i>rata</i> (na pronúncia típica do dialeto de Belo Horizonte).

Fonte: Adaptado de Silva, 2001, p. 32.

Experimente pronunciar lentamente as palavras “papel” e “computador” e observe onde se dá a articulação das consoantes dessas palavras. Já tinha feito tal experiência? Já pensou que ela pode ajudar muito a compreender os fonemas de uma língua? Agora observe um quadro que nos permite analisar o modo como se dá a obstrução da corrente de ar durante a produção de segmentos sonoros. Veja a seguir:

Quadro 13.2: Forma de articulação

Modo ou maneira de articulação
Oclusiva: os articuladores produzem uma obstrução completa da passagem de corrente de ar pela boca. O véu palatino está levantado, e o ar que vem dos pulmões encaminha-se para a cavidade oral. Oclusivas são, portanto, consoantes orais. As consoantes que ocorrem em português são (...) <i>pá, tá, cá, bar, dá, gol</i> .
Nasal: os articulados produzem uma obstrução completa da corrente de ar através da boca. O véu palatino encontra-se abaixado e o ar que vem dos pulmões dirige-se às cavidades nasal e oral. Nasais são consoantes idênticas às oclusivas diferenciando-se apenas quanto ao abaixamento do véu paladino para as nasais. As consoantes nasais que ocorrem em português são: <i>má, nua, banho</i> .
Fricativa: os articuladores se aproximam produzindo fricção quando ocorre a passagem central da corrente de ar. A aproximação dos articulados, entretanto, não chega a causar obstrução completa e sim parcial que causa a fricção. As consoantes fricativas que ocorrem em português são: <i>fé, vá, Zapata, chá, já, rata</i> (em alguns dialetos, o som <i>r</i> de “ <i>rata</i> ” pode ocorrer como uma consoante vibrante(...)) e não como uma consoante fricativa (...). O <i>r</i> fricativo ocorre tipicamente no português do Rio de Janeiro e no de Belo Horizonte, por exemplo.)
Africada: na fase inicial da produção de uma africada, os articuladores produzem uma obstrução completa na passagem da corrente de ar através da boca, e o véu palatino encontra-se levantado (como nas oclusivas). Na fase final dessa obstrução (...) ocorre então uma fricção decorrente da passagem central da corrente de ar (como nas fricativas). A oclusiva e a fricativa que formam a consoante africada devem ter o mesmo lugar de articulação (...). As consoantes africadas que ocorrem em algumas variedades do português brasileiro são <i>tia, dia</i> . Imagine as pronúncias “ <i>thcia</i> ” e “ <i>djia</i> ” para esses exemplos. Para alguns falares de Cuiabá, consoantes africadas ocorrem em palavras como “ <i>chá</i> ” e “ <i>já</i> ” (que são pronunciadas como “ <i>tchá</i> ” e “ <i>djá</i> ”, respectivamente. (...)).
Tepe (ou vibrante simples): o articulador ativo toca rapidamente o articulador passivo ocorrendo uma rápida obstrução da passagem de ar através da boca. O tepe ocorre em português nos seguintes exemplos: <i>cara e brava</i> .

Vibrante (múltipla): o articulador ativo toca algumas vezes o articulador passivo causando vibrações. Em alguns dialetos do português ocorre esta variante em expressões como “orra meu” ou em palavras como “marra”. Certas variante do estado de São Paulo e do português europeu apresentam uma consoante vibrante nestes exemplos.

Retroflexa: o palato duro é o articulador passivo e a ponta da língua é o articulador ativo. A produção de uma retroflexa geralmente se dá com o levantamento e o encurvamento da ponta da língua em direção ao palato duro. Ocorre no dialeto “caipira” e no sotaque do norte-americano falando português, como nas palavras *mar*, *carta*.

Laterais: o articulador ativo toca o articulador passivo e a corrente de ar é obstruída na linha central do trato vocal. O ar será então expelido por ambos os lados desta obstrução tendo portanto saída lateral. Laterais ocorrem em português nos seguintes exemplos: *lã*, *palha*, *sal* (da maneira que “sal” é pronunciada no Sul do Brasil ou em Portugal).

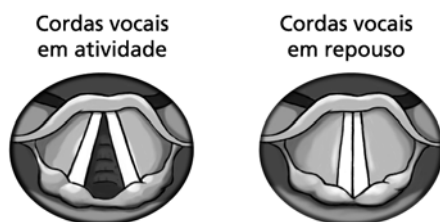
Fonte: Silva, 2001, p. 33-34.

O que essas descrições nos permitem observar na língua portuguesa? Como você leu, os fonemas /p/, /b/ e /m/ são bilabiais; ao passo que /f/ e /v/ são labiodentais. Essa é uma distinção que diz respeito ao lugar de articulação. Veja, ao pronunciar atentamente e lentamente esses fonemas, note que, nas consoantes bilabiais, os lábios superior e inferior se encontram momentaneamente. Já nas labiodentais, os dentes recaem sobre o lábio inferior. Percebeu? No que tange à obstrução de ar – modo de articulação – os fonemas /p/ e /m/ não funcionam da mesma maneira: /p/ é uma oclusiva ao passo que /m/ é uma nasal. O que isso significa? Significa que em /p/ o ar é totalmente impedido de sair por alguns instantes. Experimente pronunciar. Cuidado apenas para não falar o segmento “p+e” [pe], certifique-se de que está pronunciando apenas o fonema /p/ sem o /e/. Já em /m/, observe que parte do ar sai pelo nariz.



O conteúdo de áudio e alguns trechos do livro *Fonética e fonologia do português*, de Thaís Cristóvão Silva estão disponíveis no site da Editora Contexto. Para ouvir, acesse: www.editoracontexto.com.br, cadastre-se no site e clique em “Contexto especial”.

Todos estes dados fonéticos estão nos permitindo observar o contorno dos fonemas da nossa língua. Sempre que tiver alguma dúvida, consulte os Quadros 13.1 e 13.2, eles foram feitos para isso!



Fonte: <http://musicabela1.wikispaces.com/A+Voz+humana>

Até agora, viemos nos referindo aos fonemas consonantais. Eles podem, então, ser classificados tanto pelo ponto, quanto pelo lugar de articulação. Há ainda um terceiro fator de classificação das consoantes, que diz respeito à vibração das cordas vocais. De acordo com esse fator, as consoantes podem ser classificadas em surdas ou sonoras. A diferença entre uma consoante surda e uma consoante sonora decorre da vibração ou não das cordas vocais. Como o nome sugere, com as sonoras há vibração das cordas vocais; o mesmo não acontece com as surdas. Exemplos de sonoras são: [b], [d], [g], [v], [z]. Exemplos de surdas são: [p], [t], [k], [s]. Experimente pronunciar esses fonemas com a mão sobre o pomo-de-adão. Nas consoantes surdas não sentimos a vibração das cordas vocais, nas sonoras o contrário acontece. Leia, ainda, os exemplos:

Quando as cordas vibram, temos os sons sonoros – como os sons consonantais de *gado*, *banha* e *janela*. Quando as cordas vocais não vibram, os sons são surdos – como os sons consonantais de *pata*, *caça* e *chapa* (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 22, grifos dos autores).

Muitos são os aspectos abordados pela fonética. Impossível esgotá-los nesta aula! Antes de terminar, tratemos, ainda, da diferença entre vogal e consoante. Você saberia responder à pergunta: qual é a diferença entre uma vogal e uma consoante? Leia, então, a explicação a seguir:

Uma primeira distinção que fazemos dos sons produzidos e que podem ser utilizados nas línguas é entre consoantes e vogais. Articulatoriamente, a diferença entre vogais e consoantes é que, para as consoantes, o ar é obstruído de alguma maneira, enquanto a passagem do ar é livre para as vogais. Se se produz [m], [t], [s], percebe-se que, no primeiro caso, há uma obstrução do ar nos lábios, e o ar sai pelo nariz. No segundo caso, o ar é completamente obstruído por algum tempo nos dentes e depois é solto de uma vez. Para o [s], o ar não é obstruído na cavidade oral, mas também não sai livremente. A língua deixa pouco espaço para o ar sair e este o faz numa espécie de fricção. Por outro lado, quando se produz [a], [i], [u], o ar sai livremente, não há nenhum articulador na cavidade oral que obstrua o seu caminho (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 19).

Compreendeu? A obstrução ou não do ar é crucial para distinguir os fonemas consonantais (com obstrução na passagem do ar), dos fonemas vocálicos (passagem livre do ar).

Com efeito, estudar a produção dos sons da fala, observando aspectos fisiológicos e articulatórios, é o grande objetivo da fonética. Com isso, torna-se possível descrever e classificar o som das línguas naturais. Eis a contribuição da fonética como campo de estudo. Passemos, agora, a mais uma atividade, antes de fechar esta aula.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 3

3. Responda:

a) Em “três tigres tristes”, as consoantes iniciais são surdas ou sonoras? Explique:

b) Em “meu bem, meu zen, meu mal” (trecho da letra de “Meu bem, meu mal”, de Caetano Veloso), qual das palavras não começa com uma bilabial? Por quê?

RESPOSTA COMENTADA

a) No trava-línguas, a consoante inicial é o [t]. Trata-se de uma consoante surda (ou desvozeada), já que na sua produção não há vibração das cordas vocais.

b) A palavra “zen” não se inicia por consoante bilabial, pois em [z]. Ao contrário do que acontece em [m] e [b], não há um encontro do lábio superior com o lábio inferior. Trata-se de uma consoante fricativa, já que os articuladores se aproximam produzindo fricção.

CONCLUSÃO

É bastante vasto o campo da fonética e muitos são seus impactos. Um deles é na alfabetização; afinal, um dos grandes problemas da alfabetização diz respeito à confusão que o alfabetizando costuma fazer entre som e letra. E quando se diz som está se dizendo fonema bem como fone (aquela variação na pronúncia do fone [r], por exemplo). Compreender que não há relação biunívoca entre som e letra é tarefa árdua, um bom conhecimento de fonética e fonologia é fundamental para auxiliar na produção escrita daquele que está sendo introduzido na escrita de uma língua. A lista não acaba aí: o estudo das línguas ágrafas se vale da transcrição fonética para depreensão de seu quadro fonológico, ou ainda a área da aquisição da linguagem. Indo adiante, os estudos fonéticos atuais nos levam a rever Saussure. Com ele, vimos que a linguagem humana é arbitrária e imotivada, lembra? Conforme Callou (2001), a:

Fonética pode ser definida como a ciência da expressão linguística e do ponto de vista da linguagem expressiva há a possibilidade de criar-se uma correspondência entre o som linguístico e as modalidades dos movimentos articulatórios que o produzem. Pode-se dizer, assim, que existem algumas relações que guardam entre si o expressado e sua expressão (significado e significante). A fisionomia acústica de certas palavras, a sua composição fônica pode, muitas vezes, realçar seu sentido (CALLOU, 2011, p. 105).

Portanto, cabe uma discussão que diz respeito à motivação de, ao menos, certas palavras. Veja como a sonoridade de palavras como “farfalhar” e “cochichar” remetem ao significado das mesmas, não é? Se não vai se adentrar aqui nessa discussão, é preciso registrar que a poesia

se vale desse quadro sonoro como recurso fonético e fonológico. Pense nestes dois versos do poema “Ou isto ou aquilo” de Cecília Meireles: “A bola é mole/ é mole e rola”, em que repetição da alveolar [l] conjugada com as bilabiais [b] e [m] e a velar [r] “faz rolar a bola na boca”...

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

No aprendizado da língua, muitas vezes o professor se depara com grafias incorretas. Algumas delas decorrem da confusão entre letra e som. Agora que você já sabe um pouco de fonética, tente explicar a que se deve o erro ao escrever “honrra” com dois erres ou “vouta” com “u” em lugar de “l”? Em sua resposta, deixe clara a distinção entre fonética e fonologia.

RESPOSTA COMENTADA

A fonética, disciplina que estuda o som da fala, observando seus aspectos fisiológicos e articulatórios, efetuou a distinção entre som e letra. As letras são elementos gráficos que constituem um alfabeto. Elas são utilizadas nas escritas alfabéticas. Uma letra pode não corresponder a nenhum som ou, ao contrário, a mais de um som. A criança quando começa a aprender a escrever, muitas vezes, ainda não domina as convenções da língua escrita e pode escrever a palavra “vouta” com a letra “u” já que ao pronunciarmos “volta” a letra “l” corresponde ao fonema /u/ e não a /l/. Para tratar de todas as nuances sonoras das línguas, a fonética criou o alfabeto fonético, que é formado por letras e sinais diversos, que buscam transcrever detalhadamente os sons das línguas naturais. A distinção entre som e letra e a invenção do alfabeto fonético são duas das grandes contribuições da fonética ao estudo das línguas. Essa disciplina se distingue da fonologia por considerar os aspectos físicos e materiais do som, ao passo que a fonologia se preocupa com a função desempenhada pelos fonemas no interior do sistema linguístico.

RESUMO

Com esta aula já entendemos que fonética não é fonologia. Se, para o fonetista dois sons raramente serão iguais do ponto de vista físico (cf. Lyons, p. 72), diferentemente do que postula o fonólogo ao trabalhar com fonema (que supõe uma identidade para aquela massa sonora possa ser distintiva), ambos têm em comum o fato de refletirem sobre matéria sonora. A fonética se preocupa com sua composição dos sons, como vimos, descrevendo, classificando e fornecendo um instrumental que nos permite transcrever qualquer som de qualquer língua: basta lembrar o alfabeto fonético internacional que você viu nesta aula e das tipologias trazidas para dar conta das diferenças fonéticas. Vimos também que a fonética tem como objetivo a descrição dos sons em sua materialidade física e acústica. Para tal, traça um inventário exaustivo das características dos sons. Nesta aula, abordamos, por exemplo, como a fonética distingue as consoantes – fonema produzido com obstrução na passagem do ar – das vogais – fonema produzido com passagem livre do ar. Além disso, observamos também a classificação das consoantes quanto ao lugar e ao modo de articulação (reveja os boxes explicativos). Outro aspecto importante da produção dos sons, abordado pela fonética, reside na distinção entre consoantes surdas e sonoras. Essa distinção depende do papel desempenhado pelas cordas vocais: nas consoantes sonoras há vibração das cordas; nas surdas, não.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Nesta aula nos detivemos na fonética, na próxima aula nosso foco será a fonologia.

LEITURA RECOMENDADA

Para saber mais sobre fonética, além da bibliografia da aula, leia:

MASSINI-GAGLIARI, Gladis; GAGLIARI, Luiz Carlos. Fonética. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. *Introdução à lingüística*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

Fonologia

Silvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros

AULA

14

Meta da aula

Delimitar os estudos da fonologia.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os princípios gerais que regem a depreensão do fonema;
2. entender a relevância dos traços supra-segmentais para a fonologia;
3. compreender a relevância da variação para os estudos fonológicos.

INTRODUÇÃO



Um falante de espanhol, recém-chegado ao Rio de Janeiro, gostava de tomar suco de laranja com sanduíche em padarias. Ocorre que, quando o garçom perguntava a ele se queria o suco com ou sem açúcar, ele respondia “sim”, julgando estar dizendo “sem” açúcar. Qual não era a sua tristeza ao receber sempre um suco com açúcar... Comentando isto com um professor, este riu e pensou: o problema reside no fonema – “sem!” e “sim” são palavras distintas na língua portuguesa e esta distinção se deve à diferença entre os fonemas /e/ e /i/. Para ele, falante de espanhol, esta diferença não fazia sentido; para nós, falantes de português, esta diferença demarca palavras e sentidos distintos – o garçom entendia como “sim, quero açúcar....”. O mesmo ocorre conosco, quando falamos uma língua estrangeira: julgamos estar dando conta de uma palavra, mas uma simples mudança no som, pode nos jogar para outra palavra e nos levar a ser incompreendidos por falantes daquela língua em questão. O que isto tem a ver com nossa aula? Nela, nos debruçaremos sobre fonemas e sobre sua apreensão. Pensaremos sobre as combinações e as distinções que formam o sistema sonoro das línguas e iremos ver que os fonemas não são postos aleatoriamente, ao contrário, fazem parte do sistema de cada língua, desempenham funções no sistema. Ao refletir sobre tudo isso, vamos perceber também que existem variações entre os fonemas e que elas são importantes para o estudo da fonologia.

COMPREENDENDO E DEPREENDENDO OS FONEMAS DA LÍNGUA

Não foi de pequena monta a redução do inventário fonético das línguas a fonemas, a sons funcionais, nos fala Phillipson em sua introdução ao volume dedicado à fonologia e sintaxe (DASCAL, 1881, p. 7); ao contrário, “foi uma das mais importantes conquistas da ciência linguística” do século XX. E, “nessa descoberta e em seus posteriores desenvolvimentos colaboraram europeus e norte-americanos” (idem). Embora já tenhamos lido sobre a diferença entre fonética e fonologia em outras aulas (sobretudo nas Aulas 12 e 13), é sobre a fonologia que nos deteremos nesta aula. Veja como Dubois explica a fonologia:

Fonologia é a ciência que estuda os sons da língua do ponto de vista de sua função no sistema de comunicação linguística. Ela estuda os elementos fônicos que distinguem, numa mesma língua, duas mensagens de sentido diferente (a diferença fônica no início das palavras do português *bala* e *mala*, a diferença de posição do acento, no português entre *sábia*, *sabia* e *sabiá*, etc.), e aqueles que permitem reconhecer uma mensagem igual através de realizações individuais diferentes (voz diferente, pronúncia diferente etc.) (DUBOIS, 1978, p. 285, grifos do autor).

Em outras palavras, dado o amplo espectro de sons de uma língua, a fonologia irá perseguir aquilo que é pertinente, isto é, aquilo que constitui uma unidade distintiva (e quando falamos agora em unidade distintiva, estamos também falando de unidade funcional) na língua – fonema – por demarcar significados. A distinção entre unidades da língua pode ocorrer através da oposição entre fonemas (caso de *bala* e *mala*) e também em outros níveis, como é o caso do acento – tonicidade – das palavras, exemplo de *sábia*, *sabia* e *sabiá*. Esses dois tipos de distinção fazem parte do escopo da fonologia. Mas, como nos mostra Dubois, os interesses da fonologia não param por aí, pois aquilo que configura uma unidade mínima significativa – fonema – pode, numa mesma língua, possuir variações e essas também interessam aos estudos fonológicos. Em suma, pela citação de Dubois, podemos constatar que a fonologia estuda:

- ✓ fonema como unidade distintiva;
- ✓ traços que se juntam aos fonemas para ajudar a distingui-los;
- ✓ variações entre as realizações dos fonemas.



Se os dois primeiros dizem respeito à mudança de significado da palavra, o terceiro implica em diferença da ordem individual (seja em função da proveniência, da idade, do sexo, por exemplo). Vamos focar, nesta primeira parte da aula, a questão do fonema como unidade distintiva. Buscaremos compreender de que modo se faz a apreensão, isto é, a identificação dos fonemas. Mais adiante, explicaremos os dois outros tópicos.



Fabio Pozzebom/ABr

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazilian_Supreme_Federal_Tribunal.jpg

Você sabia que os estudos em fonética e fonologia podem interessar a diferentes áreas como a linguística forense, por exemplo? Leia o que nos diz a esse respeito Thaís Cristófar da Silva:

Linguística forense: A fala de um indivíduo apresenta características específicas e únicas. Estudos têm sido realizados para caracterizar as particularidades da fala individual e definir os parâmetros do que corresponde à "impressão digital" da fala. Espera-se que o progresso nesta área de pesquisa permita a utilização de evidência da fala em tribunais (SILVA, 2009, p. 22, aspas e itálico do autor).

Inicialmente, vamos rever o que é fonema.

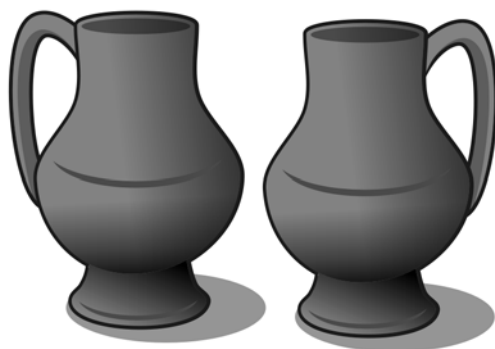
Na Aula 12, observamos que fonema, segundo Trubetzkoy e Jakobson, é entendido como unidade mínima distintiva, unidade com função, ou ainda “feixe de traços distintivos”. Portanto, uma propriedade do fonema é ele ser distinto de outro da mesma língua. Mas como chegamos aos fonemas? Leia Robins: “Para diferir distintamente, dois sons têm que ser capazes de ocorrer na mesma posição e no mesmo ambiente, na medida em que outras unidades de som estão envolvidas” (ROBINS, 1981, p. 120).

Observe os seguintes exemplos em português: fala, vala, mala, cala, tala, pala, rala. São, como você sabe, palavras com significados distintos. Diremos então que /f/, /v/, /m/, /k/, /p/, /r/ são fonemas na língua portuguesa (isto é, as suas diferenças são fonologicamente pertinentes), já que, em um mesmo ambiente (“ala”), é o som inicial que distingue os significados. Perceba que tais fonemas ocupam a mesma posição – posição inicial – e são cercados pelos mesmos fonemas, ou seja, possuem o mesmo ambiente. Como expõe Silva:

O procedimento habitual de identificação de fonemas é buscar duas palavras com significados diferentes cuja cadeia sonora seja idêntica. As duas palavras constituem um **PAR MÍNIMO**. Assim, em português definimos /f/ e /v/ como fonemas distintos (...) uma vez que o par mínimo “faca” e “vaca” demonstra a oposição fonêmica. Dizemos que o par mínimo “faca/vaca” caracteriza os fonemas /f,v/ por contraste em ambiente idêntico (...). Um par de palavras é suficiente para caracterizar dois fonemas (SILVA, 2009, p. 126).

PAR MÍNIMO

“É o par de palavras com sentido diferente e cujos significados só diferem por um fonema, como, por exemplo, em *pode* e *bode*” (DUBOIS, 1978, p. 452, *itálico do autor*).



Entendeu o que vem a ser par mínimo? O que ocorre com “faca” e “vaca” acontece com “pode” e “bode” e também com “sem” e “ser”. Neste último par, são os fonemas /m/ e /r/ que podem ser depreendidos, já que ocupam a mesma posição (em final de palavra) e possuem o mesmo ambiente (“se”). As distinções que constatamos no início da palavra (posição inicial) ou no final (posição final) também podem ser verificadas em outras posições, como no meio da palavra, por exemplo, tapa, tala, tara, em que depreendemos os fonemas /p/, /l/ e /r/.

Vale dizer que o estabelecimento dessas distinções não é feito observando o fonema como um elemento isolado, como faz a fonética, mas a partir das relações estabelecidas entre os fonemas. Isso fez você se lembrar da noção de valor? Se sim, você está no caminho certo, pois quando tratamos de função e pertinência o que está em jogo, na verdade, são as relações contraídas entre os elementos da língua.

O procedimento utilizado na depreensão de fonemas é chamado de teste de comutação:

Comutação é uma prova (teste) que deve servir para mostrar se a substituição de um elemento por outro, no plano da expressão, num nível determinado (fonema, morfema etc.) acarreta uma diferença no plano do conteúdo ou, inversamente, se a substituição de um elemento por outro, no plano do conteúdo, se manifesta por uma diferença no plano da expressão. Por exemplo, no par mínimo *má/pá*, substituir-se-á o /m/ pelo fonema /k/ (escrito c) e surgirá um novo par mínimo, constituído de dois termos, que têm cada um o seu sentido: cá/pá. (...). A comutação é, pois, a operação pela qual o linguista verifica a identidade paradigmática de duas formas da língua (DUBOIS, 1978, p. 134).

Então, para entender a definição de fonema e de pares mínimos, devemos atentar para o fato de que, quando tratamos de “fonema”, estamos tratando de “uma entidade abstrata” e não de sons concretos. Para isso, é preciso ir além das características materiais do som e passar a observar se esse som constitui uma unidade funcional ou não. Assim, ao suspeitar que em determinadas posições os fones [s] e [z] formam pares mínimos, o linguista analisa uma série de palavras em que eles ocupam a mesma posição. Veja os exemplos na tabela a seguir (SOUZA; SANTOS, 2003, p. 39):

Tabela 14.1: Pares mínimos com fones [s] e [z]

[s]	[z]
roça	rosa
raça	rasa
ouço	ouso

Tais exemplos constituem pares mínimos. Para detectá-los, o linguista realizou o teste de comutação:

Esse tipo de procedimento é chamado de teste de comutação: alteramos o significante em um único ponto e verificamos se há alteração de significado. Quando confirmamos que há distinção sistemática de significado entre pares desse tipo, temos que nessa língua os pares suspeitos formam pares mínimos (SOUZA; SANTOS, 2003, p. 39).

Nem todos os pares suspeitos formam pares mínimos, algumas distinções são apenas casos isolados e para a linguística estruturalista (herdeira direta dos postulados saussurianos) interessa sobretudo o que é recorrente e sistemático. Lembre-se, sempre, de que Saussure recortou como objeto de estudo da linguística a *langue* (sistema).

A apreensão de fonemas em ambiente idêntico através da comutação não é o único procedimento utilizado para identificar fonemas, há outros mais complexos; no entanto, como se trata de uma aula de introdução aos estudos da fonologia, nos interessa aqui que você retenha as informações seguintes:



Fonemas não são sons quaisquer, mas unidades mínimas distintivas e com função dentro de uma língua; à fonologia cabe a apreensão dos fonemas.

Agora fica mais fácil entender a explicação de fonema que se segue:

O fonema é uma entidade abstrata cuja ocorrência, nas diversas posições silábicas, estabelece diferenças de significação entre as palavras. No par mínimo /kata/ : /gata/ em português, tem-se a evidência de que /k/ e /g/ são fonemas distintos na língua porque estão em oposição no ataque da sílaba inicial dessas palavras (ABAURRE, 2006, p. 47, **negrito do autor**).

Se você recuperar a aula passada, saberá dizer que, em *pata e gata*, /p/ e /g/ são oclusivas, mas que diferem no fato de /p/ ser bilabial e /g/ ser velar. Estamos, pois, diante de **TRAÇOS DISTINTIVOS**, isto é de unidades mínimas que diferenciam fonemas numa língua.

TRAÇOS DISTINTIVOS

Em fonologia traços distintivos, também chamados de funcionais, pertinentes ou relevantes, referem-se a unidades mínimas, contrastivas, e são aqueles que, para alguns linguistas, especialmente os seguidores da escola de Praga, irão distinguir entre si os elementos lexicais (CALLOU, 2001, p. 38).



O caráter infinito das possibilidades humanas de articulação e o fato admitido de um mesmo indivíduo não realizar nunca, duas vezes seguidas, o mesmo som de maneira idêntica, não impedem que se identifique sempre determinado som de uma língua, cada vez que é ouvido, como sendo o mesmo som e não outro. Para aqueles linguistas [do Círculo de Praga], o que torna essa identificação possível é o chamado traço distintivo (...) (CALLOU, 2001, p. 38).

Agora que você já é capaz de definir satisfatoriamente os fonemas e sabe como depreendê-los, façamos uma atividade antes de continuar.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o trecho da canção “Chuva, suor e cerveja”, a seguir, de Caetano Veloso, e faça o que se pede (se quiser, ouça a música no You Tube: www.youtube.com/watch?v=FH-LxGXklco):

Chuva, suor e cerveja

Caetano Veloso

(...)

Venha, veja, deixa, beija, seja

O que Deus quiser

A gente se embala, se embola, s'imbola

Só pára na porta da igreja

A gente se olha, se beija, se molha

De chuva, suor e cerveja



Disponível em: http://www.caetanoveloso.com.br/sec_discogra_view.php?language=pt_BR&id=15/. Acesso em: 01 Ago 2011.

a) Retire do trecho em questão um par mínimo.

b) Depreenda do trecho 2 fonemas e explique como chegou a eles.

RESPOSTA COMENTADA

a) Em função do que estudamos, o texto apresenta duas opções: “veja/ seja” e “embala/embola”.

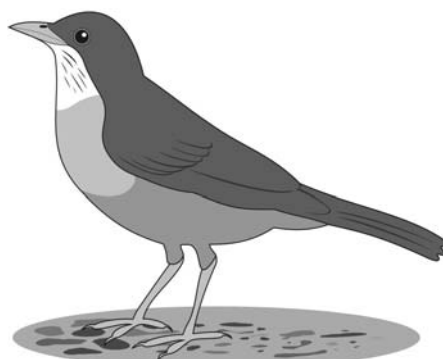
b) A depreensão é possível aplicando-se o teste da comutação. Se confrontarmos “veja/seja”, verificamos dois termos com significados distintos cuja diferença reside nos sons [v] e [s] em mesmo ambiente, qual seja: “eja”. Estamos, pois, diante de dois fonemas distintos. O mesmo ocorre com “embala/embola”. Neste caso, os fonemas são /a/ e /o/.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE SÁBIA, SABIA E SABIÁ ?

As palavras sábia, sabia e sabiá são completamente diferentes, não é? O mesmo acontece, por exemplo, com saia e saía; esta e está; ai e aí. A citação de Dubois, que você leu na primeira parte desta aula, mencionou, como sendo pertinente para a fonologia a diferença de posição do acento – entendido como tonicidade – no português. O fato de a sílaba tônica recair em um ou em outro lugar, como podemos observar, demarca sentidos distintos na nossa língua. Pois bem, este acento – tonicidade – é também um traço distintivo, mas de natureza outra: não se trata de um fonema em oposição a outro, e sim de um nível outro, no caso, prosódico. O conjunto de traços que se põem acima do nível segmental, ou seja, acima das sequências de sons, são denominados de **TRAÇOS SUPRASEGMENTAIS**.

TRAÇO SUPRASEGMENTAL

“Traço suprasegmental, ou traço prosódico, é uma característica fônica que afeta um segmento mais extenso que o fonema: o acento, a entonação, a duração são traços suprasegmentais” (DUBOIS, 1978, p. 577).



No link: <http://www.fonologia.org/>, você encontrará material didático relativo a:

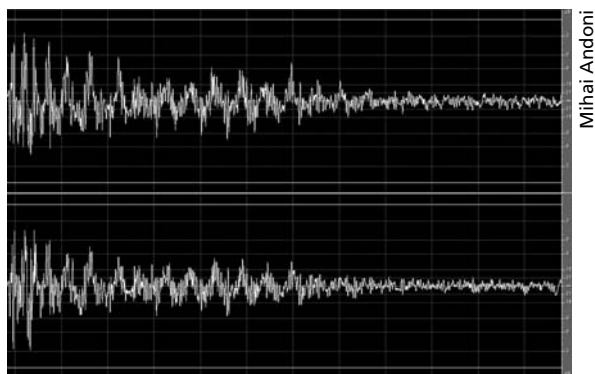
- ✓ Aspectos fisiológicos e articulatórios da organização da fala.
- ✓ Categorização articulatória dos sons da fala.
- ✓ Transcrições fonéticas do português e outras línguas.

Não deixe de consultar!

Para compreender melhor o que vem a ser “traço suprasegmental”, leia o trecho de Santos e Souza: “Os estudos iniciais em fonologia privilegiaram seu caráter segmental, ou seja, sequência de sons discretos, segmentáveis, divisíveis, cujas propriedades são atribuídas a cada segmento” (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 10).

Ou seja, os primeiros estudos de fonologia buscaram estudar os fonemas de que tratamos na primeira parte da aula. Mas não ficaram apenas neste nível. Sigamos:

Acima desse nível segmental, reconhece-se um nível supra-segmental, onde não se situam segmentos discretos, mas propriedades que se estendem para mais de um segmento, tendo valores relativos e não absolutos. Por exemplo, numa sentença como: ele comeu bolo?, temos uma sequência de sons e-l-e... Cada um desses sons pode ser descrito: o e é uma vogal produzida com a boca meio fechada, os lábios estendidos, etc. Acima desses segmentos e se estendendo por eles está, por exemplo, a entonação de uma questão (ele comeu bolo? vs. ele comeu bolo.). A entonação se estende por toda a sentença e não por apenas um segmento (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 10).



Mihai Andoni

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/973269>

Você já reparou que, na nossa língua, as afirmações, perguntas ou exclamações são demarcadas pela entonação com que as produzimos? Experimente falar:

Você leu o texto?

Você leu o texto.

Você leu o texto!

Pois é, em português, a entonação é um traço suprasegmental que serve também para distinguir enunciados.

A entonação é um meio importante para diferenciar sentidos a partir da variabilidade da altura da voz durante as emissões sonoras, e a partir das variações musicais que se apreendem de modo relativo – umas em relação às outras. A altura relativa da entonação está codificada nas línguas indo-europeias para indicar sobretudo a modalidade funcional-semântica da frase. Através dela se expressa o sentimento íntimo do falante, seus estados de ânimo, a raiva, o desprezo, a ironia, o espanto, todas as informações suplementares que Jakobson englobou sob o rótulo de função emotiva (LOPES, 1995, p. 121).

Além da entonação, nossa língua tem tonicidade e esta, muitas vezes, distingue significados, como já mostramos. O acento ou tonicidade – entendido como um certo realce que uma sílaba possui dentro de uma palavra – é, então, outro traço que, no caso, serve para distinguir palavras. É por isto que dissemos que a tonicidade é um traço suprasegmental.

Outro exemplo é a acentuação. As línguas procuram ser rítmicas, alternando sílabas fortes e fracas. Mas não há como se definir o que seja “forte”. O “forte” é “forte” por oposição ao “fraco”. Assim, numa palavra como cavaleiro, ca e lei são sílabas mais fortes por comparação com va e ro. A acentuação tem, então, valores relativos (sua descrição depende da comparação entre sílabas) (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 10).

Sobre o acento, ainda é válida a consideração:

O que tem valor distintivo, nas línguas de acento livre [caso do português] (ver box explicativo), nesses casos, não é o acento em si, pois se trata sempre de um e mesmo acento; é o *lugar do acento*, a sua distribuição no corpo da palavra (LOPES, 1995, p. 123, *itálico do autor*).

As regras que estabelecem o lugar do acento nas palavras variam de língua para língua. Há línguas, como o húngaro, em que o acento fixado invariavelmente na primeira sílaba da palavra. (...) Face a essas línguas de acento fixo, há, por outro lado, línguas de acento livre, como o português, ou o latim, em que o lugar do acento é imprevisível (LOPES, 1995, p. 123).

Ao perceber, então, que não apenas os traços segmentais, mas também os suprasegmentais – acentuação, entonação, como vimos – desempenham funções na língua, esses foram incorporados à análise fonológica. Segundo Callou: “Os traços prosódicos ou suprasegmentais, como a duração, o tom, a intensidade, têm também funções expressivas e, portanto, devem ser levados em conta numa descrição fonológica” (CALLOU, 2001, p. 38).

Obviamente que não esgotaremos, no espaço desta aula, toda a discussão acerca dos traços suprasegmentais. Mas, para fechar esta parte, vale a pena recuperar o que foi visto na Aula 11 sobre paradigma e sintagma:



A distinção entre um fonema e outro se dá num eixo paradigmático, opositivo, da substituição (veja o quadro com a oposição *rosa/roça*); a acentuação ou mesmo a entonação ocorrem em eixo sintagmático, não dizem respeito à substituição, mas à linearidade.

Está vendo como é importante ter todos esses conceitos bem entendidos? Vamos exercitar então.

**ATIVIDADE****Atende aos Objetivos 1 e 2**

2.1. Informe quais traços suprasegmentais estão em jogo nos exemplos a seguir:

a) Ele me ama./Ele me ama?

b) Vamos ao trabalho./Vamos ao trabalho!

c) Término/termino.

2.2. Relacione as colunas

1. Fonema	() Unidades mínimas que diferenciam fonemas numa língua.
2. Par mínimo	() Também chamado de traço prosódico, é uma característica fônica que afeta um segmento mais extenso que o fonema.
3. Traço distintivo	() É uma prova (teste) que deve servir para mostrar se a substituição de um elemento por outro, no plano da expressão, acarreta uma diferença no plano do conteúdo.
4. Traço suprasegmental	() Meio importante para diferenciar sentidos a partir da variabilidade da altura da voz durante as emissões sonoras.
5. Comutação	() Realce que uma sílaba possui dentro de uma palavra.
6. Entonação	() Quando um grupo de palavras se diferencia apenas pela troca de um som.
7. Acentuação	() É uma entidade abstrata cuja ocorrência, nas diversas posições silábicas, estabelece diferenças de significação entre as palavras.

RESPOSTA COMENTADA

2.1.

a) No exemplo a, o que está em jogo é a entonação, representada pela oposição entre afirmação (ponto final) e pergunta (ponto de interrogação).

b) No exemplo b, o que está em jogo é a entonação, representada pela oposição entre afirmação (ponto final) e exclamação (ponto de exclamação).

c) No exemplo c, trata-se do traço de acentuação (tonicidade), pois a diferença entre as palavras é marcada pela diferença da sílaba tônica.

2.2.

(3)

(4)

(5)

(6)

(7)

(2)

(1)

VARIAÇÕES NA LÍNGUA E ESTUDOS FONOLÓGICOS

Na língua portuguesa, em início de palavra e diante do fonema /i/, os fonemas /t/ e /d/ sofrem variações, ou seja, não se pronuncia “tia” e “dia” da mesma maneira no Rio de Janeiro e no Ceará, por exemplo. No entanto, não está em jogo nestes casos uma mudança de significado, não é mesmo? Exatamente: estamos diante de variações, no caso, decorrentes de regiões geográficas. Essas variações, apesar de não constituírem fonemas, interessam também à fonologia como lemos no início da aula em Dubois. As diferentes formas de pronúncia de um mesmo fonema são chamadas de **ALOFONE**, Leia a explicação a seguir:

Alofones são realizações fonéticas de um determinado fonema em determinado(s) contexto(s) de ocorrência. Em determinadas variedades de português, os fonemas /t/ e /d/ apresentam alofones [tʃ] e [dʒ], respectivamente, quando ocorrem antes da vogal alta /i/. Diz-se então que nessas variedades os fonemas /t/ e /d/ possuem os alofones [tʃ] e [dʒ], respectivamente, e que esses alofones encontram-se em distribuição complementar: [t e d] nunca ocorrem no contexto de [tʃ e dʒ] (antes de /i/) e [tʃ e dʒ] nunca ocorrem nos contextos de [t e d] (antes das demais vogais) (ABAURRE, 2006, p. 47).

ALOFONE

Unidade que se relaciona à manifestação fonética de um fonema. Alofones de um mesmo fonema ocorrem em contextos exclusivos. (SILVA, 2001, p. 135). O fonema /t/, por exemplo ocorre como o alogone [tʃ] diante de [i].

Vamos entender melhor essa passagem. Os fonemas de uma língua são, retomando o que já foi dito, uma abstração. Sua forma fonética, conforme Crystal, “depende de muitos fatores, principalmente sua posição em relação a outros sons da frase” (CRYSTAL, 1988, p. 22). O fonema /t/, por exemplo, se vem seguido de /i/ ou /u/, em certas regiões do Brasil, deixa de ser uma oclusiva e passa a ser uma africada (veja as Tabelas 13. 1 e 13. 2 da Aula 13). Esta é uma variação do fonema /t/,

ou ainda, a africada é um alofone do fonema /t/. Tal alteração decorre da distribuição dos fonemas, isto é, de onde eles se encontram. Neste exemplo foi exatamente a presença de /i/ ou /u/ após o /t/.

Dependendo do modo como os fonemas se distribuem, eles podem contrair diferentes tipos de distribuição. Interessa-nos, aqui, tratar da distribuição complementar, que acontece quando dois fonemas jamais ocupam a mesma posição num determinado ambiente. Em outras palavras: “em ambiente em que determinado segmento ocorre o outro não ocorre, caracterizando, portanto, a **distribuição complementar**” (SILVA, 1999, p. 131, negrito do autor).

A noção de distribuição complementar fundamenta-se no princípio de que “os sons tendem a ser afetados por seus contextos linguísticos” (PIKE, 1957). Estes contextos incluem: (a) efeitos dos sons vizinhos, (b) a posição de ocorrência em unidades maiores (sílabas, palavras, sintagmas), (c) o efeito de elementos suprasegmentais (acento, tom), e (d) informações de índole lexical e gramatical (palavras simples, compostas, categorias lexicais, como nome, verbo, adjetivo) (MORI, 2001, p. 156).

Muitos são, seguindo com Crystal, “os alofones possíveis para qualquer fonema, dada a vasta gama de pronúncias idiossincráticas existentes em uma comunidade de fala” (CRYSTAL, 1988, p. 22). A esta ampla possibilidade, dá-se o nome de *variação livre*. Qual, então, a diferença entre variação livre e a variação do fonema /t/ que expusemos anteriormente?

A variação livre não depende de contexto. Como o nome indica, é livre: são inúmeras as possibilidades de articulação de um som (basta lembrar de situações como a da anestesia na boca por conta de uma extração de um dente...). Há, no entanto, outras variações que dependem do contexto onde ocorre o fonema: estes são os alofones – *variantes posicionais* – a que nos referimos.

Vamos, então, organizar:



Alofones podem ser livres ou posicionais (ou condicionados).
Variantes livres não dependem de contexto.
Variantes posicionais (ou condicionados) dependem de contexto.

Alo-: prefixo usado em Linguística para se referir a qualquer variação perceptível da FORMA de uma UNIDADE linguística, sem afetar a identidade FUNCIONAL desta unidade na língua (CRYSTAL, 1988, p. 22).

Em resumo, os fonemas podem sofrer alteração por alguns motivos:

- a) Devido aos diferentes hábitos articulatórios dos falantes, um mesmo fonema pode receber diferentes pronúncias. Isso se verifica, no português do Brasil, nas diferentes pronúncias do fonema [t] (variante livre);
- b) O segundo tipo de variação depende da posição do fonema (distribuição). Retomando, ainda, o exemplo do [t], sabemos que antes de [i] ele sofre uma determinada variação. Essa variação está condicionada pelo contexto, isto é, depende do ambiente em que aparece o fonema.

E com isto você viu que:

O fonema pode variar em sua realização. Aos vários sons que realizam o mesmo fonema damos o nome de variantes, elementos que a descrição fonológica de uma língua não deve deixar de lado. Uma variante apresenta-se como manifestação substancial de uma unidade abstrata ou como variante-padrão que representa essa unidade. A fonemização implica a redução de uma número ilimitado de variantes a um número limitado de invariante (CALLOU, 2001, p. 42).

Agora você entendeu o que aconteceu com o tal falante de espanhol, não é? Dado o amplo leque de possibilidades de variantes na pronúncia de “sem”, pronunciar “sim” incorre em outro fonema da língua. Afinal, o fonema, em cada língua, se individualiza por um amplo feixe de traços que o distinguem de outros fonemas da língua. A diferença entre as variações de um mesmo fonema e um novo fonema muitas vezes não é captada por um estrangeiro. Compreendeu? Além de não ouvir a diferença, um estrangeiro ou um aprendiz de língua estrangeira, muitas vezes, julga estar pronunciando corretamente um fonema, quando, na

verdade, está pronunciando outro. Você já passou por isso? Com essas observações, fechamos esta aula, aprendendo, com o estudo das variações, mais uma das facetas dos estudos fonológicos. Passemos à atividade.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 3

3.1. Explique a que se deve a confusão na escrita entre mal e mau.

3.2. Por que se pode dizer que o conhecimento da fonologia auxilia o ensino/aprendizado de uma língua estrangeira?

RESPOSTA COMENTADA

3.1. Na língua portuguesa, “l” é um fonema que admite variações quando ocorre em final de sílaba como em “mal” ou “sal”: uma delas, comum no Rio Grande do Sul, consiste em fazer usá-la como velar; outra variação, deveras usada em grande parte do Brasil, consiste em vocalizar a consoante, isto é, em torná-la uma vogal (u). Advém desta variação a confusão na escrita: grafar como letra aquilo que consiste em uma variação, no caso posicional, de um determinado fonema.

3.2. O conhecimento de fonologia pode auxiliar o aprendizado de uma segunda língua, pois ao atentar para as distinções produzidas pelos fonemas (feixe de traços distintivos) na língua e para as variações sejam elas livres ou determinadas, que caracterizam esses mesmos fonemas, o aprendiz pode notar mais sensivelmente as diferenças sonoras sutis que produzem, entretanto, grandes diferenças no significado. Ao ter um bom conhecimento de fonologia, o professor de língua estrangeira passa a estar mais atento aos erros sistemáticos de seus alunos. Além disso, o professor pode esclarecer quanto às grandes diferenças no plano do conteúdo, alocadas em pares mínimos, tão próximos no plano da expressão. Muitas vezes, diferenças mínimas na expressão correspondem a imensas diferenças no conteúdo, como vimos no exemplo de “sim” e “sem”.

CONCLUSÃO

Nesta aula, caminhamos um pouco mais na compreensão dos estudos fonológicos e na noção de fonema. Se são várias as definições de fonema, e diversas e diferenciadas as escolas fonológicas, um ponto em comum entre elas reside no fato de que fonema é uma entidade abstrata: uma abstração a partir de realizações fonéticas. Outro ponto importante diz respeito ao fato de que cada língua tem seus próprios fonemas, ou seja, o que é fonema para uma língua não necessariamente é em outra. Resta ainda lembrar que, como diz Abaurre, a “investigação sobre o componente fonológico das línguas naturais justifica-se, naturalmente, por si só” (ABAURRE, 2006, p. 69). No entanto, como a autora lembra, as investigações fonológicas resultam em contribuições para diversas áreas como, por exemplo, a fonoaudiologia, a neurolinguística. Todas essas questões tornam-se um conhecimento fundamental para o professor que trabalha com a criança em estágio da alfabetização, afinal, uma das grandes dificuldades neste momento é perceber que as letras são símbolos que servem para segmentos fônicos, mas que não há uma relação direta entre eles e tampouco uma relação biunívoca (uma letra para cada fonema). Trata-se, pois, de um desafio para o professor e para o aprendiz.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Tomando as afirmações a seguir, responda às questões propostas:

I. Ao trocar a consoante inicial oclusiva surda das palavras par, tom e cola pela sonora, obtêm-se bar, dom, gola;

II. Maria foi a cinema./Maria foi ao cinema!

a) As diferenças apontadas em I interessam à fonética ou à fonologia? Por quê?

b) No exemplo II, não é possível detectar uma distinção entre fonemas, entretanto há diferença entre as duas sentenças. Qual? O que essa diferença envolve? Explique e fundamente sua resposta.

RESPOSTA COMENTADA

a) Informar tão somente uma mudança de surda para sonora interessa à fonética. No entanto, esta é uma mudança, como podemos notar, pertinente na língua, isto é, tal mudança implica em outros fonemas, o que se pode verificar aplicando-se o teste da comutação em cada par de palavras: par/bar; tom/dom; cola/gola. Ou seja, estamos diante do que, na aula vimos chamar-se par mínimo: “par de palavras com sentido diferente e cujos significados só diferem por um fonema”.

b) A diferença notada entre as duas sentenças envolve a entonação. A pontuação da primeira sentença sugere que se faz uma simples afirmação, o que corresponderia na fala a um tipo de entonação. Já o ponto de exclamação, presente na segunda sentença, nos mostra que o emissor dessa oração estava espantado ou admirado com o fato de Maria ter ido ao cinema, talvez porque não seria uma ação usual de Maria. As diferentes entonações, portanto, implicam em distinções de significado. Entretanto, não se trata de distinção entre fonemas (traço segmental), e sim de uma diferença que engloba toda a extensão frasal. Trata-se de um traço suprasegmental.

Esta aula abordou uma das mais importantes conquistas da linguística do século XX, qual seja o desenvolvimento dos estudos fonológicos. A fonologia trata do fonema e o define como uma unidade distintiva. Ao fazer tal recorte, irá perseguir aquilo que é pertinente, isto é, aquilo que constitui uma unidade distintiva (e quando falamos agora em unidade distintiva estamos também falando de unidade funcional) na língua, o fonema. A primeira parte da aula foi dedicada à definição de fonema e à apresentação dos métodos adotados na sua apreensão. Para tal, foi importante trazer à tona os conceitos de *pares mínimos* e *comutação*. Pares mínimos são formados por pares de palavras com significado diferente, nas quais os significados só diferem por um fonema, como: mala/ bala. Já *comutação* diz respeito ao procedimento utilizado na apreensão de fonemas. No *teste da comutação*, o linguista altera o significante em um único ponto e verifica se há alteração de significado. Quando é confirmada a distinção sistemática de significado, diz-se que esses pares constituem pares mínimos. Na segunda parte da aula, foi discutido o conceito de “traço suprasegmental”. Compreendemos, então que o conjunto de traços que se põem acima do nível segmental, ou seja, acima das sequências de sons, são denominados de *traços suprasegmentais*. Vários são os traços suprasegmentais detectados nas línguas naturais. Eles possuem capital importância para os estudos fonológicos, pois assim como os fonemas, ajudam a criar distinções. Assim, a entonação – variabilidade da altura da voz durante as emissões sonoras – e a acentuação (tonicidade) – realce que uma sílaba possui dentro de uma palavra – são traços que servem para distinguir palavras. O estudo desses traços é tão importante quanto o estudo dos fonemas para a descrição do sistema linguístico. Por último, buscamos, nesta aula, tratar da questão da variação fonológica. Para isso foi importante o conceito de *alofone*, que são realizações fonéticas de um determinado fonema num determinado contexto de ocorrência. Vimos também que os alofones podem ser livres ou posicionais. Os *alofones livres* dependem apenas dos diferentes hábitos articulatórios dos falantes. Já os *alofones posicionais* dependem da posição do fonema, isto é, da sua distribuição.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, iremos nos deter na dupla articulação da linguagem. Para isto, leia da página 10 (item 1.8 “A dupla articulação da linguagem”) até a página 17 (quando termina o item 1.13. “Número dos monemas e fonemas”) do livro *Elementos de Linguística Geral*, de André Martinet.

LEITURAS RECOMENDADAS

Para saber mais sobre diversos conteúdos da aula, além das referências da aula, leia:

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1988.

A dupla articulação da linguagem

Silvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros

AULA

15

Meta da aula

Apresentar a dupla articulação da linguagem.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a primeira articulação da linguagem;
2. compreender a segunda articulação da linguagem;
3. entender o princípio da economia da dupla articulação.

Pré-requisito

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia o texto "A dupla articulação da linguagem", In: MARTINET, André. *Elementos de Linguística geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 10-17.

INTRODUÇÃO



Você já viu um boneco de madeira articulado? Esses bonecos pretendem reproduzir a anatomia do corpo humano, que é formado por membros. A palavra articulado, tem origem na palavra latina *articulus*, cujo significado é “articulação dos ossos”. Assim como nosso corpo, também podemos dizer que a linguagem humana é articulada, isto é, formada por partes menores. Quantas são essas partes? Como elas se articulam? Essas são algumas das perguntas que pretendemos responder ao longo desta aula.



O QUE É ARTICULAÇÃO?

Na Aula 2, em que discutimos a comunicação animal, vimos que uma das diferenças básicas entre o sistema de comunicação das abelhas e a linguagem humana era o fato de esta última ser articulada. Lembre-se? Assim, registramos também que os enunciados podem ser divididos em partes, o que não ocorria com a mensagem transmitida através da dança das espertas abelhinhas. Observemos o enunciado:

Os meninos estudavam para a prova.

Este enunciado pode ser dividido em partes menores. Ele é constituído de 6 vocábulos:

Os/meninos/estudavam/para/a/prova.

Será que essa é a única divisão possível? Se você respondeu que não, está indo na direção certa. Tomemos os vocábulos “estudavam” e “meninos”. Veja como eles podem ser divididos em partes ainda menores:

estud-a-va-m e menin-o-s

Em uma rápida explicação, pode-se dizer que em “estudavam” tem-se o radical, a vogal temática e as desinências. Em “menino”, à base da palavra somam-se marcas de gênero e número. Entendeu? Esses

mesmos vocábulos podem ainda ser divididos em fonemas, que são as unidades de base sonora (lembra das Aulas 13 e 14?). Em resumo, estamos diante de dois tipos de articulação: uma formada pelos morfemas e outra pelos fonemas. A dupla articulação permite que as partes de um enunciado apareçam em outro enunciado. Com o mesmo segmento “estud-” é possível formar: estudei, estudava, estudarei. A noção de dupla articulação da linguagem, basilar para a Linguística, foi desenvolvida, sobretudo, pelo linguista André Martinet.

Martinet abre o tópico intitulado “A dupla articulação da linguagem”, recuperando um já sabido: “a linguagem humana é articulada”. A questão é: o que isto quer dizer? Em que consiste a articulação? Leia o trecho a seguir:

Diz-se por vezes que a linguagem humana é articulada. Embora os que assim se exprimem nem sempre sejam capazes de definir exatamente o que pretendem dizer, não há dúvida de que aquela fórmula aluda a uma característica de todas as línguas. Mas convém explicar a noção de articulação linguística e observar que ela se manifesta em dois planos diferentes: com efeito, as unidades resultantes de uma primeira articulação articulam-se por sua vez em unidades doutro tipo (MARTINET, 1978, p. 10).

André Martinet nasceu em 1908 em Saint-Alban-des-Villards (Saboia). Foi uma figura de grande relevo no desenvolvimento da linguística, germanista de formação, para a elaboração das teorias do Círculo de Praga e publicou artigos a respeito de questões teóricas importantes para a fonologia, o que muito contribuiu para o conhecimento da fonologia. Ensinou na Sorbone (França), na Columbia University (EUA). Uma das suas contribuições mais brilhantes reside na noção de DUPLA ARTICULAÇÃO. (Cf. LEPSCHY, 1966, p. 109-113).

Ainda sobre a noção de articulação, leia o trecho de Martelotta:

Afirmar que a linguagem humana é articulada significa dizer, portanto, que os enunciados produzidos em uma língua não se apresentam como um todo indivisível. Ao contrário: podem ser desmembrados em partes menores, já que constituem o resultado da união de elementos, que, por sua vez, podem ser encontrados em outros enunciados (2008, p. 37).

Com base na leitura dos trechos e nos exemplos anteriores, você já deve saber que na linguagem humana temos duas articulações. A primeira articulação diz respeito aos morfemas, e a segunda diz respeito aos fonemas. Retenha isto:



- Primeira articulação: morfologia
- Segunda articulação: fonologia

A seguir, buscaremos compreender a primeira articulação.

A PRIMEIRA ARTICULAÇÃO

A primeira articulação da linguagem é formada pela unidade mínima portadora de sentido, ou seja, por morfemas. Segundo Martinet:

(...) cada uma das unidades da primeira articulação tem um sentido e uma forma vocal (fônica). Não podemos analisá-las em unidades sucessivas menores dotadas de sentido: é o conjunto *cabeça* que significa “cabeça”, e não a soma de eventuais sentidos de cada um dos segmentos em que podemos dividi-lo – *ca-*, *be-* e *-ça* por exemplo (1975, p. 12).



A relação entre “sentido” e “forma vocal” retomada por Martinet remete a relação entre significante e significado. Leia, ainda, em Martinet:

Um enunciado como *tenho uma dor de cabeça*, ou uma parte desse enunciado que, como *tenho uma dor* ou *dor* ou *cabeça*, faz sentido, designa-se por SIGNO linguístico. Qualquer signo linguístico comporta um SIGNIFICADO, que constitui o seu sentido ou valor e que representamos entre aspas (“tenho uma dor de cabeça”, “dor”, “cabeça”), e um SIGNIFICANTE, graças ao qual se manifesta o signo e que transcrevemos entre barras oblíquas (...). É ao significante que a linguagem corrente costuma chamar de *signo*. Com os seus significado e significante, as uni-

dades da primeira articulação são signos, e signos mínimos por não poderem analisar-se em sucessão de signos menores (1978, p. 12-13, grifo do autor).

Assim, observamos que as unidades de primeira articulação – os morfemas – são definidas por Martinet como “signos mínimos”, pois de sua divisão não resultam signos menores. Para concretizar melhor essa relação, voltemos ao vocábulo “estudavam”. Veja a tabela a seguir:

Tabela 15.1: Divisão mórfica de “estudavam”

Estud-	Radical	Indica a raiz (a base) da palavra
-a-	Vogal temática	Indica que o verbo pertence à 1ª conjugação
-va-	Desinência	Marca de pretérito perfeito do indicativo
-m	Desinência	Mostra que o verbo está na 3ª pessoa do plural

Note que cada uma das partes – morfemas – que formam o vocábulo é significativa. Essa significação, entretanto, é construída na relação entre as partes, pois o “-m” ou o “-va”, tomados isoladamente, perderiam as noções de número, pessoa, modo e tempo verbal. Por ora, o mais importante é compreender que Martinet denomina os morfemas como “signo mínimo”, pois ao proceder à divisão deles em elementos menores não restam mais elementos significativos, e sim distintivos: os fonemas (/e/, /s/, /t/, /u/, /d/, /a/, /v/, /a/, /m/). Vale ressaltar que os *morfemas* são também chamados de *monemas*.

Para compreender melhor a primeira articulação da linguagem, leia a explicação de Dubois:

Dupla articulação, na hipótese funcionalista de A. Martinet, é a organização específica da linguagem humana, segundo a qual todo enunciado se articula em dois planos. No primeiro plano, ou primeira articulação, o enunciado articula-se linearmente em unidades dotadas de sentido (unidades significativas: frases, sintagmas); as menores destas são chamadas monemas (ou morfemas). Assim, a frase *a criança dormirá* articula-se em seis monemas (a-kryãs-a dorm-ir-a) (1978, p. 67).

A dupla articulação nos revela, então, que a linguagem é formada por dois planos, ou articulações. No primeiro plano, ou primeira articulação relacionam-se, linearmente, em função da linearidade do significante, os morfemas, que são as unidades portadoras de sentido. Os morfemas constituem as unidades de primeira articulação. Antes de passarmos ao exame da segunda articulação, exercitemos um pouco todas as noções vistas até agora!

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1.1. Explique a assertiva: a linguagem humana é articulada.

1.2. Caracterize a 1ª articulação da linguagem, analisando o vocábulo “infelizmente”.

RESPOSTA COMENTADA

1.1. Dizer que a linguagem humana é articulada significa dizer que ela é composta por partes menores. Assim, a linguagem não é um todo indivisível, mas se constrói na relação de partes menores que se articulam e se combinam. Tal característica permite que os elementos utilizados num enunciado apareçam, por vezes, em outros. A propriedade de articulação é uma das principais distinções entre a linguagem humana e os sistemas de comunicação dos animais.

1.2. A primeira articulação da linguagem é formada pelos morfemas – unidades significativas. O vocábulo “infelizmente” é constituído pela combinação entre os morfemas: in-, -feliz, -mente. Tais morfemas podem formar outras combinações: feliz / felizmente/ infeliz. O morfema de negação “in” pode acompanhar diversos radicais, formando: in + acabado; in + finito; in + controlável. Do mesmo modo, a terminação “-mente” forma vários advérbios: franca + mente; clara + mente; humana + mente; longa + mente.



Como vimos no tópico anterior ao dividirmos os morfemas em unidades menores, obteremos os fonemas. Veja como segmentamos o vocábulo “estudavam”:

! /e/, /s/, /t/, /u/, /d/, /a/, /v/, /a/, /m/

Essa divisão mostra-nos que temos 9 unidades destituídas de significação. A unidade /v/, por exemplo, não tem em si mesma uma significação, porém serve para distinguir “vela” de “nela”. São, portanto, os fonemas traços distintivos. Além disso, é esse mesmo /v/ que está presente em “vaca”, “uva”, “vinho”, “vassoura”, entre outros. Com efeito, os fonemas são unidades constitutivas da segunda articulação. Segundo Lopes:

Os fonemas são unidades do nível linguístico inferior (unidades de segunda articulação) que não possuem outra função além da de poder ser combinadas para formar as unidades do nível linguístico que lhes é imediatamente superior (*morfemas*, unidades de primeira articulação) (1995, p. 49 – grifo do autor).

A propriedade de articulação é fundamental para a organização da linguagem humana. Martinet enfatiza a importância da segunda articulação:

Graças à segunda articulação podem as línguas contentar-se com algumas dezenas de produtos fônicos distintos um dos outros, que se combinam para se obter a forma vocal das unidades de primeira articulação: assim em *cabeça* aparece duas vezes a unidade que representamos por a – a mesma que reencontramos em *mesa*, nos artigos, a e uma, etc. (1975, p. 12).

Assim, a partir de um grupo de elementos fixos, torna-se possível executar um sem número de combinações. Atente para o fato de que “o inventário dos fonemas duma língua constitui uma LISTA FECHADA” (MARTINET, 1975, p. 17 – grifo do autor).

Morfema X Fonema

Não confunda o morfema com o fonema, mesmo quando possuem a mesma “forma”. Em: “As meninas são alegres”. O morfema de número “-s” possui a mesma forma do fonema /s/, que aparece, por exemplo, no início de são. Às vezes, a forma do morfema é a mesma que a do fonema, mas a diferença reside na ausência ou presença de conteúdo. O fonema /s/ de sapo serve para distinguir “sapo” e “papo”, por exemplo. Já em “As meninas” e “A menina”, temos a presença ou a ausência da marca de número. O conteúdo representado pelo morfema “-s” é, então, número plural. Entendeu?

Sobre a segunda articulação, leia ainda a explicação de Dubois:

No segundo plano, ou segunda articulação, cada monema, por sua vez, se articula no seu significante em unidades desprovidas de sentido (unidades distintivas); as menores destas são os fonemas, de número limitado em cada língua. O monema *dorm-* é formado de quatro fonemas, cada um dos quais pode ser substituído por outros no mesmo ambiente ou combinar-se com outros para formar um monema diferente. Da mesma forma, o significado pode decompor-se, mas não linearmente, em unidades de sentido ou semas: criança = [humano] + [muito jovem] (1978, p. 67-68).

Da explicação de Dubois, podemos depreender que a definição de dupla articulação da linguagem relaciona-se com:

→ A linearidade do significante – pois é ela quem permite a sucessividade de morfemas e fonemas.

→ A noção de sintagma – é no ambiente sintagmático que as combinações ocorrem.

A esse respeito, leia o que diz Martinet:

O caráter linear dos enunciados explica a sucessividade dos monemas e fonemas. Em tais sucessões, tanto valor tem a ordem dos fonemas como a seleção de que eles são objeto: o ptg. *rumo* (...) comporta os mesmos fonemas que *murro* (...), mas os dois signos são distintos (1975, p. 14 – grifos do autor).

Para sistematizar a segunda articulação, veja:



Características da segunda articulação.

2ª articulação – fonologia

→ Articulação de elementos destituídos de significação.

→ Os fonemas formadores de “luva” podem compor: lava – leva – uva – luta.

→ Os fonemas são traços distintivos.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

2.1. Complete as afirmativas a seguir:

- A segunda articulação é formada pelos _____.
- Os _____ são unidades desprovidas de significação.
- Os fonemas possuem número _____ na língua.
- Segundo Martinet, o inventário de fonemas numa língua constitui uma _____.
- A função dos fonemas é formar _____.

2.2. Diferencie morfema e fonema. Exemplifique.

RESPOSTA COMENTADA

2.1.

- a) fonemas;
- b) fonemas;
- c) limitado;
- d) lista fechada;
- e) as unidades da primeira articulação/ morfemas.

2.2. Os morfemas se diferenciam dos fonemas por serem unidades significativas. Eles formam a 1ª articulação da linguagem. No vocábulo “garotas”, tem-se a combinação de “garot” (raiz da palavra) acrescido do morfema de gênero feminino -a e do morfema de número -s. Ou seja: garot (raiz da palavra) + morfema de gênero feminino -a + morfema de número -s.

Os fonemas são as unidades constitutivas da 2ª articulação; eles se combinam para formar os morfemas, mas, ao contrário destes, são desprovidos de significação e servem para distinguir. Entre “vala” e “vela”, a troca do fonema /a/ por /e/ resulta em dois vocábulos distintos.

O PRINCÍPIO DA ECONOMIA



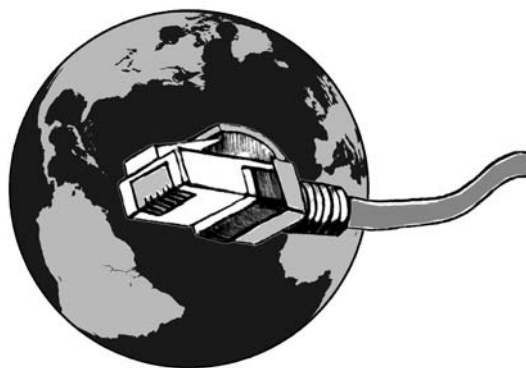
Marcelo Moura

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/348608>

Uma das principais teses formuladas por André Martinet consiste no que a denominou-se como a “economia da dupla articulação”. Começemos compreender o que isso quer dizer. Leiamos, então, o próprio Martinet:

“Só a economia resultante das articulações permite obter um instrumento de comunicação de emprego geral, graças ao qual se pode transmitir tanta informação por tão baixo preço” (1975, p. 14).

Para Martinet, portanto, a combinação entre os fonemas (2ª articulação) e os morfemas (1ª articulação) se dá de maneira econômica, promovendo um instrumento eficaz de comunicação. Isso significa dizer que, com o mesmo número de elementos (lista fechada e em número pequeno, no caso dos fonemas, e lista aberta e em maior número, no caso dos morfemas), o falante pode produzir mensagens ilimitadas. Podemos comparar a combinação de elementos funciona como uma banda larga da internet: ambas permitem a produção e a transmissão ilimitada de dados. Se não existisse tal mecanismo, os falantes certamente esbarrariam em dificuldades para elaborar e transmitir as mensagens desejadas. Observe, ainda, o que diz Lopes, acerca da economia da dupla articulação:



Podendo qualquer sentido associar-se, por convenção semiótica a qualquer combinação de elementos fônicos, a língua pode produzir mensagens sempre novas – ou seja, capazes de traduzir teoricamente qualquer tipo de experiência – valendo-se de um número muito reduzido de fonemas. Com não mais do que cinquenta fonemas, qualquer língua é capaz de formar um número elevadíssimo de monemas: com a sequência [‘teli-] formamos nos últimos tempos, em português, “telejornal”, “teleator”, “teledirigido”, “telenovela” etc.

É a dupla articulação que é responsável por essa extraordinária economia do sistema linguístico” (1995, p. 50).

Pode-se, com facilidade, constatar essa economia em situações concretas. Imagine se a cada novidade tecnológica os falantes de uma língua precisassem inventar novos elementos linguísticos. Como seria difícil elaborar e compreender mensagens! Você já deve ter notado o quão produtiva é o paradigma da 1ª conjugação dos verbos em português. É, a partir deles, que nascem os verbos: tuitar, deletar, blogar, entre vários outros. Ainda, segundo Martinet:



O número de enunciados possíveis em cada língua é teoricamente infinito, por ser ilimitado o número de monemas sucessivos que um enunciado pode comportar. Com efeito, é uma LISTA ABERTA a dos monemas de cada língua; não se pode determinar com precisão quantos monemas distintos possui uma língua, porque a cada passo surgem necessidades novas que fazem criar novas designações” (1975, p. 16).

Antes de seguir, você já pode registrar:



Morfemas: lista aberta
Fonemas: lista fechada

A partir do que foi visto até aqui, você consegue perceber a economia que a dupla articulação oferece à linguagem humana? Para tornar ainda mais clara essa questão, leia, a seguir, um trecho de Martelotta:

A questão da economia fica clara quando pensamos nos casos menos comuns em nossa língua de formação de feminino por heteronímia. Ou seja, casos como os de “homem/mulher”, “cavalo/égua”, “boi/vaca”, entre outros, em que se tem um vocábulo para designar o masculino da espécie e outro vocábulo totalmente diferente para designar o feminino.

Não é difícil perceber a pouca praticidade desse processo. Se todos os vocábulos possuísem, como correspondentes femininos, vocábulos inteiramente distintos, as línguas constituiriam um sistema comunicativo muito pesado. Os dicionários, que normalmente apresentam em torno de duas mil páginas, teriam de apresentar, no mínimo quatro mil. E nossa memória? Conseguiria armazenar tantas palavras acessíveis no dia a dia? Certamente a dificuldade seria muito maior. Muito mais fácil é o artifício que as línguas naturais desenvolveram: um processo de combinação de partes. No português, por exemplo, há um morfema –a, cuja função é indicar feminino; portanto, não precisamos criar palavras diferentes para designar feminino, basta colocar o morfema –a no final do vocábulo: “cantor/cantora”, “professor/professora”, “aluno/aluna”, e assim por diante (2008, p. 40).

Compreendeu? Como seríamos capazes de armazenar tantas informações na memória, caso a linguagem não fosse articulada? É, por isso, que Martinet chama atenção para o “baixo preço” das informações, como vimos anteriormente (Cf. MARTINET, 1975, p. 14).



Ainda, nas palavras de Dubois, podemos ler sobre as vantagens trazidas pela economia da dupla articulação:

A dupla articulação evita uma sobrecarga da memória e permite uma economia de esforços na emissão e na percepção da mensagem; sem ela seria preciso recorrer a um som diferente para designar cada elemento da realidade, cada nova experiência. Assim, a partir de algumas dezenas de fonemas, cujas possibilidades de combinação estão longe de ser todas exploradas, é possível formar milhares de monemas que, diversamente arranjados, veiculam a infinidade das mensagens linguísticas de uma dada língua (1978, p. 68).

Antes de exercitarmos um pouco sobre a economia da dupla articulação, sistematizemos um pouco:



Dupla articulação

- Organização própria da linguagem humana.
- Todo enunciado se articula em dois planos.
- Primeira articulação: articulam-se unidades dotadas de sentido (morphemas).
- Segunda articulação – articulam-se unidades desprovidas de sentido (fonemas).
- Evita a sobrecarga na memória.
- Permite uma economia na elaboração e compreensão de mensagens.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 3

3. Explique o princípio da dupla articulação da linguagem, com base nos pares de palavras:

- a) professor/professora
- b) cantor/cantora
- c) genro/nora
- d) padrasto/madrasta

RESPOSTA COMENTADA

O princípio da economia da dupla articulação diz respeito à eficácia do sistema de combinação da linguagem humana. Assim, com uma determinada quantidade de fonemas é possível criar inúmeros morfemas, a partir desses é possível criar um número infinito de sentenças. Deste modo, a dupla articulação é econômica, pois permite o reaproveitamento de partes. Esse princípio torna mais fácil elaborar e interpretar mensagens. Os pares de palavras nos mostram que em a e b, temos uma flexão de gênero baseada na articulação entre a base da palavra e o morfema –a, já em c e d, as noções de feminino e masculino são expressas por elementos mórficos distintos. Graças ao mecanismo presente em a e b, torna-se muito mais econômico realizar a flexão de gênero. Se em todos os casos da língua portuguesa ocorressem o que está exemplificado em c e d, haveria um número muito maior de palavras o que acabaria sobrecarregando a memória dos falantes.

CONCLUSÃO

Nesta aula, refletimos sobre a dupla articulação da linguagem e o princípio da economia da dupla articulação. Será que o fato de todas as línguas serem articuladas significa que todas se organizam da mesma forma? Como as diferentes línguas articulam sons e significados? Martinet afirma que: “A primeira articulação da linguagem é o modo por que se ordena a experiência comum a todos os membros de determinada comunidade linguística” (MARTINET, 1975, p. 15). Assim, é na comunidade de fala, que as experiências comuns são associadas a signos linguísticos e representam a visão que tal comunidade possui sobre o mundo. De acordo com a visão de Martinet:

Se todas as línguas praticam a dupla articulação, todas elas diferem na maneira como os respectivos utentes analisam os dados da experiência e se servem das possibilidades que lhes oferecem os dados órgãos da fala. Por outras palavras, CADA LÍNGUA ARTICULA A SEU MODO enunciados e significantes (1975, p. 15 – grifos do autor).

Do pensamento de Martinet, conclui-se que a linguagem é universalmente dotada de articulação, e isso é uma das principais características

da linguagem humana. Entretanto, esse linguista faz questão de enfatizar que o modo como as línguas praticam a dupla articulação é diferente, já que mudam a visão de mundo e também a própria utilização do aparelho fonador. Desta última resultam as diferenças de quantidade e de tipos de fonemas, que ocorrem de língua para língua.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

Explique o que vem a ser a “dupla articulação da linguagem”, e, demonstre, considerando os exemplos, o princípio da economia da dupla articulação.

a) Convidei meus amigos para a festa.

b) Foram convidados para a festa.

c) convid- $\left\{ \begin{array}{l} \text{-ei} \\ \text{-ados} \end{array} \right.$

d) /c/, /õ/, /v/, /i/, /d/, /e/, /i/ - convidei

RESPOSTA COMENTADA

A dupla articulação da linguagem é um modo de organização da linguagem humana, o qual propicia que os enunciados resultem da articulação de partes menores. Diz-se que a linguagem é composta por dois planos ou articulações. A primeira é formada pelos morfemas e a segunda pelos fonemas. Esse sistema de articulações é responsável por uma economia na formulação, transmissão e interpretação de mensagens, visto que os elementos de 1ª e 2ª articulações podem ser reaproveitados e repetidos inúmeras vezes. Nos exemplos dados, vemos que em a e b duas sentenças são formadas, a partir do uso de elementos bastante parecidos, tanto morfemas, quanto fonemas são reutilizados. A letra c evidencia a articulação mórfica do verbo “convidar”, mostrando que diferentes desinências podem ser associadas ao radical “convid-”. A conjugação dos verbos é um ótimo exemplo do uso da 1ª articulação da linguagem. Por fim, em d evidencia-se a divisão do verbo convidei

em 7 fonemas (unidades da 2ª articulação). Os fonemas, em número restrito nas línguas, unem-se dando origem a inúmeros morfemas. Esses articulam-se para formar inúmeras sentenças.

RESUMO

Nesta aula, buscamos compreender a afirmação de que a linguagem humana é articulada, isto é, formada pela combinação de partes menores. Observamos que o linguista André Martinet deixou uma importante contribuição aos estudos linguísticos, principalmente no que diz respeito à chamada dupla articulação da linguagem. Segundo ele, a linguagem resulta da combinação entre elementos da primeira e da segunda articulação. A primeira articulação compreende os elementos dotados de significação, a menor unidade portadora de sentido é chamada de morfemas. Tais morfemas resultam, ainda, da combinação de unidades ainda menores, os fonemas. Esses formam a segunda articulação e são destituídos de significação, já que funcionam como traços distintivos. Da união dos fonemas /k/, /a/, /z/, /a/ resulta o vocábulo "casa", este pode ainda ser reaproveitado para formar: "casinha", "casebre", "casarão". O fato de a linguagem humana ser articulada proporciona uma economia, que segundo Martinet, permite que muitas informações sejam passadas com um baixo custo. Por isso, a Linguística defende o princípio da economia da dupla articulação.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Desde que terminamos de ler Saussure, viemos caminhando com as "heranças" por ele deixadas, isto é, com os estudos que vicejaram a partir de Saussure e que de certa forma podem ser agrupados como estruturalismo europeu, a despeito de suas notáveis diferenças. Na próxima aula, será a vez de tentarmos compreender o que vem a ser o estruturalismo europeu. Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia o *item 7.2*. O estruturalismo, em "Algumas escolas e movimentos modernos" In: LYONS, J. *Lingua(gem) e Linguística*, p. 203-207.

LEITURAS RECOMENDADAS

Para saber mais sobre diversos conteúdos da aula, além de ler o próprio Martinet e a bibliografia da aula, segue outra sugestão de leitura:

LEPSCHY, Giulio C. *A linguística estrutural*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 109-115.

O estruturalismo europeu

Silvia Maria de Sousa

Vanise Medeiros

AULA

16

Meta da aula

Apresentar a vertente europeia do movimento estruturalista.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. entender o que vem a ser estruturalismo europeu;
2. compreender alguns princípios gerais do estruturalismo europeu.

Pré-requisito

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia o item 7.2. LYONS, John. Algumas escolas e movimentos modernos. In: _____. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 1987, p. 203-207.

INTRODUÇÃO



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/22010>

Você se lembra de que em 1993, o então presidente da república Itamar Franco resolveu relançar o Fusca, com o argumento de dar mais acesso ao povo brasileiro de possuir um carro? Pois bem, lançado inicialmente em 1935, o carismático veículo alemão, projetado por Ferdinand Porsche, podia ser comprado por quase todos, ao preço de 990 marcos, e era equipado com motor refrigerado a ar, sistema elétrico de seis volts, câmbio seco de quatro marchas, que até então só se fabricavam carros com caixa de câmbio inferiores a 3 marchas. De lá para cá, inúmeras foram as alterações realizadas no veículo: no motor, na aparência, nas marchas. Para entender um pouco sobre o “fusquinha”, seria interessante, por um lado, saber da sua história: foi lançado em 1935, sofreu reformulações em 1936, em 1951 havia duas janelas repartidas na parte traseira, em 1961 o sistema de pisca-pisca deixou de ser uma barra na coluna lateral central (também chamada de bananinha) para as lanternas traseiras, juntamente com as luzes de freio, entre várias outras curiosidades que você pode ler no *site*:

<http://www.fuscaclub.com.br/historia.htm>

Por outro lado, é possível analisar a estrutura do fusca tal qual ela se encontra hoje e, com isso, descobrir que o motor de 1.600 cilindradas realiza combustão interna de 4 cilindros e a 4 tempos, que é montado na

traseira, que sua potência máxima é de 57 cavalos e que ele faz 4.200 rotações por minuto, etc. Enfim, ao analisar o fusca, observando e comparando seus componentes internos, far-se-ia uma análise estrutural, que não precisa, necessariamente, remeter às evoluções pelas quais passou o veículo. Percebeu?



Com a preocupação de analisar as relações internas ao sistema das línguas surge o chamado movimento estruturalista, que abarcou várias escolas e vertentes. Postulava-se que tal como seria possível analisar e comparar os componentes internos do fusca, para compreender sua mecânica, de modo semelhante se poderia proceder à análise dos elementos linguísticos. Nesta aula, buscaremos compreender o que vem a ser o estruturalismo europeu.

DO ESTRUTURALISMO EUROPEU

Foram vários os movimentos em linguística no século XX, e podemos dizer que o estruturalismo foi dos mais marcantes até meados dos anos 1960. É um pouco sobre ele que você irá ler nesta aula. De imediato, precisamos distinguir duas vertentes do estruturalismo, a denominada europeia e a denominada americana. Por ora, basta saber que a vertente europeia funda-se sobre os postulados saussureanos, ao passo que a vertente americana tem em Bloomfield seu principal expoente. Esta aula tem por objetivo expor a vertente europeia do estruturalismo. Para isso recuperemos o texto de John Lyons:

Aquilo a que comumente nos referimos como **estruturalismo**, especialmente na Europa, tem origem múltipla. É convencional e conveniente datar seu nascimento como movimento identificável em linguística a partir da publicação do *Cours de Linguistique générale* [Curso de Linguística Geral] de Saussure em 1916. Muitas das ideias que Saussure reuniu nas conferências que na Universidade de Genebra entre 1907 e 1911 (nas quais se baseia o *Cours*) podem ser remontadas ao século dezenove e além (LYONS, 1981, p. 203, negrito do autor).

Como deve se lembrar, a palavra estruturalismo não se encontra no livro de Saussure – ele fala de sistema. E, como você bem deve se lembrar também, ele promove uma virada nos estudos sobre a linguagem ao propor uma visada sincrônica e não mais histórica sobre a língua. Que tal rever a Aula 8 para relembra a diferença entre uma abordagem diacrônica de uma sincrônica?

Sigamos com Lyons (1981):

Como vimos, os neogramáticos adotaram o ponto de vista segundo o qual a linguística, na medida em que é científica e explicativa, tem que ser necessariamente histórica. Contra tal colocação Saussure argumentou que a descrição sincrônica de línguas particulares podia ser igualmente científica; e também que podia ser explicativa. A explicação sincrônica difere da diacrônica por ser estrutural em vez de causal: ela fornece um tipo de resposta diferente à pergunta: “por que as coisas são como são?” (LYONS, 1981, p. 203, aspas do autor).

Note que Saussure defende para a linguística a abordagem sincrônica. Esta difere da diacronia por concentrar-se num determinado estado de língua. Isso significa dizer que as respostas buscadas numa análise sincrônica não privilegiam as causas deste ou daquele fenômeno ocorrido na língua. Dito de outro modo, a sincronia deixa de lado a linha evolutiva das línguas (a história das línguas) e não tenta explicar as línguas por relações do tipo causa e consequência. Ao contrário, a preocupação da análise sincrônica reside em analisar o sistema da língua, através da relação entre suas partes. Isso se denomina análise estrutural. Daí a afirmação de Lyons de que a explicação sincrônica é estrutural e não causal. Leia, a seguir, o exemplo dado por esse autor para diferenciar a explicação diacrônica da sincrônica:

É como se nos pedissem para explicar, por exemplo, por que um motor Rolls Royce de tal modelo e tal ano é como é. Poderíamos dar uma explicação diacrônica em termos das mudanças que ocorreram, no passar dos anos, no *design* do carburador, no braço da manivela etc.; e assim estaríamos dando uma resposta perfeitamente apropriada à pergunta. Uma alternativa seria a de descrever o papel de cada componente no sistema sincrônico; dessa forma estaríamos explicando como o motor se encaixa e como funciona. Esta última seria uma explicação estrutural (e funcional), não histórica, dos fatos (LYONS, 1981, p. 203).



Fonte: <http://carplace.virgula.uol.com.br/rolls-royce-phantom-coupe/>

Em suma, a pergunta “por que as coisas são como são?” em lugar de ter como resposta um passado como causa de um fenômeno linguístico, passa a ter a relação entre os elementos da língua como resposta. Como se lê em Lyons:

É este sentido de “estrutura” – segundo o qual dá-se uma ênfase especial às relações internas combinatórias e contrastivas no âmbito de um sistema linguístico – que faz com que o termo “estruturalismo” seja apropriado para várias escolas linguísticas diferentes do século vinte, que poderiam diferir, umas das outras, em vários aspectos (...) (LYONS, 1981, p. 204, aspas do autor).

Ainda seguindo a leitura de Lyons (1981), existem outras características do estruturalismo. Destaquemos duas delas:



- “a asserção de que ‘o único e verdadeiro objeto da linguística é o sistema linguístico [*La langue*] focalizado nele mesmo e por ele mesmo” (p. 205).
- “as línguas são sistemas semióticos nas quais aquilo que é significado (*le signifié*) está arbitrariamente associado com aquilo que significa (*le signifiant*)” (LYONS, 1981, p. 205, grifo do autor).

Estas características resultam em alguns princípios importantes, conforme Lyons:



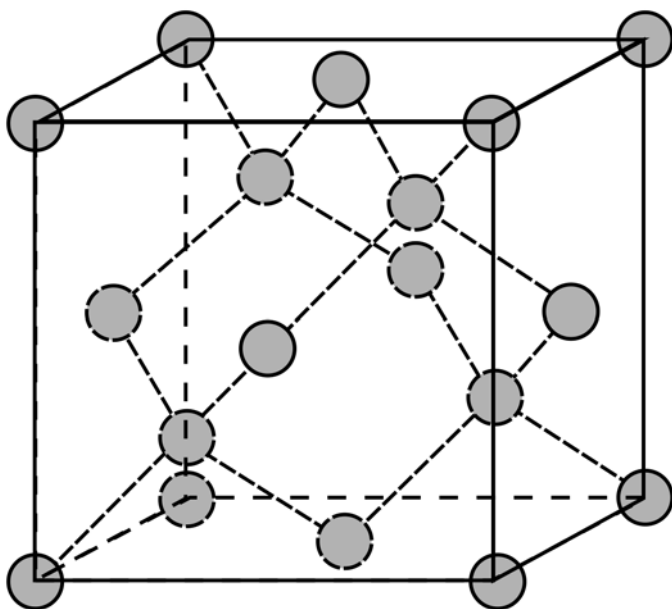
princípio da autonomia da linguística;
princípio da arbitrariedade do signo.

O princípio da autonomia linguística diz respeito ao fato de se pode analisar a língua abstraída de sua história evolutiva e independentemente de outros campos disciplinares:

(...) um sistema linguístico é uma estrutura que pode ser abstraída não apenas das forças históricas que lhe deram origem, mas também da matriz social em que funciona e do processo psicológico através do qual ele é adquirido e tornado disponível para uso no comportamento linguístico (LYONS, 1981, p. 205).

A este respeito, leia ainda a explicação de Fiorin:

A partir do momento em que se constitui como ciência autônoma, a linguística passou a estudar internamente a linguagem. A maioria dos linguistas não mais se preocupou com as relações entre a linguagem e a sociedade, não mais cuidou das vinculações entre a linguagem e os homens que dela fazem uso. Sua preocupação básica passou a ser a análise das relações internas entre os elementos linguísticos. Estabeleceu-se assim a linguística estrutural (FIORIN, 2007, p. 5).



Fonte: <http://www.infoescola.com/quimica/estrutura-cristalina/>

O ponto de vista saussuriano da singularidade dos sistemas linguísticos e da relação entre estrutura e substância leva naturalmente, embora de forma alguma inevitavelmente, à tese da relatividade linguística: a tese segundo a qual não existem propriedades universais de línguas humanas (...); a tese segundo a qual toda língua é, por assim dizer, uma lei em si mesma. Qualquer movimento ou atitude em linguística que aceite este ponto de vista pode ser denominado convenientemente de relativismo, em oposição a universalismo (LYONS, 1981, p. 206).

Quanto ao princípio da arbitrariedade, sobre o qual você já estudou bastante em diversas aulas anteriores, cabe lembrar aqui com Lyons que:

O signo não é uma forma com significado: é uma entidade composta que resulta da imposição de uma estrutura e dois tipos de substância, pelas relações combinatórias e contrastivas do sistema linguístico. Os significados não podem existir independentemente das formas com as quais estão associados, e vice-versa. Não podemos conceber uma língua como uma nomenclatura, afirma Saussure; isto é, como um conjunto de nomes, ou rótulos, para conceitos preexistentes, ou significados (LYONS, 1981, p. 206).

Para terminar esta parte, então, fiquemos com uma síntese de Lyons:

“O que caracteriza o estruturalismo, neste sentido mais amplo, é uma preocupação maior com as relações entre entidades do que com as entidades em si” (LYONS, 1981, p. 207).

Antes de passar ao próximo tópico, em que serão discutidos os princípios do estruturalismo europeu, que tal fazer a seguinte atividade?

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Exponha o princípio da autonomia linguística e o da arbitrariedade, caros ao estruturalismo, considerando a citação a seguir:

Ao constituir a *língua* como objeto da linguística, Saussure (1916), no *Curso de Linguística Geral*, deixou para a *fala* o individual, o subjetivo. Segundo ele também, o que diz respeito à vontade e à inteligência. Ao mesmo tempo, dá as relações internas o caráter definidor para língua. Ou seja, a língua é constituída de signos e estes se definem pelas relações que têm entre si, sem recurso a nada que seja exterior. Rompe-se, assim, com a posição historicista do século XIX. O que importa, fundamentalmente não são as relações sucessivas no tempo, mas as simultâneas. O primado é o da *sincronia* da *língua* (GUIMARÃES, 1995, p. 19, *itálico do autor*).

RESPOSTA COMENTADA

O movimento estruturalista, como o próprio nome indica, tem por objetivo descrever a estrutura das línguas. A língua é vista como algo autônomo, isto é, como um sistema apartado das relações históricas. A análise estruturalista enfatiza as relações sistêmicas da língua. Ao excluir a *parole* (fala), pretende-se deixar de lado tudo o quanto seja individual e subjetivo e concentrar-se na comparação entre o que é simultâneo. Daí a afirmação de Guimarães de que o estruturalismo “é o primado da sincronia”. Ao considerar a língua como um sistema

de signos, definidos a partir da relação que contraem uns com os outros, faz-se necessário considerar o conceito de arbitrariedade, para compreender que a natureza da relação entre significante e significado é convencional. Pelo exposto, vê-se que os conceitos de autonomia e de arbitrariedade são centrais para o estruturalismo.

FIXANDO OS PRINCÍPIOS GERAIS DO ESTRUTURALISMO SAUSSUREANO

Outro autor, Borges Neto (2004), ao situar o estruturalismo europeu, aponta dois princípios básicos:

- a) princípio da estrutura;
- b) princípio da autonomia.

Vamos lê-lo:

O princípio da estrutura afirma que as línguas são estruturadas, isto é, que os elementos que compõem uma língua só podem ser propriamente caracterizados a partir da organização global a que integram (BORGES NETO, 2004, p. 101).

Borges vai lembrar que tanto em Saussure quanto para os estruturalistas europeus, “as unidades (os elementos que compõem o sistema) não são independentes do sistema e só podem ser identificados como ‘unidades’ no próprio interior do sistema” (BORGES NETO, 2004, p. 101, aspas do autor).

Se o rótulo estruturalismo comporta várias teorias por vezes distintas, há algo em comum que consiste assumir o princípio da estrutura como subjacente aos enunciados. Isto implica em buscar explicações não em fatos exteriores à língua, mas nela mesma, o que nos remete para o princípio da autonomia:

O princípio da autonomia, por sua vez, estabelece que a organização interna de uma língua qualquer (sua *estrutura* ou seu *sistema*) é um dado original e não pode ser obtida a partir de outra ordem de fatos externos, que lhe são estranhos (BORGES NETO, 2004, p. 102).

Ainda nas palavras de Borges:

Essa ruptura com a linguística do passado conseguida pelo pensamento saussuriano depende crucialmente do princípio de autonomia, ou seja, este princípio é a “chave” para entendermos o papel revolucionário do pensamento de Saussure (BORGES NETO, 2004, p. 103, aspas do autor).

ONTOLÓGICAS

Substantivo feminino
1. Rubrica: filosofia.
“Segundo o aristotelismo, parte da filosofia que tem por objeto o estudo das propriedades mais gerais do ser, apartada da infinidade de determinações que, ao qualificá-lo particularmente, ocultam sua natureza plena e integral”.

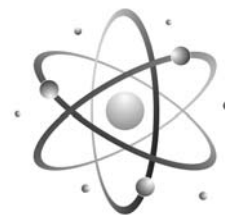
Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0.

Em maior ou menor grau, todas as escolas estruturalistas europeias “descendem” do pensamento de Saussure. Não obstante, há tantas divergências metodológicas, e mesmo **ONTOLÓGICAS**, entre elas que não parece ser possível seu tratamento de forma unitária. No estruturalismo europeu, podemos conhecer, entre outras menores ou menos influentes, duas principais escolas: o Círculo Linguístico de Praga, de Troubetzkoy e Jakobson, e a glossemática de Hjelmslev (BORGES NETO, 2004, p. 103-104).

Você já sabe um pouco dos estudos de Troubetzkoy e Jakobson no que tange aos estudos do fonema. Mas não foi apenas para esta seara que eles trouxeram contribuições importantes à Linguística, basta lembrar o esquema de comunicação de Jakobson. Quanto a Hjelmslev, suas grandes contribuições dizem respeito aos estudos da função semiótica. Mais adiante iremos retomar estes autores.

Por tudo que foi visto até aqui, você já deve estar compreendendo as principais características do movimento estruturalista. Vale a pena, no entanto, ler a definição de Jean Pouillon, retomada por Prado Coelho:

Em oposição ao atomismo que isola os termos de um conjunto onde eles aparecem apenas justapostos, o estruturalismo consiste em procurar as relações que dão aos termos que elas unem um valor de posição num conjunto organizado (...). Portanto, o estruturalismo implica duas ideias: a de totalidade e a de interdependência (COELHO, 1968, p. XXI).



Dessa explicação, podemos extrair que o estruturalismo:



possui uma visão não atomista;
preocupa-se com as relações entre os termos;
entende que os elementos linguísticos são dotados de um valor relacional;
concebe o sistema (estrutura) como um conjunto de relações e não de justaposições.

Agora que você já entendeu os princípios gerais do estruturalismo, veja como funciona na descrição de uma língua. Vamos seguir, para isto, uma explicação de Khedi (1990):

Comparando os membros do par mesa/mesas, verificamos que, enquanto o plural é caracterizado pelo -s, o singular não apresenta nenhuma desinência específica. A ausência de desinência para o singular permite-nos afirmar que, no que refere ao número, o singular é caracterizado pelo morfema, ao passo que o plural é marcado pela desinências (KHEDI, 1990, p. 31).

Em outras palavras, o que vai ser observado é que o plural é a forma marcada. O ponto que nos interessa vem agora quando se observa o que ocorre em caso do plural de palavra como *mar* e *cruz* em que se têm mares e cruzes. Sigamos:

Quanto aos nomes terminados em consoante, destacaremos, a título de ilustração, os que apresentam as terminações -r e -z. A formação do plural de nomes como *mar* e *cruz* pode ser explicada de duas maneiras. Podemos considerar que, em *mares* e *cruzes*, foi acrescentado o alomorfe -es (da desinência -s) aos radicais *mar* e *cruz*: *mar-es*, *cruz-es*. Outra possibilidade de explicação é partir das formas teóricas **mares* e **cruzes*. Poderíamos, então, afirmar que, no singular, o -e desaparece e se mantém apenas no plural (KHEDI, 1990, p. 31, *itálico do autor*).

Como você pode observar, o que está em jogo é a língua em si e seus elementos capturados em relação uns aos outros sincronicamente. Uma explicação similar a esta se encontra no livro *Estrutura da língua portuguesa* de Mattoso Câmara Júnior, fonte para os estudos de Khedi. Há, no entanto, um outro livro de Mattoso Câmara Júnior, *História da*

língua portuguesa, no qual comparece uma explicação diferente, isto é, de caráter histórico. Vamos lê-la:

Consideremos, em primeiro lugar, os nomes do singular terminados em consoante final (-r, -s, -l). Esses nomes provêm da 3ª declinação latina, de tema em -e (...) Nas formas de plural, entretanto, a sibilante de travamento impediu a mudança e permaneceu a vogal *e* do tema: *maré* > *mar*, *mares* (*em vez do neutro maria*) > *mares*; *mense* > *mês*, *menses* > *meses*, *male* (*advérbio substantivado*) > *mal*, *males* > *males*. Esse processo histórico corresponde à incompatibilidade de grupos consonânticos finais /rsl/, /lls/ na estrutura fonológica da língua (CÂMARA JÚNIOR, 1985, p. 79).



Joaquim Mattoso Câmara Jr., carioca, nasceu 13 de abril de 1904 e faleceu em 4 de fevereiro de 1970. Formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas-Artes em 1927 e em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1932. No Brasil, fez o curso de Filologia Latina e Neolatina, em 1937, na antiga Universidade do Distrito Federal, com o Professor visitante, da Sorbonne, George Millardet. Em 1943, graças a uma bolsa de estudos concedida pela Fundação Rockefeller, participou, durante quase um ano, de vários cursos de especialização em Linguística nos Estados Unidos da América do Norte. Nos EUA, matriculou-se na Universidade de Colúmbia (Nova Iorque), onde fez cursos de Grego, Sânscrito, Línguas da África e Linguística. Na volta ao Brasil, Mattoso Câmara fez o doutorado em Letras Clássicas, na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e obteve o título de Doutor em Letras em 1949, com a tese pioneiríssima *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, aprovada com distinção. Foi membro-fundador da Academia Brasileira de Filologia, sócio-correspondente da seção de Letras da Academia de Ciências de Lisboa, membro e conselheiro de inúmeras associações de Linguística, Filologia e Antropologia, nacionais e estrangeiras. Ao falecer, era presidente da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina). Veja também a fonte deste texto em UCHÔA, Carlos Eduardo. *Joaquim Mattoso Câmara Júnior: os estudos e a carreira de Mattoso Câmara*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/homenageado.htm>> Acesso em: 21 out. 2011.

O que está em jogo nesta explicação, como se nota, é o caráter histórico evolutivo na língua. Uma abordagem, portanto diacrônica, diferentemente da explicação anterior de caráter sincrônico. Em outras palavras, na primeira explicação, a abordagem, como vimos, é estruturalista. Compreendeu? Leia, ainda a seguir, uma outra explicação

diacrônica, isto é, uma explicação que considera o caráter evolutivo e causal das línguas, publicada na edição 69 da revista *Língua Portuguesa*:

Merenda – É comer fora da hora habitual, como se sabe. No meio da tarde, por exemplo, costume de muitas famílias, sobretudo as mineiras. A palavra tem seu berço em merenda, participio passado do verbo latino *mereri*, merecer. Originariamente, era uma espécie de prenda extra que os senhores davam aos trabalhadores escravos em função de sua eficácia ou esforço no trabalho. Hoje se popularizou como a refeição leve que as crianças levam de casa para comer na escola na hora do recreio – deliciosos momentos que, no intervalo das aulas, permitem aos alunos o encontro descontraído e informal. Quem não tem saudade?

Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=12369>; acessado em: 18 out 2011.



Percebe, agora, a diferença entre uma análise estrutural – que leva em conta apenas a língua por si mesma –, de uma análise histórica e evolutiva? Bem, essa diferença fundamental marca o movimento estruturalista.

Agora você já conhece os princípios norteadores do estruturalismo europeu, vamos às atividades.

**ATIVIDADE****Atende ao Objetivo 2**

2. Conforme Guimarães, o “corte saussureano exclui o referente, o mundo, o sujeito, a história” (GUIMARÃES, 1995, p. 20). Como você sabe, o corte saussureano engendrou, entre outras escolas, o estruturalismo. Estabeleça uma relação entre este corte e o princípio da autonomia.

RESPOSTA COMENTADA

Com a citação de Guimarães, recuperamos algo que viemos estudando: a instituição da langue (língua) como objeto da linguística, por Saussure, que resultou da separação entre langue e parole (língua e fala) e que implicou uma série de decisões teóricas. Como já vimos, com a exclusão da fala, excluiu-se o sujeito; com a noção de valor; excluiu-se mundo e referente; com o primado da abordagem sincrônica; excluiu-se a história (abordagem diacrônica). Isto significou abstrair dos estudos linguísticos suas forças sociais e históricas, como disse Lyons; e mergulhar no que seria interno e próprio à língua. O princípio de autonomia diz respeito a este exercício de analisar a língua a partir tão somente de sua estrutura.

CONCLUSÃO

A noção de estrutura, advinda da noção de sistema saussureano, configura um paradigma nos estudos linguísticos, isto é, demarca uma mudança radical em relação aos estudos sobre a linguagem que vinha se fazendo no século XIX. Vamos adiante agora lendo algumas observações gerais acerca do estruturalismo do dicionário de Dubois (1978). Conforme este autor,

A linguística estrutural se define pela pesquisa das diferenças que levam ao binarismo; as oposições podem ser de ordem sintagmática (oposição de uma unidade com as que a precedem ou com as que a seguem) ou de ordem paradigmática (oposição com todas as unidades que poderiam figurar no mesmo ponto da cadeia onde se encontra a unidade estudada) (DUBOIS, 1978, p. 250).

É ainda Dubois a destacar alguns dos méritos desta corrente:

Um dos méritos do estruturalismo é haver estabelecido a linguística como ciência das línguas, graças às distinções por ele introduzidas (sincronia/diacronia; regras do código/realizações individuais; traços pertinentes/traços redundantes, etc.). Melhorando de modo considerável a descrição das línguas, ele permitiu que se limitasse, na linguística, o subjetivismo, cujas impressões substituiu pelo estudo sistemático e controlável dos fatos de língua. Do mesmo modo, o etnocentrismo ocidental (que tendia a descrever todos os idiomas, baseando-se no molde categorial para as línguas indo-europeias) tendeu a desaparecer, sendo cada sistema considerado pela linguística estrutural como autônomo e dependente de uma descrição própria. O estruturalismo estabeleceu as bases teóricas da ciência da linguagem, na medida em que tendeu a descrever seu funcionamento (DUBOIS, 1978, p. 150).

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

O estruturalismo europeu é, por vezes, denominado saussurianismo, já que descende diretamente das ideias postuladas por Ferdinand de Saussure. Apresente, sucintamente, os princípios gerais desse movimento teórico, considerando a citação seguinte:

Saussure mostra que a linguagem, em qualquer momento de sua existência, deve apresentar-se como uma organização. A esta organização, inerente a qualquer língua, chama-lhe Saussure *sistema* (os seus sucessores falam muitas vezes de estrutura) (DUCROT; TODOROV, 1972, p. 33, *itálico do autor*).

RESPOSTA COMENTADA

O movimento denominado estruturalismo europeu reúne as postulações de vários linguistas que se filiaram aos postulados saussurianos. Segundo Saussure, a linguagem é dotada de uma organização que pode e deve ser estudada considerando-se

os valores de seus elementos. O conceito de valor linguístico, de acordo com o qual um elemento só possui existência em função das relações opositivas que estabelece com os outros elementos, é uma das principais teses de Saussure e constitui um conceito central para o estruturalismo europeu. Considerar a autonomia do sistema linguístico, o valor posicional e relacional dos elementos são, então, princípios gerais desse movimento linguístico.

RESUMO

Esta aula teve como meta apresentar a vertente europeia do movimento estruturalista. Para tal, buscou-se compreender os princípios gerais dessa escola teórica, herdeira direta das ideias postuladas por Saussure. O estruturalismo europeu, embora apresente diferentes vertentes e especificidades possui como eixo central o conceito de estrutura. Assim, a língua passa a ser vista a partir do princípio da autonomia. Isso significa dizer que se analisa a língua não mais do ponto de vista evolutivo, buscando explicações do tipo causa-efeito, mas do ponto de vista estrutural e sincrônico. O estruturalismo compreende a língua como um fim em si mesma, e reivindica a autonomia da estrutura linguística. Entende-se que, para chegar a uma explicação satisfatória de língua, é preciso compreender as relações ocorridas internamente entre os seus elementos. Para os estruturalistas, os elementos linguísticos são definidos uns em relação aos outros. Adota-se, portanto, uma visão sistêmica e sincrônica e não mais histórica e evolutiva. Daí a afirmação de Guimarães de que, o “corte sassuriano exclui o referente, o mundo, o sujeito, a história” (GUIMARÃES, 1995, p. 20).

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Agora que você já situou o estruturalismo europeu, é hora de descobrir o estruturalismo americano. Para isto, para a próxima aula leia o capítulo “Os bloomfieldianos” do livro *As idéias de Chomsky*, por John Lyons, São Paulo, Ed. Cultrix.

LEITURAS RECOMENDADAS

Para saber mais estruturalismo, seguem algumas referências:

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2002. p. 125-129.

Em uma aula posterior, iremos ler o seguinte texto:

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina, *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

O estruturalismo americano

Silvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros

AULA

17

Meta da aula

Apresentar a vertente americana do movimento estruturalista.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. conhecer o contexto em que surge o estruturalismo americano;
2. entender as bases do estruturalismo americano.

Pré-requisito

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia o capítulo "Os bloomfieldianos", do livro *As ideias de Chomsky*, de John Lyons. (LYONS, 1970, p. 28-35)

INTRODUÇÃO

ANTROPOLOGIA

Ciência do homem no sentido mais lato, que engloba origens, evolução, desenvolvimentos físico, material e cultural, fisiologia, psicologia, características raciais, costumes sociais, crenças etc.

Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0

Você já ouvir falar em Franz Boas? Ele foi um importante antropólogo que emigrou para os EUA e lá lecionou **ANTROPOLOGIA**. Por que estamos começando a aula com esta informação? Porque a linguística americana é devedora deste famoso antropólogo. Diferentemente do que ocorreu na Europa, fortemente calcada em uma tradição de estudos sobre o texto, os estudos linguísticos norte-americanos tiveram seu impulso a partir do interesse pelas línguas indígenas, portanto ágrafas (línguas sem escrita), do território americano. De Franz Boas foram discípulos dois importantes nomes da linguística americana: Sapir (1884-1939) e Bloomfield (1887-1949). Ambos publicaram um livro denominado *Language*. No entanto, Sapir e Bloomfield acabaram trilhando caminhos distintos. Ficou curioso para saber como termina essa história? Nesta aula, vamos acompanhar um pouco do trabalho de Bloomfield; sobre Sapir falaremos mais adiante. Acompanhe atentamente esta e as próximas aulas!

DE BOAS A BLOOMFIELD

As pesquisas norte-americanas lideradas por Leonard Bloomfield, a partir de 1930, tornaram-se parte do que se denominou como estruturalismo Americano. A também chamada escola “bloomfieldiana” de linguística foi dominante nos Estados Unidos durante o período seguinte à Segunda Guerra Mundial. Tal estudo via uma grande necessidade de descrever as línguas indígenas que se encontravam desconhecidas até então nos Estados Unidos. A adoção dessa perspectiva de estudos rendeu algumas características à linguística norte-americana. Para compreender melhor esse aspecto, sigamos o texto de Lyons:

Antes de tudo, a experiência de trabalho com línguas indígenas da América do Norte emprestou à boa porção da teoria linguística norte-americana seu caráter prático e senso de urgência. Muitas dessas línguas eram faladas por número reduzido de pessoas e, em breve, desapareceriam. A menos que fossem registradas e descritas antes que isso acontecesse, tornar-se-iam inacessíveis, para sempre, à investigação (LYONS, 1970, p. 28).

Das palavras de Lyons, podemos depreender algumas das características gerais do movimento denominado de estruturalismo americano, quais sejam: a urgência e a praticidade. Essa atitude rendeu à linguística desse período um número grande de descrições de línguas indígenas. Com

isso, tais linguistas acreditavam que chegariam a descrições satisfatórias das diferentes e múltiplas línguas naturais e evitariam generalizações em função do desconhecimento da estrutura das línguas “exóticas”. Ainda, segundo Lyons:

Desde a publicação do *Handbook of American Indian Languages*, em 1911, os linguistas norte-americanos, quase sem exceção incluíam como parte de sua preparação acadêmica alguma pesquisa de caráter inovador acerca de uma ou mais das línguas indígenas (LYONS, 1970, p. 28).

Os métodos de descrição adotados e algumas das hipóteses centrais da abordagem estruturalista foram postulados por Franz Boas:

Franz Boas (1858-1942), que escreveu a introdução ao *Handbook of American Indian Languages* (1911), e ali traçou as linhas gerais do método que ele próprio havia elaborado para a descrição sistemática dessas línguas, chegara à conclusão de que a gama de variações que se pode encontrar nas línguas humanas era muito maior do que caberia supor com base em generalizações a partir das descrições gramaticais de línguas europeias mais comuns (LYONS, 1970, p. 29).

Franz Boas (1858-1942)

Antropólogo germânico nascido em Minden, então na Prússia, cujo trabalho contribuiu para firmar as bases da Antropologia como ciência. De uma família judaica liberal, era filho de um comerciante de sucesso, Meier Boas, e de uma professora de jardim da infância, cujos princípios políticos tiveram reflexos na formação de suas idéias pioneiras sobre raça e etnicidade. Estudou Física e Geografia em Heidelberg, Bonn e Kiel, onde se doutorou em Física (1881) defendendo uma dissertação sobre a cor da água. Realizou uma expedição à ilha de Baffin ou a Baffinland, no norte do Canadá (1883-1884), onde estudou os esquimós, inclinou-se definitivamente pela antropologia e redigiu conclusões importantes sobre as teorias difusionistas e evolucionistas. Mudou-se para os Estados Unidos (1886) para ensinar na recém-fundada Universidade de Clark, Massachusetts e, depois, se transferiu para a Universidade de Colúmbia, em Nova York (1899). Nos Estados Unidos desenvolveu pesquisas tanto sobre a Antropologia física estatística como sobre Linguística teórica e descritiva. Desenvolveu também relevantes estudos etnológicos a respeito dos índios americanos, além de trabalhos relativos ao folclore e à arte autóctones. Entre sua vasta obra são considerados brilhantes *The Mind of Primitive Man* (1911) e *General Anthropology* (1942). Faleceu em New York City, New York, deixando como lição principal que não existem culturas superiores ou inferiores e que todas constituem fenômenos específicos e originais.

Fonte: http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_2021.html
Acessado em: 26 out 2011



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Franz_boas

Boas, então, chama atenção para a importância de os linguistas saírem do conforto do trabalho com línguas já conhecidas e propõe que se aventurem a novas descrições e descobertas. Esse teórico também acreditava que as descrições realizadas até então estavam distorcidas. Leiamos as palavras de Lyons:

[Boas] constatou que descrições anteriores das línguas indígenas e “exóticas” do subcontinente norte-americano mostravam-se distorcidas pelo fato de os linguistas deixarem de ter em conta a diversidade potencial da língua e pela tentativa, feita por esses mesmos linguistas, de impor categorias gramaticais tradicionais à descrição de línguas para que elas eram inteiramente inadequadas; assinalou ainda, que, nenhuma dessas categorias tradicionais estava necessariamente presente em todas as línguas (LYONS, 1970, p. 29).

Em outras palavras, Boas estava assinalando para o fato de que as línguas eram diferentes na sua organização: categorias existentes em algumas línguas não estão necessariamente presentes em outras. Vimos um pouco disso na Aula 1 com Rodrigues, um brasileiro estudioso de língua indígenas, lembra? Vamos então seguir dois exemplos dados por Boas:

A distinção entre singular e plural não é obrigatória em kwakiutl, de modo que “há uma casa ali” e “há duas casas ali” não são objeto de distinção necessária; e não se faz diferença entre os tempos dos presente e passado em esquimó (“o homem vem” versus “o homem vinha”) (LYONS, 1970, p. 29).

Se tais exemplos apontam para o fato de que essas línguas não fazem distinções que ocorrem, por exemplo, em português ou inglês, ainda em Boas, iremos encontrar, por outro lado, exemplo de distinções gramaticais que ocorrem em línguas indígenas, mas que não se verificam nem nossa língua nem na língua inglesa, entre outras:

algumas das línguas siouan classificam os substantivos por meio de artigos e fazem distinções estritas entre objetos animados que se movem ou se encontram em repouso, objetos animados longos, objetos inanimados altos e coletivos (LYONS, 1970, p. 29).

Em outras palavras, estes exemplos apontam para a singularidade estrutural de cada língua. É o que nos fala Lyons:

Exemplos desse tipo foram utilizados por Boas para dar apoio à concepção segundo a qual toda língua tem sua estrutura gramatical peculiar, constituindo tarefa do linguista descobrir, para cada língua, as categorias de descrição que lhes sejam apropriadas. Essa concepção pode ser denominada “estruturalista” (LYONS, 1970, p. 29).



Você sabia que Gilberto Freyre, que dá início aos estudos sociológicos no Brasil, foi discípulo de Franz Boas? A partir dos estudos com Boas nos EUA, Freyre escreveu a importante obra *Casa grande e senzala*, na qual investiga as relações sociais desenvolvidas no Brasil, tendo como ponto de partida o período colonial.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Gilberto_freyre

Em suma, podemos dizer que estruturalismo americano tem seu início a partir da observação das línguas indígenas e da constatação de que há diferenças intrínsecas às línguas, que cabe então ao linguista descrever. O rótulo estruturalismo advém daí, embora abranja diferentes sentidos e concepções de linguagem. Sigamos Lyons:

Importa acentuar que a abordagem “estruturalista” não se confina ao trabalho de Boas e de seus sucessores norte-americanos. Enfoque semelhante já havia sido adotado por Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) alguns de contemporâneos europeus de Boas que, como ele, se especializavam no estudo de línguas “exóticas”. O estruturalismo foi em verdade, uma espécie de ponto nodal de várias escolas de linguística do século XX (1970, p. 30).

Um dos maiores e mais influentes nomes da linguística americana, depois de Boas foi Leonard Bloomfield. Para compreender o estruturalismo americano é preciso adentrar o pensamento bloomfieldiano. Mas, antes disso, vamos exercitar um pouco o que estudamos.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Em que as observações de Boas contribuíram para a constituição do estruturalismo americano?

RESPOSTA COMENTADA

A linguística desenvolvida nos Estados Unidos no século XX apresentou como preocupação central a necessidade de descrever o maior número possível de línguas. Para tal, o pensamento de Franz Boas foi de suma importância, visto que este pesquisador desenvolveu uma metodologia própria de descrição sistemática de línguas indígenas. Segundo Boas, as variações entre as diferentes línguas eram muito maiores do que as generalizações, quase sempre feitas com base em línguas europeias, podiam supor. Além disso, Boas demonstra que a tentativa de impor a essas línguas as mesmas categorias gramaticais já descritas era infrutífera. A partir das descrições desenvolvidas, Franz Boas chega à concepção de que cada língua possui uma estrutura gramatical própria e, portanto, cabe ao linguista desenvolver categorias de descrição apropriadas a cada uma delas. O modo como Boas concebe as línguas e o trabalho do linguista possui uma clara inspiração estruturalista e é, então, fundamental para constituir o que se chamou de estruturalismo americano.

O PENSAMENTO CIENTÍFICO DE BLOOMFIELD

Vamos entender agora um pouco em que bases se assentava o pensamento bloomfieldiano. Em Lyons, lemos que:



Leonard Bloomfield (1887-1949) é considerado o fundador da Linguística estrutural norte-americana. Nasceu em Chicago e se formou como bacharel na Universidade de Harvard no ano de 1906, recebendo o doutorado na Universidade de Chicago em 1909. Em 1917 pesquisou o Tagalog e outros idiomas extensivamente, e na década de 1920 trabalhou no agrupamento dos idiomas Nativos americanos. Teve um papel fundamental ao fundar a Sociedade Linguística da América, em 1924. Bloomfield é mais conhecido pelo seu compromisso com a linguística como uma ciência independente, e sua insistência no uso de procedimentos científicos.

No início de sua carreira foi influenciado pelo behaviorismo, uma escola psicológica baseada no estudo objetivo do comportamento. Ele fundamentou seu trabalho, especialmente pela aproximação do significado com os princípios behavioristas. Seu trabalho principal, *Language* (Linguagem) (1933), é considerado por muitos como o texto clássico de linguística estrutural, também tida com o próprio estruturalismo. O livro sintetizou a teoria e prática de análise linguística. Na verdade, Bloomfield, junto com Edward Sapir foi um precursor do estruturalismo americano, seguido por seu discípulo Zellig Harris. Zellig Harris, foi quem orientou Noam Chomsky em sua tese de doutorado em linguística no ano de 1955, na Universidade da Pensilvânia. Chomsky, por sua vez, colocou em xeque todo o fundamento da linguística estrutural desenvolvida por Bloomfield, opondo à visão behaviorista deste, uma visão mentalista da língua.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Leonard_Bloomfield
Acessado em: 26 out 2011.

Bloomfield fez mais do que qualquer outro estudioso para tornar a linguística uma disciplina autônoma e científica.

(...)

No sentido em que Bloomfield entendia o termo “científico” (e a interpretação era comum em sua época), implicava ele rejeição deliberada de todos os dados que não fossem diretamente observáveis ou fisicamente mensuráveis (LYONS, 1970, p. 30-31).

O que significa isto? Significa, conforme Weedwood, eliminar, “em nome da objetividade científica, toda referência a categorias mentais ou conceituais” (WEEDWOOD, 2002, p. 151). E isto se deve ao fato de que Bloomfield trouxe para os estudos da linguagem uma abordagem behaviorista. Vamos ler Lyons:

Segundo Watson, e seus adeptos [adeptos do enfoque behaviorista], os psicólogos não tinham necessidade de postular a existência do espírito ou de qualquer coisa que não fosse observável, quando se propunham a explicar atividades e capacidades dos seres humanos, tradicionalmente qualificadas como “racionais” ou “mentais”. Cabia descrever e explicar o comportamento de qualquer organismo, desde a ameba até o homem, em termos de *resposta* aos *estímulos* provindo de características do ambiente (LYONS, 1970, p. 32, aspas e itálico do autor).

BEHAVIORISMO

“É uma teoria psicológica que explica os fenômenos mentais, analisando só os comportamentos observáveis e reduzindo-os a respostas a situações, sendo estas últimas definidas como estímulos que provocam as respostas. Aplicado à linguística, o behaviorismo reduz a comunicação ao conhecido esquema E-R (estímulo-resposta)” (DUBOIS, 1978, p. 84-85).

É então a partir da concepção **BEHAVIORISTA** que Bloomfield vai entender a linguagem. Sigamos com Lyons:

Admitia-se que o aprendizado dessas respostas por parte do organismo pudesse ser satisfatoriamente explicado através de leis comuns da física e da química, muito à semelhança de como se pode explicar que um termostato “aprenda” a responder a variações de temperatura, ligando ou desligando o forno. O falar não passava de uma dentre as numerosas formas de comportamento dos seres humanos e o pensamento era tão-somente fala inaudível (...) De vez que a fala inaudível poderia ser tornada audível, quando necessário, o pensamento era, em princípio, uma forma de comportamento observável (LYONS, 1970, p. 32).

Sistematizando um pouco, podemos dizer que a concepção de linguagem para Bloomfield advém de uma tomada de posição:

- (i) empirista;
- (ii) mecanicista;
- (iii) comportamentalista.

Vamos entender: em primeiro lugar, trata-se de uma posição empirista na medida em que postula que o conhecimento provém da experiência, ao contrário da posição racionalista, que enfatiza o papel da mente para o conhecimento. Em segundo lugar, trata-se de uma posição *mecanicista*, que considera a natureza como uma máquina (mecanismo) em funcionamento. Por fim, *comportamentalista*, na medida em que se pode explicar as ações humanas em termos de reforço e condicionamento. Observe com Lyons como Bloomfield explica a linguagem:

João e Maria estão passeando; Maria vê maçãs numa árvore e estando com fome pede a João que apanhe uma delas; João sobe na árvore e dá a maçã a Maria; Maria a come. Tal é a maneira segundo a qual descreveríamos normalmente os acontecimentos ocorridos. Uma versão behaviorista tomaria feição ligeiramente diversa: o fato de Maria estar com fome (“ou seja, alguns de seus músculos se estavam contraindo e alguns fluidos sendo segregados, especialmente seu estômago”) e o fato de ela ver a maçã (ou seja, ondas de luz refletidas pela maçã alcançavam seus olhos) constituem o estímulo. A resposta mais direta a esse seria estímulo seria Maria subir na árvore e apanhar ela própria a maçã. Em vez disso, ela dá uma “resposta substitutiva”, sob a forma de uma particular sequência de ruídos, através de seus órgãos fonadores; e isso atua como “estímulo substitutivo” sobre João, levando-o a agir como poderia ter agido se ele próprio tivesse sentido fome e tivesse visto a maçã (LYONS, 1970, p. 33, aspas do autor).

Tal concepção de linguagem teve várias consequências. Uma delas diz respeito à semântica: ao compreender o significado como “simplesmente uma relação entre estímulo e resposta” (WEEDWOOD, 2002, p. 151) e como assim não era possível dar conta do significado, a semântica foi então uma das áreas deixadas de lado. Veja Lyons:

Considerava Bloomfield que a análise do significado era o ponto fraco “do estudo da linguagem” e que assim continuaria “até que o conhecimento humano avançasse para muito além de seu estado atual” (LYONS, 1970, p. 33, aspas do autor).

Por outro lado, como Lyons nos adverte:

A atitude bloomfieldiana relativamente ao significado, embora paralisadora no que diz respeito ao progresso da semântica, não foi inteiramente prejudicial ao desenvolvimento de outros ramos da teoria linguística (LYONS, 1970, p. 34).

A partir das palavras de Lyons, você já deve ter notado que não foram poucas as contribuições metodológicas advindas com Bloomfield. Ainda sobre isso veja o que nos alerta Lepschy:

A importância essencial das teorias de Bloomfield consiste não tanto em sustentar princípios metodológicos abstratos quando em apresentar uma descrição rigorosa e coerentemente formalista e não-psicológica dos fatos gramaticais (LEPSCHY, 1966, p. 93).

Conforme Lepschy, Bloomfield irá trazer importantes contribuições de que se servirão até mesmo as linguísticas americanas pós-bloomfieldianas, como, por exemplo, a noção de constituintes imediatos que faz parte de sua metodologia de análise distribucionalista. Segundo Ducrot e Todorov:

No momento em que a obra de Saussure começa a ser conhecida na Europa, o americano L. Bloomfield (especialista, a princípio nas línguas indo-europeias) propõe, de maneira independente, uma teoria da linguagem que, desenvolvida e sistematizada pelos seus alunos com o nome de distribucionalismo, dominou a linguística americana até 1950 (DUCROT e TODOROV, 1972, p. 51).

Bloomfield propõe como metodologia a constituição de um *corpus* e a verificação das leis de combinação dos elementos e as classes que os agrupam. Assim, como nas postulações de Saussure não há indagação sobre o significado dos enunciados que compõem o *corpus*. Ambas são abordagens que privilegiam o significante. No distribucionalismo pressupõe-se que as partes de uma língua ocupam determinadas posições relacionadas umas às outras. A análise consiste então numa decomposição dos enunciados chamada de análise em constituintes imediatos. A esse respeito, leia Dubois:

Tomemos a frase:

A criança atira a bola.

A teoria dos constituintes descreve a sua estrutura como a combinação (concatenação) de dois constituintes: um sintagma nominal (*A criança*) e um sintagma verbal (*atira a bola*). Cada um desses dois *constituintes imediatos* da frase é, por sua vez, formado de outros constituintes: o sintagma nominal *a criança* é formado de um determinante (*a*) e de um substantivo (*criança*), o sintagma verbal *atira a bola* é formado de um verbo (*atira*) e de um sintag-

ma nominal (*a bola*). As palavras *a*, *criança*, *atira*, *a bola* são os constituintes finais da frase (DUBOIS, 1978, p. 146).

Dedução X Indução

Dedução: considerado como uma sequência de operações cognitivas que permite a uma “conclusão rigorosa”, e tradicionalmente identificando com o silogismo, o **método dedutivo** se caracteriza por sua caminhada “descendente”, marcada pela passagem do geral ao mais especial, da classe aos seus constituintes, etc., e, mais particularmente, por seu caráter de construção, que evita que se recorra, a todo instante, aos “dados da experiência (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 117).

Indução: é uma sequência de operações cognitivas, efetuadas por ocasião da descrição (ou da construção de um modelo), que consiste em passar de um componente a uma classe, de uma apropriação particular a uma proposição mais geral, etc. A abordagem indutiva é considerada, por seus defensores, como a mais próxima dos dados da experiência, como refletindo melhor a “realidade” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 263).

Em poucas palavras, a proposta bloomfieldiana parte do suposto de que o caracteriza uma unidade linguística advém da combinação dessa unidade com elementos que o cercam, seja no nível fonológico, morfológico, sintático ou mesmo semântico. É isto que se entende por distribuição. Para compreender melhor o que se denomina por distribuição, leia mais uma vez Dubois:

Em linguística estrutural, nos enunciados significativos de uma língua, a distribuição de um elemento é a soma de todos os ambientes desse elemento (ou contexto). Assim, a sequência de morfemas *o menino*, considerada como um único elemento, nas frases significativas

- O menino corre;
- O menino atira a bola;
- O menino é feliz etc.

é definida pelos contextos “início de frase” e *corre*, *atira a bola* e *é feliz* etc. Essa definição baseia-se na hipótese de que cada elemento se encontra em determinadas posições, em relação a outros elementos, de uma forma não-arbitrária. (...) Quando as unidades aparecem nos mesmos contextos, diz-se que elas têm as mesmas

distribuições, que são equivalentes distribucionalmente; se não têm nenhum contexto comum, nesse caso estão em distribuição complementar (DUBOIS, 1978, p. 201-201).

Para concretizar um pouco essas noções, veja o quadro seguinte.

Os dois elementos A e B podem aparecer no mesmo ponto da cadeia.	<i>Distribuição equivalente</i>	O menino <i>estuda</i> . O menino <i>joga bola</i> .
Os dois elementos não podem jamais aparecer no mesmo ponto da cadeia da frase.	<i>Distribuição complementar</i>	O menino <i>corre</i> . *O menino <i>cadeira</i> . *O menino <i>árvore</i> .

Agora que você já viu, ainda que de modo introdutório, as principais ideias e metodologias desenvolvidas e adotadas por Bloomfield, já começa a ter em mente um desenho do que ficou conhecido como estruturalismo linguístico. Essa conversa, entretanto, não termina por aqui. Exercite-se mais uma vez e prepare-se para as próximas aulas!

ATIVIDADES



Atendem ao Objetivo 2

2. Correlacione as colunas:

- (1) Behaviorismo
- (2) Constituintes imediatos
- (3) Empirismo
- (4) Racionalismo

- () Elementos formais depreendidos a partir de uma análise. Um exemplo seria -s que se acrescenta à *mesa*.
- () Postula que o conhecimento provém da experiência.
- () Teoria psicológica que explica os fenômenos mentais, analisando só os comportamentos observáveis e reduzindo-os a respostas a situações.
- () Postula que o conhecimento advém da razão.

3. Explique o que vem a ser distribuição.

RESPOSTA COMENTADA

2.

(2)

(3)

(1)

(4)

3. A noção de distribuição postula que as unidades linguísticas aparecem em contextos específicos e, desta forma, as partes dependem do todo. Numa frase as palavras não são postas aleatoriamente, mas sim em posições determinadas, isto é, possuem uma distribuição característica. Quando dois elementos podem aparecer no mesmo ponto da cadeia, dizemos que eles estão em distribuição equivalente. Já quando dois elementos não podem jamais aparecer no mesmo ponto da cadeia da frase, eles possuem uma distribuição complementar.

CONCLUSÃO

Nesta aula, situamos o estruturalismo americano nos detendo na figura que se considera seu precursor: Bloomfield. Este linguista, marcado por uma psicologia behaviorista, vai se propor a estudar a língua eliminando, em nome da ideia de fazer ciência que emergia na virada do século XIX para o século XX, toda e qualquer referência a categorias mentais – o que significa rejeitar o que não fosse observável nem mensurável. Tendo como base o suposto de que a linguagem pode ser explicada a partir do comportamento, a tarefa do linguista passa a ser, então, a de descrever – descritivismo – exaustivamente as línguas inferindo sua estrutura a partir de um corpus. Sua prática é, por isso, apontada como norteada pelo princípio da descoberta: ao trabalhar com dados empíricos de uma língua faz inferências a partir daqueles dados disponíveis. E a língua é compreendida como estruturada em níveis, dos quais destacou sobremaneira o fonológico e o morfológico. Embora sua posição em relação à linguagem tenha sofrido inúmeras críticas, suas contribuições situam-se no aparato metodológico que desenvolveu para descrever as línguas. E, sem dúvida, como nos alerta Lepschy, “o princípio metodológico mais característico da linguística pós-bloomfieldiana é o da análise em componentes ou constituintes imediatos” (1966, p. 129),

que consiste em subdividir sucessivamente em duas partes – da frase ao fonema – até se chegar a elementos mínimos não mais subdivisíveis nos mesmos critérios, para assim compreender a estrutura de cada língua.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

Podemos dizer que a proposta bloomfieldiana é de base indutiva e não dedutiva?

RESPOSTA COMENTADA

Exatamente, a proposta bloomfieldiana é de base indutiva e não dedutiva. E isto se deve ao fato de Bloomfield se opor a qualquer tentativa de explicação de base mentalista, o que implicaria em ter a dedução como procedimento analítico. Em outras palavras, dar relevo ao comportamento como explicação para linguagem caminha de par com a proposta indutiva que consiste em priorizar os dados advindos da observação da língua e a generalização a partir de dados da experiência. Como nos explica Japiassu e Marcondes, a indução consiste em uma “forma de raciocínio que vai do particular ao geral, ou seja, que procede à generalização a partir da observação de uma regularidade em um certo número de casos” (JAPIASSU e MARCONDES, 1989, p. 132). Em lugar de hipóteses sobre a natureza da linguagem, como faria um linguista que se apoiasse na dedução como ferramenta de trabalho, Bloomfield propõe a coleta exaustiva de dados e a construção indutiva de generalizações.



Para saber mais sobre o estruturalismo americano, acesse o site: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/620/608> e leia o artigo “O positivismo na teoria descritivista de bloomfield”, de Roberlei Alves Bertucci.

RESUMO

Esta aula buscou explorar o contexto em que surge o estruturalismo americano, a fim de levá-lo a entender as bases do estruturalismo americano. Para isso, na primeira parte, apresentou-se o pensamento de Franz Boas, cujas teorizações constituem terreno fértil para o pensamento estruturalista da América do Norte. A partir da descrição de línguas indígenas, Boas conclui que: a) as pesquisas linguísticas estavam distorcidas por adotarem como parâmetro as línguas europeias conhecidas; b) há diferenças intrínsecas às línguas, que cabe então ao linguista descrever. O estruturalismo americano tem seu início a partir da observação das línguas indígenas. Seguidor de Boas, Bloomfield surge no cenário americano como um dos principais linguistas preocupados com a descrição de diversas línguas. O pensamento de Bloomfield é marcado por uma visão empirista da ciência, segundo a qual só são explicáveis os fenômenos observáveis pela experiência. Bloomfield, influenciado pelo behaviorismo, adota uma visão comportamentalista da linguagem, explicando os fenômenos linguísticos através da fórmula E-R (estímulo-resposta). Para Bloomfield aprender uma língua é uma questão de comportamento condicionado. Esse linguista deixa como herança para abordagem estrutural, entre outras contribuições, a análise de constituintes imediatos da oração.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, iremos nos deter em Sapir, outro importante linguista americano. Para isto leia o capítulo Sapir-Whorf em *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*, de Danilo Marcondes, Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 67-71.

LEITURAS RECOMENDADAS

Para saber mais sobre o estruturalismo americano, seguem algumas referências:

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo, Campinas: Unicamp, 1994.

ILARI, Rodolfo, "O estruturalismo linguístico: alguns caminhos". In. MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Cristinha, *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Qual é a relação entre linguagem e cultura?

Ana Paula El-Jaick
Vanise Medeiros

AULA

18

Meta da aula

Discutir a relação entre linguagem e cultura a partir das postulações de Sapir.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. refletir sobre a relação entre linguagem e cultura a partir do pensamento de Sapir;
2. conhecer a hipótese Sapir-Whorf.

Pré-requisito

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia o capítulo "Sapir-Whorf" em *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*, de Danilo Marcondes, Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 67-71.

INTRODUÇÃO

Álvaro de Campos, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, é autor de um poema chamado “Não”. Sua primeira estrofe é assim:

Não: devagar.
Devagar, porque não sei
Onde quero ir.
Há entre mim e os meus passos
Uma divergência instintiva.
Há entre quem sou e estou
Uma diferença de verbo
Que corresponde à realidade

Se quiser conhecer o poema completo, entre no seguinte link:

<http://www.revista.agulha.nom.br/facam58.html>

Parou para pensar por que estamos começando com este poema? A resposta é simples: porque ele aponta para um descompasso entre, digamos, o “verbo” e a realidade (“Há entre quem sou e estou/ Uma diferença de verbo/ Que corresponde à realidade”). Entre quem sou e estou, ou seja, entre ser e estar: dois verbos distintos da língua portuguesa; dois verbos que exibem uma das muitas especificidades de nossa língua. Diferença que não ocorre no inglês, por exemplo. Diferença que por vezes leva um estrangeiro a não saber quando se usa *ser* e quando se usa *estar*. Distinção que, indo adiante, diz de uma relação entre língua e cultura. É esta a proposta desta aula: seguir o pensamento de Sapir e a hipótese que adveio de seu trabalho com seu discípulo Worf, já nos anos 1950, acerca da relação entre linguagem e cultura.

SAPIR E A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E CULTURA

Assim como Bloomfield, que estudamos na Aula 16, Sapir também foi discípulo de Franz Boas e teve, como este, uma formação em Antropologia e em Linguística. Outra coincidência entre estas duas personalidades é a publicação de um livro chamado *Linguagem (Language)*. No entanto, seus caminhos e suas reflexões foram distintos. Observe, de imediato, o que Sapir afirma sobre a língua:

Ainda uma vez, a língua como estrutura é, no seu aspecto interno,
a marca do pensamento (SAPIR, p. 22).



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Edward_Sapir.jpg

Quem foi Sapir?

Nascido na Alemanha, Sapir faz sua carreira nos Estados Unidos, onde se forma ao lado de Franz Boas, e tem uma dupla atividade de linguista e de antropólogo. Curador do Museu Etnográfico de Ottawa, ensinando em Chicago, depois professor da Universidade de Yale, Sapir fez pesquisas de campo no Canadá e adquiriu um grande conhecimento sobre as culturas e as línguas ameríndias. Suas publicações são variadas: um tratado crítico do evolucionismo (1916); uma introdução à linguística (1921); vários artigos de fonologia e de antropologia, nos quais ele desenvolve uma postura marcadamente culturalista. Sapir é

considerado um dos fundadores da fonologia estruturalista, ao mesmo tempo que tentou dar ao relativismo cultural uma formulação empiricamente fundada. Emigrou para os Estados Unidos da América em 1889, onde liderou o estudo da linguística estrutural e elaborou aquela que ficou conhecida como hipótese Sapir-Whorf. Foi aluno de Franz Boas, professor, também, de Benjamin Whorf. Foi um dos primeiros a explorar as relações entre os estudos linguísticos e a Antropologia.

Retirado e adaptado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sapir>

Você deve ter percebido que há diferenças entre Sapir e Bloomfield, não é mesmo? Enquanto Bloomfield descartava qualquer remissão à mente e, por conseguinte, ao pensamento, Sapir parte do princípio de que a linguagem não é instintiva nem tampouco de ordem comportamental (tal como Bloomfield propõe). Sapir dá ênfase à razão – língua como estrutura: marca do pensamento – e trabalha com a relação entre língua e cultura.

Antes de prosseguir, importa registrar que Sapir, bem como Whorf, seu parceiro na hipótese da relação pensamento-cultura, inscrevem-se em uma tradição de pensamento europeia que, conforme Lyons (1987, p. 275), é mediada por Boas.

Vamos observar um pouco a noção de cultura. Trata-se de uma noção com vários sentidos a ela relacionados. Para compreendê-la melhor continue acompanhando esta aula.



Você já deve ter visto em fotos ou algum programa de TV as chamadas mulheres-girafas, aquelas que desde a infância adotam a prática de colocar argolas no pescoço para torná-lo mais longo. Essas mulheres de tribos milenares hoje se localizam no extremo norte da Tailândia. Você acha essa prática bonita ou tem arrepios? Pois bem, talvez alguma índia sentisse arrepios também diante de mulheres que passam até 10 horas por dia se equilibrando num salto 12, não é? O que faz com que práticas tão comuns para um grupo de pessoas sejam vistas como bizarras por outras? Costuma-se dizer que a cultura muda de grupo para grupo e a ela se devem os rituais, as práticas, a maneira de ver o mundo e de viver.

Um dos sentidos de cultura – e que nos interessa aqui – advém da antropologia. Leia em Lyons:

Neste sentido do termo que se espalhou da antropologia para as outras ciências sociais, cada sociedade tem a sua própria cultura; e diferentes subgrupos dentro de uma sociedade podem ter a sua própria subcultura distintiva (LYONS, 1987, p. 274).

Tomando, então, essa definição de cultura, pensemos: haverá uma relação entre linguagem e cultura? E entre a linguagem e o pensamento? Para Sapir, como já indicamos, a resposta é positiva. Precisamos entendê-la. Para isto, continuemos com Lyons:

Embora o termo cultura seja amplamente empregado agora nas ciências sociais, e especialmente pelos antropólogos, no sentido que acabou de ser identificado, ele pode ser definido, tecnicamente, de várias maneiras. Segundo a definição com a qual trabalharemos, cultura pode ser descrita como conhecimento adquirido socialmente: isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de uma determinada sociedade (LYONS, 1987, p. 274).

Lyons vai chamar a atenção para o fato de nesta perspectiva a ciência ser parte da cultura. E, indo além, para a não separação entre o biológico e o cultural no que tange à linguagem. Vamos ler a parte introdutória do livro *Linguagem*, de Sapir:

Falar é um aspecto tão trivial da vida cotidiana que raramente nos detemos a analisá-lo. Parece tão natural ao homem quanto andar, e pouco menos do que respirar.

Basta, entretanto, um momento de reflexão para convencer-nos de que essa espontaneidade não passa de uma impressão ilusória nossa. O processo de aquisição da linguagem é, em suma, coisa completamente diversa do processo de aprender a andar.

No caso desta última função, a cultura – em outras palavras, a massa tradicional dos usos sociais – não entra propriamente em jogo. (...)

O mesmo não se dá com a linguagem.

É evidente que, até certo ponto, o indivíduo está predestinado a falar, mas em virtude da circunstância de não ter nascido meramente na natureza, e sim no regaço de uma sociedade, cujo escopo racional é chamá-lo para as suas tradições.

Eliminai a sociedade e não haverá dúvida em supor que ele aprenderá a andar, dado que sobreviva de qualquer maneira. É igualmente indubitável, porém, que jamais aprenderá a falar, isto é, a comunicar ideias segundo um sistema tradicional. Removei agora o recém-nascido do meio social para que ele acaba de vir e transplantai-o para um completamente estranho. Desenvolver-se-á a capacidade de andar no novo ambiente quase como se teria desenvolvido no ambiente antigo. Mas a fala ficará em completa discordância com a fala do meio nativo (SAPIR, s/d, p. 11-12).

O livro *Language*, de Sapir, foi traduzido para a língua portuguesa por Mattoso Câmara, em 1938, quando Sapir ainda vivia. Mas só dezesseis anos mais tarde, em 1954, o livro, conforme Mattoso, conseguiu vir à luz e se esgotou em 3 anos. Vejamos um trecho do prefácio de Mattoso Câmara à segunda edição do livro de Sapir, já em 1969:

A tradução do livro clássico de Sapir reaparece no Brasil num momento dos mais propícios. Com efeito, agora, o pêndulo da linguística norte-americana se afasta do mecanicismo de Bloomfield e vai no sentido do seu amigo e contemporâneo, que dele teoricamente divergia nos pensamentos básicos e foi por isso marginalizado injustamente, pouco depois de sua morte, até os fins da década de 1960. A partir daí, em verdade, as *Estruturas sintáticas* de Noam Chomsky (1957) e o ataque fulminante ao jovem linguista à psicologia behaviorista, representada na obra de Skinner (1959), começaram a se fazer sentir, valorizando indiretamente a figura e os trabalhos de Sapir. Bloomfield é que passou a ser, por sua vez, injustamente marginalizado, de acordo com o mau vazio norte-americano de polarizar as posições científicas (CÂMARA JR., prefácio à edição de 1969 de SAPIR).

Em outras palavras, ao diferenciar o falar do andar, Sapir vai mostrar que andar decorre tão somente de uma capacidade, para usar os termos dele (SAPIR, s/d, p. 12):

- biológica;
- orgânica;
- instintiva (embora ele faça ressalvas em relação à noção de instinto).

Já falar decorre, conforme Sapir (p. 12), de função:

- não instintiva;
- adquirida;
- cultural.

No capítulo em que Sapir abre seu livro, ele vai discorrer detalhadamente sobre sua posição contrária a qualquer relação da fala como atividade executada tão somente por órgãos biologicamente a ela destinados. Vale a pena ler:

A fala não é uma atividade simples executada por um ou mais órgãos biologicamente a ela destinados. É uma trama extremamente complexa e ondeante de ajustamentos – no cérebro, no sistema nervoso, e nos órgãos de articulação e audição – em direção ao fim **COLIMADO**, que é a comunicação das ideias (p. 15).

COLIMADO

Que se tem em vista, em mira.

Ex.: O objetivo colimado não era aquele.

Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

Podemos agora voltar às perguntas que fizemos anteriormente:

- 1) haverá uma relação entre linguagem e cultura?
- 2) haverá uma relação entre a linguagem e o pensamento?

Vejamos o que diz Sapir a respeito:

O pensamento, na sua gênese e na sua prática diária, é tão inconcebível sem a linguagem quanto o raciocínio matemático é impraticável sem a alavanca de um simbolismo matemático adequado (p. 19).

Ou seja, para Sapir, não há como haver pensamento sem linguagem. Além disso, conforme vimos, a linguagem, para ele, é um produto cultural – e não um fator biológico. Sendo assim, podemos responder as duas questões de forma positiva: para Sapir, há uma relação estreita entre pensamento, linguagem e cultura.

Agora que você já conhece um pouco das ideias sapirianas, vamos às atividades para depois mergulharmos na tão famosa hipótese Sapir-Whorf.

ATIVIDADE**Atende ao Objetivo 1**

1. Sapir e Bloomfield são dois importantes nomes da linguística norte-americana. Embora tenham trabalhado juntos e tenham tido vários pontos em comum, divergiam quanto à concepção de língua.

Explique em que consiste esta importante diferença, tomando a afirmação de Mattoso Câmara de que Sapir não parte “do mecanicismo de Bloomfield”, (CÂMARA JR. , prefácio à edição de 1969 de SAPIR).

RESPOSTA COMENTADA

Conforme foi visto na Aula 16, Bloomfield postulava que o conhecimento linguístico é totalmente adquirido pela experiência, cabendo à mente a capacidade de formar associações entre estímulos e respostas. Sapir, por seu turno, entende que a linguagem não é apenas uma resposta a dado estímulo. A linguagem é um instrumento muito complexo pelo qual damos a ver nossas ideias, nosso pensamento. Portanto, a linguagem é indissociável da cultura do indivíduo – logo, do seu modo de ver e pensar o mundo.

HIPÓTESE SAPIR-WHORF

Como você deve ter lido em Marcondes, não é possível falarmos em Sapir sem nos referirmos à hipótese Sapir-Whorf, hipótese que foi formulada por Whorf a partir das ideias de Sapir, seu mestre. Veja em Marcondes:

Quem foi Whorf?

Nascido nos Estados Unidos, Whorf começou a estudar Química no Instituto de Tecnologia de Massachussetts (em inglês, Massachussetts Institute of Technology, MIT) e, depois, ainda fez carreira como inspetor de incêndio para companhias de segurança. A partir de 1928, Whorf assiste às aulas de Sapir. Alguns anos depois, em 1932, Whorf, apaixonado pelas civilizações da América Central, vai viver com os hopis. Dessa convivência Whorf confeccionou um dicionário e uma gramática hopi. De 1936 em diante, Whorf se dedica a escrever artigos para dar a conhecer a hipótese que ele e Sapir, de quem acaba sendo assistente na Universidade de Yale nos anos 1937-1938, haviam formulado a partir das observações com os hopis, a chamada hipótese Sapir-Whorf.

Fonte: Retirado e adaptado da http://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Whorf.

RELATIVIDADE

Termo usado para identificar uma visão influente da relação entre a LÍNGUA e o pensamento, conhecida em geral como relatividade linguística. Ela reza, em sua forma mais radical, que a língua determina a maneira como as pessoas percebem e organizam o mundo. Esta visão (de “determinismo linguístico”) foi exposta primeiramente pelo etnólogo Wilhem von Humboldt (1767-1835); no presente século, veio a ser conhecida como a HIPÓTESE DE SAPIR-WHORF (CRYSTAL, 1988, p. 226).

Como vimos em Marcondes:

a hipótese Sapir-Whorf foi de fato formulada por seu aluno Benjamin Lee Whorf (1897-1941), como um princípio de **RELATIVIDADE** linguística (...) Mas, como suas ideias a esse respeito foram fortemente influenciadas pelas de Edward Sapir, seu mestre na Universidade de Yale, ficou conhecida por esta denominação. (...) Whorf estudou e trabalhou com Sapir na Universidade de Yale. Tinha interesse por línguas indígenas das Américas do Norte e Central, e desenvolveu um estudo pioneiro e de grande influência sobre a língua dos hopi, tribo do sudoeste dos Estados Unidos, hoje localizada principalmente em reservas no estado do Arizona. Whorf concluiu pelo estudo da língua dos hopi que sua concepção de tempo era inteiramente distinta da encontrada nas línguas originárias da Europa ocidental (MARCONDES, 2009, p. 67).

Tal hipótese, portanto, nasceu do trabalho com as línguas indígenas. E em que ela consiste? Vamos segui-la com Marcondes, que selecionou alguns trechos em Sapir e em Whorf, já que, como Marcondes lembra, não há um único texto que sintetize a formulação da hipótese tal como ela adentra o universo da linguística. Primeiramente, leiamos dois dos trechos destacados de Sapir:

(i) A linguagem é um guia para a “realidade social”. Embora a linguagem não seja normalmente considerada de interesse essencial para os estudiosos de ciências sociais, condiciona fortemente nosso pensamento sobre problemas e processos sociais. Os seres humanos não vivem apenas no mundo objetivo, tampouco no mundo das atividades sociais como as compreendemos comumente, mas se

encontram sob a influência da língua específica que se tornou o meio de expressão de sua sociedade. Trata-se de uma ilusão supor que nos ajustamos à realidade essencialmente sem o uso da linguagem e que a linguagem é apenas um meio incidental de resolver problemas específicos de comunicação e de reflexão. De fato, o “mundo real” é em larga escala construído de forma inconsciente com base nos hábitos linguísticos do grupo. Não há duas línguas que sejam suficientemente semelhantes para serem consideradas como representando a mesma realidade. Os mundos em que as sociedades diferentes vivem são mundos distintos, e não apenas o mesmo mundo com diferentes rótulos (SAPIR, apud MARCONDES, 2009, p. 69, aspas do autor).

(ii) A compreensão de um simples poema, por exemplo, envolve não apenas a compreensão de cada palavra tomada individualmente em seu significado comum, mas uma compreensão mais completa da vida da comunidade tal como se reflete nas palavras, ou tal como é sugerida pelas suas tonalidades. Mesmo comparativamente simples experiências de percepção estão muito mais sob a influência dos padrões sociais que chamamos de palavras do que parece. Se desenhemos, por exemplo, uma dúzia de linhas de diferentes formatos, nós as percebemos como divisíveis em categorias tais como “reta”, “curva”, “sinuosa”, devido ao caráter sugestivo da categorização feita pelos próprios termos linguísticos. Vemos, ouvimos e temos vários tipos de experiência em grande parte devido ao modo como os hábitos linguísticos de nossa comunidade nos predis põem a certos tipos de interpretação (SAPIR, apud MARCONDES, 2009, p. 69, aspas do autor).

Dos fragmentos expostos, podemos destacar alguns trechos importantes para compreendermos a reflexão de Sapir nesta nossa aula:

(i) ilusão supor que nos ajustamos à realidade essencialmente sem o uso da linguagem e que a linguagem é apenas um meio incidental de resolver problemas específicos de comunicação e de reflexão.

Ou seja, a linguagem não é tão somente um elemento entre o homem e o mundo. Ao contrário, lançando mão das palavras do autor, “a linguagem é guia para a ‘realidade social’”.

(ii) Não há duas línguas que sejam suficientemente semelhantes para serem consideradas como representando a mesma realidade.

Em outras palavras, Sapir está destacando a diversidade linguística.

(iii) Os mundos em que as sociedades diferentes vivem são mundos distintos, e não apenas o mesmo mundo com diferentes rótulos.

Isto nos permite dizer que em Sapir as palavras não são coisas e, portanto, não mudam de rótulo.

(iv) Vemos, ouvimos e temos vários tipos de experiência em grande parte devido ao modo como os hábitos linguísticos de nossa comunidade nos predis põem a certos tipos de interpretação.

O que nos leva a observar a relevância da experiência e da sociedade sobre a linguagem.

Leia, a seguir, mais um trecho de Sapir, que expõe um curioso padrão linguístico:

Há muitos padrões linguísticos de tipo especial que são de interesse para o cientista social. Um destes é a tendência a criar tabus em relação a certas palavras ou nomes. Um costume muito difundido, por exemplo, entre povos primitivos é o tabu que não só se formula em relação ao uso do nome de uma pessoa recentemente falecida, mas também em relação a qualquer palavra que seja etimologicamente conectada segundo os sentimentos do falante, com esse nome. (...) Em alguns casos, certas palavras ou nomes são tão sagrados que só podem ser pronunciados em condições muito especiais, e padrões de comportamento curiosos emergem com o objetivo de que se usem esses termos interditados (SAPIR apud MARCONDES, 2009, p. 69).

Como vimos anteriormente, o pensamento de Sapir foi desenvolvido por seu discípulo Whorf. Leiamos, então, um pouco das considerações do próprio Whorf em Marcondes:

Sintetizando, nossa questão inicial pode ser respondida da seguinte maneira: conceitos como “tempo” e “matéria” não são formulados substancialmente da mesma maneira pela experiência de todos os homens, mas dependem da natureza da língua ou das línguas através das quais se desenvolveram. Não dependem tanto de um único sistema (por exemplo, tempos verbais ou substantivos) pertencente à gramática, mas dos modos de analisar e relatar a experiência que se tornaram fixos na língua, integrando os “modos de falar”, e que se encontram em classificações gramaticais típicas, de tal maneira que esses “modos” podem concluir formas lexicais, morfológicas, sintáticas e de outros tipos sistêmico coordenados em um quadro consistente. Nosso próprio

conceito de “tempo” difere de modo marcante da “duração” dos hopi. É concebido como um espaço de dimensões estritamente limitadas, ou por vezes como um movimento no e nesse espaço, e desse modo é empregado como uma ferramenta intelectual. A “duração” para os hopi parece inconcebível em termos de espaço e movimento, na medida em que consiste no modo pelo qual a vida difere da forma e a consciência como um todo difere dos elementos espaciais da consciência. Certas ideias originárias de nosso conceito de tempo, tais como a simultaneidade, seriam muito difíceis, ou até mesmo impossíveis de se expressar em hopi, ou seriam vazias de significado, sendo substituídas por conceitos operacionais (WHORF apud MARCONDES, 2009, p. 29-70, aspas do autor).

Em síntese, Whorf vai destacar que categorias fundamentais ao pensamento humano, como “tempo” e “matéria” são dependentes da língua nas quais se desenvolveram. Ele mostra que a noção de tempo em inglês, por exemplo, não é a mesma que entre os hopi. A concepção de que as categorias das diferentes línguas organizam, cada uma a seu modo, as culturas é questão central da chamada hipótese Sapir-Whorf. Leia Marcondes:

Segundo a hipótese Sapir-Whorf, a língua de uma determinada comunidade organiza a sua cultura, sua visão de mundo, pois uma comunidade vê e compreende a realidade que a cerca através das categorias gramáticas e semânticas de sua língua. Há portanto uma interdependência entre linguagem e cultura. Um povo vê a realidade através das categorias de sua língua, mas sua língua se constitui com base em sua forma de vida (MARCONDES, 2009, p. 68).



Duas são as inferências fundamentais que podemos fazer acerca da linguagem para estes dois pensadores:

- consideram a diversidade linguística e cultural;
- enfatizam a interdependência entre linguagem e cultura.

O que resulta, conforme Lyons (p. 176), em combinar:

- determinismo linguístico (“A linguagem determina o pensamento”) com
- relativismo linguístico (“Não há limites para a diversidade estrutural das línguas”).

A hipótese Sapir-Whorf foi recebida de forma polêmica. Conforme Lyons, ela recebeu uma leitura mais radical e outra menos radical.

Na versão radical, ter-se-ia um determinismo e relativismo extremo em que, seguindo Lyons, “todo nosso pensamento e para sempre estaria ‘à mercê da língua determinada que se tornou o meio de expressão para a [nossa] sociedade’”. (Lembre-se de que se trata de Lyons formulando a hipótese Sapir-Whorf.)

Em outras palavras, a versão radical implicava uma relação determinista entre cultura e língua, o que resultou em inúmeras críticas.

Na versão menos radical, a estrutura da língua é posta como influenciando a percepção e a lembrança. Neste sentido, Lyons (p. 277) lembra que “a memória e a percepção são afetadas pela disponibilidade de palavras e expressões apropriadas”.

Como perceberam, voltamos ao início da aula: “Há entre quem sou e estou/Uma diferença de verbo/Que corresponde à realidade.” Muita água rolou e ainda rola acerca da relação entre linguagem, cultura e pensamento. E ela diz respeito também ao bilinguismo, à tradução, entre outras áreas.

Ainda que, como nos mostra Lopes (2008), nossa capacidade visual seja a mesma, nós, falantes do português, representamos as cores linguisticamente de uma maneira diferente de outros povos. Veja, por exemplo, as diferenças entre o português, o inglês e o bassa, língua indígena da Libéria, África:

Português	Inglês	Bassa
roxo	purple	hui
anilado		
azul	blue	
verde	green	
amarelo	yellow	ziza
alaranjado	orange	
vermelho	red	

Fonte: Adaptado de Lopes, 2008, p. 22.

O quadro nos mostra que, enquanto temos sete nomes para nos referirmos ao espectro solar, o falante de inglês tem seis, e um falante do basco, dois. Mas se você pensar bem, isso não é tão estranho assim. A língua “corta” numa determinada tonalidade que a outra não. E nós não fazemos isso o tempo inteiro? O que faz a gente chamar uma nota de “dó”, e outra de “ré”? E essa nem é a única escala musical que existe. Já pensou nisso?

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

2. Nós, falantes do português, chamamos de *parede* às divisões de nossas casas, de *muro* às construções que exteriores às nossas casas, e de *muralha* aos muros muito extensos. Diferentemente de nós, um falante do Inglês só possui uma palavra para nomear essas construções: *wall*. Como podemos interpretar esse fenômeno, a partir da hipótese Sapir-Whorf?

RESPOSTA COMENTADA

O fato de possuímos três palavras diferentes para o que o inglês só possui uma demonstra como classificamos o real conforme nossa língua, herança cultural. A língua, assim, não é mero rótulo que aponta para as coisas do mundo, mas um modo de ver o mundo. Conforme vimos, se radicalizarmos a hipótese Sapir-Whorf, chegaremos a um determinismo linguístico (ou seja, para a constatação de que pensamos de determinada maneira porque nossa língua nos dá a ver o mundo desta forma) e a um relativismo linguístico (isto é, para a ideia de que, como cada um vê o mundo conforme sua língua, o real não é único, ele é relativo conforme a língua que se fala). Também vimos que podemos fazer uma interpretação menos drástica da hipótese Sapir-Whorf. Assim, não seria o caso de dizer que vemos o mundo de determinada forma porque temos determinada língua. Nós tão somente nos referimos às coisas (chamamos uma muralha de “muralha”, e não de “parede”, por exemplo) conforme nossa língua estipula, o que não é o mesmo que dizer que somos incapazes de perceber o mundo conforme um falante de inglês, francês etc.

CONCLUSÃO

Imagine que você tenha um amigo norte-americano. Ele vai à sua casa e ouve os seguintes versos de uma canção gravada por Zeca Baleiro: “Eu vi mamãe Oxum na cachoeira/Sentada na beira do rio/Colhendo lírio, lírio, lê/Colhendo lírio, lírio, lá/Colhendo lírio/Pra enfeitar o seu congá.” Seu amigo gosta da melodia, mas quer entender o significado da letra da música. Você acha que seria possível traduzi-la para ele? Você acha que ele compreenderia se você procurasse palavra por palavra no dicionário e simplesmente substituísse uma a uma? Como vimos nesta aula, Sapir entendia que a língua não é mero rótulo. A língua é uma forma de ver o mundo. Se levarmos essa afirmação ao extremo, teríamos que cada língua é uma forma de ver um mundo – diferente do outro, ou seja, não há uma realidade igual para todos, mas cada um vê o mundo conforme sua língua determina. Isso implicaria que seria impossível traduzir um texto para uma outra língua, pois seria impossível ver o mundo com uma língua que não é a minha. Isso parece estranho? Não totalmente. Quando você tentar traduzir a canção para o seu amigo norte-americano, você pode achar que, por mais que explique para ele que há religiões afro-brasileiras, diferentes das que ele conhece em seu país, é impossível para ele entender totalmente o que aquela letra quer dizer. Você pode pensar que ele teria de ter nascido aqui, vivido aqui para entender. Por outro lado, como também vimos nesta aula, não precisamos ser tão radicais a respeito da hipótese Sapir-Whorf. É claro que você perceberá, conversando com seu amigo, que ele terá palavras para designar coisas que não temos, e vice-versa. Ainda assim, você pode pensar que pode, sim, traduzir para ele a canção gravada por Zeca Baleiro. Certamente, não bastará traduzir palavra por palavra – você terá de lançar mão de uma longa explicação. E, no final, você pode achar que ele entendeu o que a canção quer dizer. A questão da tradução suscita muita polêmica. Pense bem sobre ela, sobre a hipótese Sapir-Whorf, e formule seu próprio ponto de vista.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

O escritor argentino Jorge Luis Borges narra, em “O idioma analítico de John Wilkins”, certa enciclopédia chinesa intitulada *Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos*: “Em suas remotas páginas consta que os animais se dividem em (a) pertencentes ao Imperador, (b) embalsamados, (c) amestrados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães soltos, (h) incluídos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis, (k) desenhados com um finíssimo pincel de pelo de camelo, (l) etcétera, (m) que acabam de quebrar o vaso, (n) que de longe parecem moscas” (BORGES, 1999, p. 94).

A enciclopédia imaginária de Borges nos dá a ver uma forma bem diferente da nossa de ver o mundo. Analise-a, a partir da hipótese Sapir- Whorf.

RESPOSTA COMENTADA

A linguagem é uma maneira de ordenar a forma caótica como apreendemos o mundo. Nossa classificação nos parece natural. Contudo, ao analisarmos outras línguas, percebemos como ela é não é única, mas relativa, culturalmente determinada. Se entendermos que só há pensamento significativo com linguagem verbal, e se essa linguagem é dependente da cultura do indivíduo, temos que nosso modo de ver o mundo é conforme a nossa linguagem. Essa dependência pode ser entendida tanto de uma forma radical – o que implicaria, por exemplo, a impossibilidade de tradução entre línguas, uma intransponibilidade de uma língua para outra –, quanto de uma forma mais amena, em que nossas palavras, nossa memória linguística para falarmos do mundo seriam subordinadas à determinada língua.



Se você quiser saber sobre Whorf e seu trabalho com os índios hopis, leia “O universo segundo o modelo dos índios hopis” (texto traduzido para o português por Phellipe Marcel Esteves) no seguinte site:
<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/006.pdf>.

RESUMO

A pergunta da nossa aula era: “Qual é a relação entre linguagem e cultura?”. Para respondê-la, analisamos as postulações de Sapir sobre uma e outra. Vimos que, para Sapir, há, sim, uma relação entre linguagem e cultura, e linguagem e pensamento. A língua, segundo Sapir, é a marca do pensamento. Dessa forma, ela não se limita a aspectos biológicos – se assim fosse, aprenderíamos a falar da mesma forma como aprendemos a andar. Mas é porque a língua é da ordem da cultura que seu aprendizado não é mera resposta biológica a estímulos dados. Como vimos, a hipótese Sapir-Whorf criou bastante polêmica ao mesmo tempo em que influenciou diferentes visões de linguagem. Em uma “versão radical” da hipótese, houve quem a interpretasse como postulando que a linguagem é culturalmente determinada. Isso implicaria que também nosso pensamento não é universal, mas que pensamos conforme nossa cultura, já que a língua é o meio que temos para exprimirmos nosso pensamento. Numa “versão light”, podemos entender a hipótese Sapir-Whorf como uma tese de que a linguagem influencia nossa percepção do mundo e nossa memória, uma vez que nos expressamos e nos referimos às coisas com palavras e expressões de nossa língua, culturalmente moldada.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos estudar o estruturalismo no Brasil, com Mattoso Câmara Jr. Que tal rever as lições de Ferdinand de Saussure e de Bloomfield para que a aula seja mais proveitosa?

LEITURAS RECOMENDADAS

Para saber mais sobre Sapir e Whorf, segue uma importante referência:

LYONS, John. “Linguagem e cultura”. In: *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Tradução de Marilda Winkler Averborg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

O estruturalismo no Brasil

Ana Paula El-Jaick
Silvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros

AULA

19

Meta da aula

Apresentar a metodologia desenvolvida pelo estruturalismo no Brasil.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender em que consiste uma descrição estruturalista: o caso do vocábulo;
2. compreender o que quer dizer *forma livre*, *forma presa* e *forma dependente* (a contribuição de Mattoso Câmara Jr.).

Pré-requisitos

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia os capítulos "A palavra e sua estrutura" (da p. 5 à p. 10) e "Abordagem gramatical, abordagem estrutural e abordagem gerativa" (da p. 11 à p. 18, exceto a seção "Abordagem gerativa") do livro *Teoria lexical*, de Margarida Basílio (2002) e as duas páginas iniciais do capítulo "O vocábulo formal e a análise mórfica", de Mattoso Câmara Jr. (2002, p. 69-70).

INTRODUÇÃO

Você conseguiria responder em que consiste uma palavra? Provavelmente, você não tem dúvida do que seja uma palavra. Ao mesmo tempo, é muito difícil dar uma definição definitiva do que ela seja. Em geral, nossa primeira resposta parte de um critério “gráfico”, não é? A gente imagina como se escreve determinada sequência de sons e, então, determina o número de palavras de acordo com o número de sequências entre espaços em branco. Dessa maneira, na frase “O carnaval está chegando”, teríamos quatro palavras, seguindo o critério da linguagem escrita. Esse critério parece ser bastante eficaz para definir o que é palavra, mas experimente escutar esta canção de Milton Nascimento e Caetano Veloso, “A terceira margem do rio” (<http://www.youtube.com/watch?v=OV_fZiTCpb8>).

Como você ouve o sétimo verso? “Nosso pai não desdiz” ou “Nosso pai não diz, diz”? Percebe que, a depender de como “cortamos” essa cadeia sonora que ouvimos, teremos uma ou duas palavras, se seguirmos o critério da escrita?

Nessa música, Milton Nascimento e Caetano Veloso dialogam com o conto de Guimarães Rosa “A terceira margem do rio” – presente no livro *Primeiras estórias* –, disponível na internet neste link: <http://www.releituras.com/guimaraosa_margem.asp>.

Talvez você esteja começando a perceber que definir o que é uma palavra é mais difícil do que parecia à primeira vista. Diferentemente do que ocorre na escrita, em que deixamos um espaço entre uma “palavra” e outra, na fala nós simplesmente juntamos umas nas outras. Outra maneira de você perceber essa dificuldade é ouvir uma língua estrangeira que você não domina. Você não saberá dizer se o que está ouvindo é uma só palavra, duas, três... Este é um dos problemas que a linguística estruturalista tentou resolver. Nesta aula, você irá ver o impacto dos estudos estruturalistas no Brasil e assim poderá compreender em que consiste uma descrição estruturalista. Para isto, vamos nos centrar no caso da palavra.

A ESTRUTURA DA PALAVRA

Há indícios para crer que temos uma *intuição* de o que é uma palavra, ainda que fizéssemos parte de uma comunidade linguística sem escrita. É o que diz Sapir:

Não pode haver prova mais convincente do que a seguinte: o índio, ingênuo e completamente despercebido do conceito da palavra escrita, não tem apesar disso dificuldade séria em ditar um texto a um investigador linguístico, palavra por palavra (SAPIR apud LAROCA, 2003, p. 19).

Mas essa opinião de Sapir não é a única voz neste sentido. A parte da linguística conhecida como psicolinguística (que pesquisa as conexões existentes entre o conhecimento e o uso de uma língua como, por exemplo, a aquisição da linguagem) também acredita que haja uma realidade psíquica da palavra, evidenciada no que chamam de “fala **HOLOFRÁSTICA**”.

Trata-se da fala do bebê no início da aquisição da linguagem. Ela é composta por palavras elípticas, quer dizer, palavras que “escondem” sentenças completas. Assim, poder-se-ia inferir que o bebê quer dizer “quero comer”, “estou com fome” etc., a partir da palavra “papá”.

Pois é, definir o que é uma palavra é um problema para gramáticos e linguistas – só não é um problema para quem nunca se perguntou tecnicamente sobre o assunto, isto é, para os falantes em geral. Mas agora somos linguistas. E se o objetivo da linguística estrutural é descrever línguas, imagine o problema de não ter como determinar de forma definitiva esta unidade da linguagem verbal.

Saiba que não há *uma* resposta à pergunta essencial *o que é uma palavra?* Essa resposta definitiva escapa às várias tentativas de gramáticos e linguistas. Contudo, se delimitar o que vem a ser palavra é um problema para o linguista, há, no entanto, critérios que norteiam esta delimitação. Nesta aula, iremos ver alguns critérios. Mas antes vamos nos debruçar sobre a estrutura da palavra.

HOLOFRÁSTICA

(Do grego *hólos* = completo, inteiro + frase.)

De acordo com o *Dicionário Houaiss*, holófrase é um “enunciado constituído de uma só palavra, a qual funciona como uma frase” (Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0*). Assim, você já pode imaginar o que é isso a que chamamos de “estágio holofrástico”.

Trata-se de um dos primeiros estágios no desenvolvimento de aquisição da linguagem pela criança. A maioria das crianças passa por este estágio de uma palavra = uma frase. A criança, então, usa apenas uma palavra, quer dizer, uma sequência sonora relativamente curta para exprimir o que, mais tarde, será dito por estruturas mais complexas. Em geral, essas palavras são de uma única sílaba, no padrão CV (consoante-vogal).

Essas “palavras-frase” têm três funções principais, segundo pesquisadores: (i) falar da própria atividade em que a criança está envolvida naquele momento (ou expressar seu desejo de alguma atividade, por exemplo, ser pego no colo); (ii) transmitir emoções (por exemplo, um “não” quando alguém tenta tirar alguma coisa que a criança não quer largar); (iii) denominar as coisas e os seres no mundo (por exemplo, “au-au” para designar o cachorro). (Você aprenderá mais sobre aquisição da linguagem em Linguística II.)

Fonte: FROMKIN; RODMAN. “Da boca dos bebês: aquisição da língua pela criança”. In: *Introdução à linguagem*. Tradução de Isabel Casanova. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

Como você leu em Basílio, a palavra foi considerada, por muito tempo, a unidade mínima de análise pela gramática. Isso quer dizer que, por mais que as palavras pudessem variar de forma, elas seriam indivisíveis em unidades menores. Contudo, as palavras parecem conter mais de um elemento se pensarmos que, a partir de uma palavra, podemos formar outras. Claro está que há palavras constituídas de apenas um elemento: *boi*, *sal*, *mar*, etc. são, de fato, indivisíveis. Entretanto, há outras palavras que têm mais de um elemento. Por exemplo: o adjetivo *inábil* é formado pelo adjetivo *hábil* e pelo prefixo negativo *in-*; o substantivo *felicidade* é constituído do adjetivo *feliz* e do sufixo *-idade*; o substantivo *guarda-pó* é formado pelos elementos *guarda* e *pó*. Isso nos leva a crer que há elementos de análise que são menores do que a palavra.

Os elementos que constituem uma palavra são, conforme Basílio, basicamente dois: raiz e afixo. A base de uma palavra é a raiz. Os afixos são aqueles elementos que se agregam à raiz para formar uma palavra. Dependendo da posição em que aparecem, são de dois tipos: se antes da base, temos um prefixo; depois da raiz, trata-se de um sufixo – conforme vimos com *inábil* e *felicidade*, respectivamente. Então:



Prefixo → antes da raiz
Sufixo → depois da raiz

A estrutura de uma palavra pode ser ainda mais complexa, isto é, em vários níveis de estruturação. Isso quer dizer que essa combinação base + afixos pode se subdividir. A base pode ter, ela mesma, base e afixos, de modo a termos vários níveis na estrutura de uma palavra. Vamos ver os exemplos de Basílio para que isso fique mais claro:

Vejam, por exemplo, as palavras *centro*, *central*, *centralizar*, *descentralizar*, *descentralização*. A primeira palavra, *centro*, é constituída apenas pela base, embora se possa considerar

que esta apresente uma vogal temática. A segunda palavra, *central*, é formada pelo acréscimo do sufixo *-al* à base; a terceira, *centralizar*, formada pelo acréscimo do sufixo verbalizador *-izar* à base, constituída pelo adjetivo *central*; a quarta, *descentralizar*, é formada pelo acréscimo do prefixo negativo *des-* à base verbal *centralizar* e, finalmente, a quinta, *descentralização*, é formada pelo acréscimo do sufixo substantivador *-ção* à base *descentralizar*. Vemos, pois, que, em todos os níveis, temos uma construção de base + afixo. A base, no entanto, pode ter vários graus de complexidade. Ou seja, a palavra não é formada de uma sequência de morfemas, mas constituída estruturalmente de uma base acrescida de afixo (BASÍLIO, 2002, p. 14).

Se na tradição gramatical a palavra era considerada unidade mínima de análise, na abordagem estruturalista, como vimos em Basílio, é o morfema que ocupa este lugar:

Na abordagem estruturalista, a noção de morfema é básica; o morfema é definido como unidade significativa mínima numa língua. Em síntese, a análise morfológica consiste na depreensão de morfemas e de suas possíveis combinações na formação de palavras (BASÍLIO, 2002, p. 17-18).

Conforme vimos na Aula 15, quando estudamos a dupla articulação da linguagem, o morfema é, segundo a abordagem estruturalista, a unidade mínima de análise, ou seja, a menor entidade possuidora de um significante e de um significado.

Seguindo o exemplo de Kehdi (1990), se compararmos a forma verbal *falávamos* com *falava*, veremos que se diferenciam por uma forma (*-mos*), que é significativa: indica que a ação foi feita no passado, por um grupo de pessoas que inclui aquele que fala (3ª pessoa do plural).

Mas esse grupo pode ser decomposto em unidades significativas ainda menores – isto é, há outros morfemas em jogo aqui. O *va* indica que a ação não foi acabada no passado, mas se prolongou (pretérito imperfeito do indicativo).



Temos então o seguinte quadro:

Fal	a	va	mos
Fal	a	va	

Em que:

- Fal = base;
- a = vogal indicativa de verbo da primeira conjugação;
- va = morfema indicador de pretérito imperfeito do indicativo;
- mos = morfema indicador de terceira pessoa do plural.

A análise estruturalista tem como objeto, então, palavras já formadas – não se trata de uma análise a respeito das possibilidades de formação de palavras. Conforme Basílio:

A preocupação da análise morfológica estruturalista seria apenas a de estabelecer formulações gerais que correspondessem às formações já existentes na língua (BASÍLIO, 2002, p. 18).

Mas Basílio entende que o problema maior da análise estruturalista recai exatamente no conceito de morfema. Isso porque o morfema, conforme vimos várias vezes, tem uma face significativa, e as palavras têm um sentido global que não necessariamente corresponde à soma de suas partes. Assim, há algumas implicações sobre a face significativa dos morfemas para as quais é preciso atentar, seguindo os passos de Kehdi (1990). Os problemas são os seguintes:

Primeiro:

Podemos ter morfemas homônimos, por exemplo: o /s/ de *canta*s e de *mesa*s. São morfemas cujo significado não é o mesmo. Enquanto em *canta*s o /s/ indica a segunda pessoa do singular, em *mesa*s ele indica plural.

Segundo:

É preciso evitar falsas comutações (ver Aula 18). Isso quer dizer que, dado o par *lei* / *legal*, poderíamos chegar à conclusão de que *-i* e *-gal* são morfemas. Todavia, esses elementos não são morfemas, uma vez que são destituídos de significação. *Lei* não se decompõe, e *leg* é uma forma variante.

Terceiro, citando Kehdi:

Cumpre, ainda, esclarecer que os segmentos comuns ao par devem ter o mesmo valor semântico. Para determinar os morfemas de *capacidade*, não poderíamos compará-lo com *capa* ou com *cidade*, que, embora existentes em português, não têm nenhuma relação significativa com o vocábulo proposto. A única comparação possível, no caso, é com *capaz*; como resultado, obtemos a forma *capac-*, variante (KEHDI, 1990, p. 17).

Agora que você já estudou a estrutura da palavra na abordagem estruturalista e já viu a que se chega, em linhas gerais, com tal abordagem e quais seus limites (que, no caso, passam, sobretudo, pela questão do sentido), você já pode fazer a Atividade 1.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Explique as afirmativas a seguir:

- (a) É certo afirmar que, se compararmos “fala” e “chora”, teremos bases distintas com um mesmo morfema comum /a/ indicativo de terceira pessoa do singular do presente do indicativo.
- (b) É falso dizer que, no caso de “variedade”, “idade” e “cidade”, percebemos que todas têm o mesmo sufixo “idade”.

RESPOSTA COMENTADA

(a) De fato, o que há de comum entre as expressões linguísticas /fala/ e /chora/ é o morfema /a/. Ele indica que esses dois verbos estão conjugados na terceira pessoa do singular do presente do indicativo: ele(a) fala / chora. As bases são distintas na medida em que denotam duas ações diferentes, ou seja, são dois verbos distintos.

(b) Realmente, é falso extrair o mesmo sufixo (“idade”) dessas três expressões, uma vez que elas sequer são passíveis de serem compa-

radas, já que não possuem qualquer relação significativa comum. Para começar, "idade" não é um sufixo de "cidade". Cidade é uma palavra indecomponível. Ela não tem qualquer relação significativa com "variedade", nem com "idade" para que se possa fazer tal aproximação.

O VOCÁBULO FORMAL

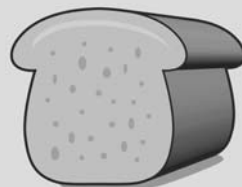
Começamos a aula perguntando em que consiste a palavra, não foi? Em Basílio, no início do capítulo 2, você leu:

A palavra é uma dessas unidades linguísticas que são muito fáceis de reconhecer, mas bastante difíceis de definir, se tomarmos como base de definição a língua falada. Isto acontece porque na língua falada não fazemos pausas sistemáticas entre cada palavra pronunciada (BASÍLIO, 2002, p. 11).

Dito de outro modo, na língua escrita a apresentação do vocábulo se dá, com alguma tranquilidade, pelo espaço em branco entre as palavras. Dizemos que este é um critério *formal*.



Você pode estar pensando que o critério formal resolve todos os nossos problemas – e que, portanto, não há motivo para alarde. Contudo, não é bem assim. Quer ver um exemplo? Quantas palavras você contaria nestes casos: *mãe solteira*, *cabo eleitoral*, *produção independente*, *cesta básica*, *leite em pó*, *molho inglês*, *conta corrente*, *bode expiatório*, *pão de forma*, *pacto social*, *cartão de crédito* (exemplos retirados de Laroca, 2003, p. 22)? Se você considerar o espaço em branco entre elas, teremos duas (como em cesta / básica) ou três palavras (como em pão / de / forma). No entanto, você deve ter percebido que estamos diante de composições cujo sentido não é igual ao somatório do significado das palavras formais, isto é, "pão de forma" é uma expressão própria, indivisível. Viu como o critério formal – do espaço em branco – não basta para decidirmos o que conta como uma palavra?



Conforme Mattoso,

(...) a apresentação do vocábulo na escrita se faz pelo critério formal. Deixa-se entre eles, obrigatoriamente, um espaço em branco, porque, mesmo quando sem pausa entre si num único grupo de força, cada um é considerado uma unidade mórfica de per si. Por isso, embora em *proscreever*, por exemplo, cada letra se reporta a um fonema e a separação é silábica (*pros-cre-ver*, apesar de o vocábulo ser composto do prefixo *pro-* e *(e)crever*), grafamos com espaços em branco a expressão *proscreever uma lei* /proskreverumalei/, que é um único grupo de força (CÂMARA, 2002, p. 69).

Você entendeu o que vem a ser grupo de força?

Grupo de força é quando temos duas ou mais palavras (pelo critério formal) unidas por um único acento tônico predominante. Se você está pensando que estamos diante de outro critério para se definir o que é palavra, você está certo. De fato, a tonicidade é um elemento para definir o que é uma palavra pelo assim chamado *critério fonético*.

Grupo de força → critério fonético.

O critério fonético estipula que a palavra é uma unidade acentual, ou seja, ela é marcada por apenas um acento tônico. Com efeito, algumas palavras se enquadram em tal critério: *árvore*, *madeira* e *silêncio* têm apenas um acento tônico, isto é, têm apenas uma força acentual.

Unidade acentual → corresponde a uma força acentual.



Não confunda acentuação gráfica com tonicidade da palavra. Acentuação gráfica é fruto de um acordo ortográfico em que se impõem regras para utilização de acentos gráficos em determinada língua. Há línguas, como o inglês, que não possuem acentos gráficos. Não obstante, o inglês tem tonicidade, ou seja, as sílabas das palavras são pronunciadas com maior ou menor intensidade do que outras. Por exemplo, "bathroom" não tem acento gráfico; entretanto, a tonicidade, isto é, a força, recai em "bath". Vejamos agora um exemplo de nossa língua: "palavra" não tem acento gráfico; no entanto, a sílaba "la" é pronunciada com mais intensidade do que as demais.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=1269242>

Este critério ajuda na depreensão de muitas palavras; contudo, ele não é suficiente. Observe a expressão *com a macaca*. Como a preposição *com* e o artigo

definido *a* são átonos, temos apenas o acento na penúltima sílaba de *macaca*, isto é, em *com a macaca* temos uma unidade acentual que recai sobre *macaca*. Assim, a expressão *com a macaca* também se conforma ao critério fonético, devendo, por ele, ser considerada uma palavra. Pois é, já sei que você pensou nos problemas de escrita como “temque” ou mesmo “derrepente”... Temos nestes casos uma única unidade acentual, o que leva aprendizes a não grafarem na escrita *tem que* ou *de repente* separadamente...

Mattoso, em seu estudo sobre os erros escolares, apresentou uma justificativa estrutural para casos como esses, que eram considerados somente ignorância do aprendiz. Na verdade, explica Mattoso, o aprendiz faz uma dedução de alta complexidade: ele transpõe para o plano da grafia um fato fonológico, ligando um elemento átono à sílaba tônica da outra unidade. Interessante, não?



Sintetizando:

→ critério fonético: palavra é uma unidade acentual.

Agora que você já entendeu o que é grupo de força e compreendeu o critério fonético, vamos voltar à pergunta de Mattoso – “Qual, entretanto, o critério para aí (em proscrever uma lei) se depreender 3 vocábulos formais?” (p. 69) – e refletir sobre o vocábulo formal.

O critério para se depreender quais são os vocábulos formais (ou seja, o critério para se diferenciar formas livres de formas presas) foi estabelecido pelo linguista norte-americano Leonard Bloomfield (veja Aula 17). Observe a explicação de Mattoso:

Segundo esse autor (Bloomfield), as unidades formais de uma língua são de 2 espécies: 1) formas livres, quando constituem uma sequência que pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente (ex.: “Que vão fazer?”. Resposta: “Proscrever”. “Proscrever o quê?”. Resposta: “Lei”); 2) formas presas, que só funcionam ligadas a outras (como *pro-* de *proscrever*, *prometer* etc.). O vocábulo formal é a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres. Constará,

portanto, de uma forma livre indivisível (ex.: *luz*), de duas ou mais formas presas (ex.: *im+pre+vis+ível*) ou de uma forma livre e uma ou mais formas presas (ex.: *in+feliz*) (CÂMARA, 2002, p. 69-70).



Então, com Bloomfield, temos:

- (i) forma livre: sequência que funciona isoladamente;
- (ii) forma presa: sequência que só aparece ligada a outra.

Vamos entender: **FORMAS** livres são aquelas que têm liberdade sintática nas frases. Por exemplo, em:

– Você viu o filme *A separação*?

Há várias possibilidades de resposta, como as seguintes:

– Filme?

– Vi.

– Não.

Isto nos indica que são formas livres: “*filme*”, “*vi*” e “*não*”.

Já a forma presa é aquela que só comparece ligada a outra, por exemplo: *re-*, em *refilmagem*.

Mattoso, ao estudar a língua portuguesa, observou que estes dois critérios não eram suficientes e propôs então um terceiro conceito: o de forma “dependente” (CÂMARA, 1967, p. 88). A forma dependente, como o próprio nome diz, nunca aparece sozinha. Ao mesmo tempo, ela não chega a ser uma *forma presa*. Ela tem certa autonomia. Conforme nos explica o próprio Mattoso:

Conceitua-se assim uma forma que não é livre, porque não pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente; mas também não é presa, porque é suscetível de duas possibilidades para se disjuntir da forma livre a que se acha ligada: de um lado entre ela e essa forma livre pode se intercalar uma, duas ou mais formas livres *ad libitum* (*a grande, promissora e excelente lei*). Por outro lado, quando tal não é permissível (nos pronomes átonos que funcionam junto ao verbo), resta a alternativa de ela mudar de posição em relação à forma livre a que está ligada, o que não ocorre absolutamente com uma forma presa: ao lado de *se fala*, há também a construção *fala-se* etc. (CÂMARA, 2002, p. 70).

FORMA

Do ponto de vista do seu emprego na comunicação linguística, a forma é livre quando é capaz de constituir por si uma frase, e presa quando só aparece ligada a outra ou outras num vocábulo (BLOOMFIELD, 1953, p. 160); intermediariamente há a forma dependente, que “é autônoma embora nunca apareça isolada”, podendo separar-se livremente daquela a que se associa na enunciação ou mudar de posição em relação a ela (cf. CÂMARA, 1959, p. 104).

Fonte: CÂMARA Jr., M. *Dicionário de linguística e gramática*, 1984, p. 120.

Compreendeu? Essas formas a que Mattoso chamou dependentes *não são autossuficientes*; por outro lado, não estão presas às outras. Por exemplo, como mostrou Mattoso, os pronomes átonos em *fala-se* ou *se fala* não estão presos ao verbo – podem vir antes ou depois dele –, mas não ocorrem independentemente, como uma forma livre... São, pois, formas dependentes. Não são as únicas. Leia Mattoso:

(...) são formas dependentes, em português, as partículas proclíticas átonas, como o artigo, as preposições, a partícula *que* e outras mais. São-no igualmente, como acabamos de ver, as variações pronominais átonas junto ao verbo, em vista de poderem ficar com ele em próclise ou em ênclise (CÂMARA, 2002, p. 70).



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/679428>

Entendeu o caso do pronome, não é? Vejamos agora o que acontece com o artigo. Este, recuperando Mattoso, “não pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente”, isto é, um artigo não pode, sozinho, responder a qualquer pergunta. Se digo: “O filme é interessante”, poderia obter como resposta “Filme?” ou “Interessante?”, dentre tantas outras possibilidades. Entretanto, não poderia ter “O?”

como resposta. Ao mesmo tempo, essa forma dependente não aparece, necessariamente, ligada a outra. Vejamos. Eu havia dito “O filme é interessante”. Porém, “O” não está preso a “filme”. Tanto assim que eu poderia intercalar um outro elemento entre o artigo “O” e o substantivo “filme” e dizer: “O interessante *filme* de Asghar Farhadi é muito bom”, ou ainda um outro exemplo, “O conhecido *cinesta iraniano* é muito bom”.

Assim, em “O interessante *filme* de Asghar Farhadi”, temos como formas dependentes: *o*, *de*.

Agora você já deve ser capaz de entender a distinção desses dois critérios, formal e fonológico, para se definir o que é um vocábulo – e, logo, você já sabe o que é um vocábulo formal e o que é um vocábulo fonológico. Entretanto, para ficar ainda mais claro, acompanhe o exemplo:

A filha de Alice dormiu.

Teríamos, de acordo com Mattoso Câmara Jr:

a) **cinco vocábulos formais** (ou seja, cinco palavras, no sentido tradicional): *a*, *filha*, *de*, *Alice*, *dormiu*.

b) **três formas livres:** *filha, Alice, dormiu.*

c) **duas formas dependentes:** *a, de.*

Pelo critério fonológico, teríamos:

a) **três palavras** – *A filha + de Alice + dormiu*

Assim, revendo pelo critério fonológico, teríamos três palavras, uma vez que teríamos três grupos de força. Como “a” e “de” são átonos, eles se subordinam ao acento principal próximo deles: o artigo “a” a “fi”, em *filha*, e a preposição “de” a “li”, em *Alice*, respectivamente.

Chegamos agora à afirmação de Mattoso de que “A forma dependente é, portanto, o primeiro exemplo em português da falta de coincidência absoluta entre vocábulo fonológico e vocábulo formal” (CÂMARA, 2002, p. 70).

Afinal, como vimos no exemplo anterior (“A filha de Alice dormiu”), teríamos cinco vocábulos formais, mas apenas três vocábulos fonológicos, devido às duas formas dependentes (*a, de*). Como essas formas dependentes são átonas, elas se subordinam ao acento tônico mais próximo a elas – não constituindo, de per si, um vocábulo fonológico, ainda que, pelo critério formal (espaço em branco), elas sejam consideradas vocábulos formais.

É o que acontece também com os vocábulos compostos. Mas, nestes casos, ocorre o inverso: *menos* vocábulos formais e *mais* vocábulos fonológicos. Isto é: dois vocábulos fonológicos que, unidos, formam apenas um vocábulo formal (ou seja, uma palavra). Pensou em algum exemplo? Siga conosco então.

É o caso de *guarda-chuva, porta-bandeira* etc. Nesses casos, temos dois acentos, isto é, dois vocábulos fonológicos, mas um só vocábulo formal.

Dessa maneira, vemos que há unidades acentuais como *com a macaca* que constituem três palavras do ponto de vista gráfico, mas uma palavra apenas segundo o critério fonológico, e palavras compostas que corresponderiam a apenas um vocábulo formal, mas que deveriam contar como duas palavras segundo o critério fonológico. Isso mostra como o critério fonético não basta para delimitarmos as margens de uma palavra.

Já podemos nos exercitar com a Atividade 2.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

2. Leia este início de um conto de Dalton Trevisan:

– Tua professora ligou. De castigo, você (TREVISAN, 2000, p. 15).

Sobre ele, diga se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes proposições, e corrija aquelas que julgar falsas:

- a) () “Tua” é uma forma dependente.
- b) () “Professora” é uma forma livre.
- c) () “Ligou” é uma forma livre.
- d) () “De” é uma forma presa.
- e) () “castigo” é uma forma dependente.
- f) () “você” é uma forma dependente.

RESPOSTA COMENTADA

- a) (F)
- b) (V)
- c) (V)
- d) (F)
- e) (F)
- f) (F)

As letras (b) e (c) estão corretas. A letra (a) é falsa, uma vez que o pronome possessivo “tua” é uma forma livre. Seguindo o critério de Bloomfield, “tua” pode perfeitamente responder uma pergunta como esta: “Professora de quem ligou?”. A letra (d) também é falsa. Como vimos, “de” se enquadra naquilo que Mattoso Câmara Jr. chamou de forma dependente (uma forma que não é nem livre, nem presa). A letra (e) está incorreta, uma vez que “castigo” é uma forma livre. Afinal, podemos perguntar: “Isso é o quê?” e alguém responder: “Castigo”, não é? Finalmente, a letra (f) está errada porque “você” também é uma forma livre. Podemos imaginar alguém que pergunte: “Quem está de castigo?” e obtenha a resposta: “Você”.

CONCLUSÃO

Nesta aula, em que estudamos o estruturalismo no Brasil, o nome de Mattoso Câmara Jr. não poderia faltar. Afinal, ele foi o grande mestre dos estudos estruturalistas em nosso país. Analisamos mais profundamente nesta aula a proposta de Mattoso para descrever o português do Brasil incluindo a categoria de *formas dependentes*. Porém, Mattoso analisou várias questões fundamentais para se descrever nossa língua. Por exemplo, a questão do gênero também foi matéria tratada por ele. Mattoso percebeu como a visão tradicional de tratar a flexão de gênero atrelada ao sexo dos seres gerava dificuldade no entendimento de gêneros de nomes de coisas (isto é, de entes que não possuem sexo), por exemplo: *jornal*, *cadeira*, *caneta* etc. Mattoso então delimitou a diferença entre gênero vocabular e sexo biológico, distinguindo *classificação formal* de *conteúdo semântico*. Assim, seguindo a classificação formal, as palavras da língua portuguesa são classificadas quanto ao gênero. Desse modo, *jornal* é um substantivo masculino, enquanto *cadeira* e *caneta* são femininos, embora esse gênero não carregue consigo qualquer conteúdo semântico de sexualidade.

Dessa forma, Mattoso estabeleceu alguns critérios sobre o assunto do gênero, dos quais destacamos: (i) o determinante do gênero é o *artigo*, isto é, é o artigo que define o gênero do vocábulo (assim, se *jornal* é masculino, é porque seu artigo é masculino: *o jornal*); (ii) o gênero não se confunde com o sexo biológico dos seres; (iii) a flexão de gênero não comparece em todas as palavras (isso quer dizer que nem todos os nomes seguem a regra geral da flexão de gênero, como *o menino / a menina*. Em *cadeira*, por exemplo, não há flexão de gênero: *a cadeira*, mas não existe *o cadeira*).

Com efeito, o movimento estruturalista representou no Brasil um grande salto para as pesquisas em linguística, já que, a partir do trabalho inaugural de Mattoso, passou-se a adotar uma atitude descritiva, como nos aponta Ilari:

(...) o estruturalismo instaurou a crença de que a língua portuguesa como é falada e escrita no Brasil deveria ser tomada como objeto de *descrição*, contrariando uma longa *tradição normativa* (ILARI, 2007, p. 87, *itálicos do autor*).

A partir daí, o Brasil passou a contar com descrições confiáveis dos principais recursos morfológicos utilizados na língua padrão. Além disso, as variedades não padrão do PB (português brasileiro) passaram também a ser consideradas objetos legítimos de estudo. Por esses motivos, ainda com Ilari, podemos concluir que: “o estruturalismo contribuiu para dotar a linguística brasileira de uma nova ‘agenda’” (ILARI, 2007, p. 88).

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

Dado o verso de Manuel Bandeira:

O que eu vejo é o beco.

Fonte: <<http://www.revista.agulha.nom.br/manuelbandeira03.html>>

Responda:

(a) Se compararmos “vejo” e “beco”, poderemos dizer que têm em comum o morfema /o/?

(b) Quais são as formas livres e quais são as formas dependentes deste verso?

RESPOSTA COMENTADA

(a) Não, porque “vejo” e “beco” são expressões linguísticas não passíveis de serem comparadas, uma vez que não possuem qualquer relação significativa comum. O /o/ só é um morfema indicativo de que este verbo (“ver”) está conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo: eu vejo. Porém, no caso de “beco”, não: beco não é um verbo, e /o/ é a vogal temática deste substantivo.

(b) Neste verso de Manuel Bandeira, temos as seguintes formas livres: eu, vejo, é, beco. Reparem que, em todos esses casos, cada uma das palavras pode servir como resposta a alguma pergunta, de forma independente. Por outro lado, temos a forma dependente “o” duas vezes (o pronome “o” antes do pronome “que”, e o artigo “o”

antes do substantivo "beco"). Elas, ao contrário das demais, não se sustentam sozinhas; são formas dependentes de outra(s) – no caso em análise, ora de "que", ora de "beco".

RESUMO

Nesta aula, vimos uma faceta do impacto do estruturalismo nos estudos da linguagem no Brasil. Para isso, analisamos o caso da *palavra*. Você nunca deve ter pensado que esta unidade, a palavra, desse tanta dor de cabeça para ser definida, não é mesmo? Pois bem. Trata-se de questão bastante controversa nos estudos da linguagem – aqui, buscamos introduzir o assunto para você. Neste estudo introdutório, você aprendeu que aquilo que você sempre chamou de palavra assim é se levarmos em conta o critério formal (ou seja, aquele que considera uma palavra a unidade delimitada por espaços em branco na folha de papel). Contudo, você agora deve ser capaz de perceber que tal critério não é definitivo, ou seja, ele é passível de críticas. Apresentamos, então, outro critério, o fonológico. Afinal de contas, se língua não é senão aquela que falamos, por que deveríamos seguir um critério da língua escrita para definir unidade tão importante de nossos estudos? Entretanto, vimos que mesmo este critério não se mostrou suficiente. Conforme foi visto, o critério fonológico guarda disparidades com o critério formal, fazendo com que o que se considera palavra em um não se considere em outro, e vice-versa. Desse modo, não se tem a uniformidade requerida para delimitar a palavra, conforme se quer para uma unidade da ciência linguística. Finalmente, como não poderia deixar de ser em uma aula que se dedica a estudar o estruturalismo no Brasil, você conheceu o linguista mais importante de seu tempo em nosso país: Mattoso Câmara Jr. Ele foi importante em várias frentes nos estudos linguísticos do português do Brasil, mas nesta aula nos limitamos a apresentar uma. Você viu, então, como Mattoso aprimorou a proposta de Bloomfield para analisar o português. Isto é: Mattoso viu que o português não pode ser descrito apenas na base de formas presas e livres. Ele então cunhou a expressão *forma dependente* para essas unidades do português que não são nem presas, nem livres, mas que possuem características próprias.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos continuar com o estruturalismo. Para isto, leia os itens 2.3 e 2.4 do texto “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”, de Rodolfo Ilari. In: BENTES e MUSSALIM (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 61-63.

LEITURAS RECOMENDADAS

Para saber mais sobre o estruturalismo no Brasil e também para saber sobre Mattoso Câmara, leia o livro seminal de Mattoso: *Estrutura da língua portuguesa*. Para saber mais sobre estruturalismo, seguem duas sugestões:

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1970.

LEPSCHY, Giulio C. *A linguística estrutural*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Forma e substância em Hjelmslev

Ana Paula El-Jaick
Vanise Medeiros

AULA

20

Meta da aula

Apresentar os conceitos de forma e substância linguística.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar forma de substância;
2. reconhecer os dois planos da linguagem (plano da expressão e plano de conteúdo) propostos por Hjelmslev.

Pré-requisito

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia os itens 2.3 e 2.4 do texto “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”, de Rodolfo Ilari. In: Bentes e Mussalim, 2007, p. 61-63.

INTRODUÇÃO



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1226123>

Você sabia que não foi desde sempre que se usava o polegar para tocar piano? O primeiro pianista que utilizou o polegar para tocar piano não havia inventado esse instrumento, mas aprimorou uma técnica que já existia. Analogamente, a teoria apresentada pelo linguista dinamarquês L. Hjelmslev, a que ele chamou de Glossemática, é uma espécie de continuação, de alargamento do pensamento de Ferdinand de Saussure. É, ao mesmo tempo, o abandono de certas teses saussurianas. Do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, Hjelmslev explora particularmente duas afirmações:

- 1) a língua não é substância, mas forma;
- 2) toda língua é ao mesmo tempo expressão e conteúdo.

Você deve se lembrar de que, em Saussure, essas afirmações aparecem em sua teoria do *signo linguístico* (que tal reler a Aula 10?). Vamos rever e aprofundar cada uma dessas acepções.

Quem foi Hjelmslev?

Louis Hjelmslev nasceu em Copenhague, Dinamarca. Seguindo a linha de pensamento de Ferdinand de Saussure, Hjelmslev propôs um novo estudo sob novos termos: o estudo da Glossemática e a classificação dos glossemas, as menores unidades linguísticas passíveis de significação. Suas principais obras são estas três: *Principe de Grammaire Générale* (1928), *Omkring Sprogteoriens Grundlaeggelse* (1943) e *Sproget* (1963).

Fonte: retirado e adaptado da http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Hjelmslev

DE SAUSSURE A HJELMSLEV

Pode-se dizer que a Glossemática, teoria linguística proposta por Hjelmslev, tem como ponto de partida a afirmação saussuriana “a língua é uma forma e não uma substância”. Conforme estamos recordando, Saussure declara que a língua é forma e não substância quando ele está desenvolvendo sua reflexão acerca do *signo linguístico*, mais exatamente do *valor* do signo (lembra as Aulas 9 e 10?). Você deve se lembrar de que valor é o conjunto de diferenças – o que faz com que um signo defina-se como tal, pelo que ele *não é*. Partindo disso, você será capaz de entender o que Hjelmslev quis dizer quando fala de *forma*, pois a *forma* hjelmsleviana corresponde ao *valor* saussuriano.

Você já aprendeu que o signo linguístico tem, segundo Saussure, uma face que é o significado, o conceito, e outra que é o significante, a imagem acústica; a noção de valor/forma vai, então, operar sobre essas duas faces. Aí temos uma releitura de Saussure proposta por Hjelmslev: este último entenderá o signo linguístico intrinsecamente ligado à noção de valor. É uma nova perspectiva sobre o signo linguístico que Hjelmslev traz. Vamos entender esta outra perspectiva.

Hjelmslev abandona a ideia de que o signo é a unidade linguística fundamental. Tal abandono foi facilitado pelo trabalho dos fonólogos que, com o método da comutação (para relembrar comutação, reveja a Aula 13), haviam estabelecido os fonemas como unidades linguísticas menores que o signo. Isso quer dizer que os sons (e também, como veremos em seguida, os sentidos) não se opõem, dentro do sistema linguístico, em sua totalidade – o que há são oposições de *traços*.

É, portanto, a partir da oposicionalidade de traços sonoros (e semânticos) que somos capazes de uma definição formal de um som (e de um sentido). Com os exemplos, tudo ficará mais claro, você verá.

Preste atenção aos sons *p/b*. A oposição entre eles se dá por um único traço: enquanto */p/* apresenta o traço */surdez/*, */b/* tem o traço */sonoridade/*. Fora isso, eles são idênticos: ambos apresentam os traços */oclusivo/* e */bilabial/*. Daí termos dito que eles só se opõem por um único traço, não em sua totalidade.

Pensemos, agora, sobre o *significado linguístico*. Ao compararmos duas línguas, veremos que os signos de uma raramente têm equivalentes semânticos exatos (sinônimos absolutos) em outra. Vamos ver um exemplo.

Os falantes da língua inglesa criaram recentemente um termo para designar o ato de um indivíduo, sob efeito alcoólico, ligar para várias pessoas – ligações essas que, provavelmente, não seriam feitas caso o indivíduo estivesse sóbrio. O termo é *drunk dialing*, que não possui equivalente em português. Eis mais uma prova de que uma língua não é um conjunto de rótulos que se colam em coisas ou ideias dadas. A língua, como vimos, *não* é uma nomenclatura.



O entendimento da linguagem como uma nomenclatura resume-se, em linhas gerais, a entender que as palavras *nomeiam* coisas que existem anteriormente à língua. Trata-se da perspectiva de linguagem pressuposta no mito bíblico segundo o qual Adão deu nomes às coisas. Nas palavras de Ilari:

Foi essencialmente a essa concepção tradicional e ingênua de linguagem que Saussure contrapôs a noção de signo linguístico; os dois componentes do signo saussuriano – o significante e o significado – não devem sua existência a nenhum fator externo à língua, mas tão somente ao fato de que estão em oposição a todos os demais significados e significantes previstos pela língua (ILARI, 2007, p.63).

(Para relembrar mais sobre esta questão, releia a Aula 3.)

SEMA

Cada unidade mínima de significação que, combinada com outras, define o significado de morfemas e palavras. Historicamente, o vocábulo é usado pela primeira vez por Champollion no francês *sème* (1822), na acepção de “combinação de vários signos simples para exprimir uma ideia”; em inglês, *sema* (1838): “elementos formativos de um morfema”; o linguista norte-americano E. A. Nida o usa na acepção de “traços mínimos do significado”; e, finalmente, o linguista francês B. Pottier, em seus estudos de análise semântica em Linguística, fixa, em 1963, definitivamente o conceito de *sema* como “unidade mínima da significação”. Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

No que consiste, então, a diferença semântica, de significado, entre duas línguas? Com o mesmo método da comutação (aquele que já vimos aplicado aos sons, isto é, com o qual foi possível estabelecer os fonemas de uma língua), pode-se distinguir mais de um elemento semântico no signo. Assim, aplicando o método ao conteúdo, poderíamos distinguir no signo *homem*, em português, o **SEMA** /ser humano masculino/, e no signo *mulher*, que se opõe a *homem*, o traço /ser humano feminino/. O que eles têm em comum é o fator de serem humanos. Perceba que a oposição entre os semas assenta-se numa base comum. É sobre o traço comum da humanidade que se estabelece a diferença (ser humano feminino vs. ser humano masculino).

Contudo, na falta de outro termo em português para se referir à *humanidade*, é o termo *homem* que também cumprirá esse papel. Assim, na estrutura da língua portuguesa, no jogo de oposições e diferenças entre sons e sentidos, o termo *homem* vai se diferenciar do termo *mulher* por ter o sema/ser humano do sexo masculino/e também o sema/ser

humano/. Por exemplo, quando dizemos: “O homem está maltratando o planeta Terra”, estamos nos referindo à humanidade e não apenas aos seres humanos do sexo masculino. Entendeu? Esquematizando, teríamos:

	Humanidade	Ser humano do sexo masculino	Ser humano do sexo feminino
Homem	+	+	-
Mulher	-	-	+

Isso é o que ocorre no sistema da língua portuguesa. Há línguas em que isso não acontece. É o caso, por exemplo, do latim e do grego. Em latim, temos: *homo* para/ser humano/; *uir* para/ser humano do sexo masculino/; e *femina* para /ser humano do sexo feminino/. Em grego, esses termos são, respectivamente, *ánthropos*, *anér*, *gyné*.

A diferença entre línguas, então, não se resume às significações que ambas são capazes de expressar. Se a diferença consistisse nisso, não seria possível traduzir determinada nuance de um termo para outro – e, no entanto, conseguimos. Contudo, a diferença está



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1282332>

em que certas nuances que são expressas numa língua por um mesmo signo devem ser expressas por signos diferentes na outra. Retomando os exemplos, veríamos que, em português, o termo “homem” abarca dois matizes de sentido (“humanidade” e “ser humano do sexo masculino”), enquanto em grego temos dois termos, um para cada matiz (*homo* para /ser humano/; *uir* para /ser humano do sexo masculino/). No caso que citamos anteriormente, vamos precisar de mais de uma palavra em português para traduzir *drunk dialing* – algo como: indivíduo que, ao ingerir muito álcool, começa a ligar para várias pessoas para as quais não ligaria normalmente.

Como explicam Ducrot e Todorov:

Assim se introduz, na realidade semântica objetiva (= substancial), um corte original, oriundo diretamente do sistema dos signos, configuração que Saussure denomina às vezes *forma* da língua (*Cours*, 2ª parte, Cap. VI). Vê-se então que o primado concedido a esta forma decorre diretamente do princípio de opositividade. Dizer, com efeito, que um signo caracteriza-se apenas por aquilo que o distingue dos outros, por aquilo em que ele é diferente, é dizer notadamente que as fronteiras de sua significação constituem um fato primeiro, imprevisível, impossível de deduzir de um conhecimento da natureza ou do pensamento; é, portanto, considerar a “forma” da língua como o objeto de uma ciência autônoma e irredutível (DUCROT e TODOROV, 2001, p. 32).

Pela leitura da citação anterior, você deve ter notado que Hjelmslev concordou com as premissas que guiam a oposição saussuriana entre forma e substância, mas quis ir além de Saussure nessa distinção. É certo que as expressões linguísticas *cortam* o mundo do som e da significação. Entretanto, as expressões linguísticas precisam ser alguma coisa diferente disso que elas cortam, ou seja, desse sistema de som e de sentido ao qual elas investem. É preciso que elas existam independentemente do som e do sentido para que sua projeção nesta realidade possa acontecer. Mas como o linguista vai definir essas unidades linguísticas? Ele não poderá lançar mão do princípio da opositividade de Saussure, posto que tal princípio exige apenas que limitemos as unidades linguísticas *àquilo em que* elas diferem das outras. Vejamos a solução de Hjelmslev, segundo Ducrot e Todorov:

A solução hjelmsleviana é desenvolver até o extremo uma outra concepção de Saussure (...) segundo a qual a unidade puramente negativa e relacional não pode definir-se por si mesma – a única coisa que importa é o *simples fato de que ela seja diferente das outras* – mas somente pelas relações que a vinculam às outras unidades da língua: do mesmo modo, dos símbolos de um sistema formal exige-se apenas que sejam distintos uns dos outros e ligados entre si por leis de funcionamento explícitas (faz-se pois abstração, ao mesmo tempo, de sua significação e de sua manifestação perceptível). Se a língua é forma e não substância, não é mais, portanto, na medida em que introduz um corte original, mas na medida em que suas unidades devem definir-se pelas regras segundo as quais é possível combiná-las, pelo jogo que elas autorizam. Daí a ideia de que uma língua pode permanecer

fundamentalmente idêntica a si própria, quando modificamos tanto as significações que exprime quanto os meios materiais de que se serve (por exemplo, quando transformamos uma língua falada em língua escrita, gestual, desenhada, em um sistema de sinais por flâmulas etc.) (DUCROT e TODOROV, 2001, p. 32).

Assim, ainda que a tese de Hjelmslev baseie-se em Saussure (*Cours*, 2ª parte, Cap. IV, § 4), ele reivindica ter elaborado expressamente esse passo que Saussure não havia dado. Teríamos, então, como que dois tipos de substâncias amorfas: conceitos e sons. A língua, combinando-as, unindo-as, dá *forma* a elas. Ela transforma, assim, substância em forma – que, em cada língua, está estruturada numa relação de diferenças. A língua, então, ao mesmo tempo em que une os conceitos aos sons, enforma (dá forma a) essas duas substâncias. Entendeu? Para ficar mais claro, releia a explicação de Ilari que já apareceu na Aula 10:

Uma vez assimilada a ideia de pertinência, chega-se naturalmente à decisão de querer considerar como objetos de análise apenas aqueles elementos da fala que podem ser considerados como pertinentes (...). Falar em pertinência, no caso, significava excluir como não linguísticas uma série de afirmações que a tradição gramatical, a linguística histórica de inspiração neogramática e a fonética experimental do século XIX (representada por autores como Abade Rousselot) tinham considerado com bastante atenção. A maneira mais feliz de formular essa exclusão foi a representação a que chegou o linguista dinamarquês Louis Hjelmslev, elaborando a distinção feita anteriormente por Saussure entre forma e substância. Explícitando de maneira particularmente feliz a intuição saussuriana, Hjelmslev chamou de *forma* tudo aquilo que uma determinada língua institui como unidades através da oposição; à forma, ele opôs a *substância*, definida como suporte físico da forma, que tem existência perceptiva, mas não necessariamente linguística. Assim, nas palavras *caro* e *carro* é possível distinguir uma diferença que é ao mesmo tempo de substância e de forma; mas entre as duas pronúncias possíveis em Português do Brasil para *carro* (velar ou apical) há apenas uma diferença de substância (ILARI, 2007, p. 61).

Tal diferença de substância, você deve se lembrar, vai interessar à fonética, pois esta estuda as características físicas do som, sem necessariamente se importar se são ou não pertinentes para o sistema da língua, como é caso das diferentes pronúncias de /d/ na palavra “dia”, em diferentes regiões do Brasil (rever as Aulas 13 e 14). Já entre /e/ e /i/, teríamos uma oposição pertinente, do ponto de vista linguístico, já que

o emprego de uma ou outra vogal forma os pares “lê” *vs.* “li”, “vê” *vs.* “vi”. Teríamos nesse último caso diferença na substância e na forma. Compreendeu? Antes de continuarmos com essa instigante e complexa discussão, que tal exercitar um pouco?

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Leia as afirmações a seguir, diga se são verdadeiras ou falsas e explique.

- (a) A diferença entre a pronúncia do /t/ carioca e do /t/ paraibano em /tia/ é uma diferença na substância e na forma.
- (b) A diferença entre /pata/ e /bata/ é uma diferença apenas na substância no português.
- (c) A diferença entre /lê/ e /li/ é uma diferença na substância e na forma.
- (d) A diferença entre a pronúncia do /d/ carioca e do /d/ paraibano em /dia/ é uma diferença apenas na substância no português.
- (e) Não há diferença nem na substância, nem na forma entre /enfiar/ e /enviar/.

RESPOSTA COMENTADA

(a) Falso. Trata-se de diferença apenas na substância, pois a pronúncia do t quando antecede a vogal i pode ser realizado como africada (pronúncia típica do Sudeste brasileiro), ou como uma oclusiva (uniforme em todos os dialetos do português brasileiro, quando o t é realizado antes de vogal que não i. Trata-se do t de “tapa”, por exemplo). Neste caso, como no do exemplo de Ilari, temos uma diferença apenas no suporte físico da forma. Percebemos essa diferença sonora, mas ela não se traduz numa diferença linguística.

(b) Falso. Há entre os sons p/b uma oposição pertinente: o traço /surdez/ que se opõe ao traço /sonoridade/. Dizemos que essa oposição é pertinente porque “passamos” para outro signo – ou seja, o significado de “pata” é diferente do significado de “bata”. Assim, temos uma diferença na substância e na forma.

(c) Verdadeiro. Pelos mesmos motivos dados acima, na resposta da letra b.

(d) Verdadeiro. Vide a resposta da letra a.

(e) Falso. Há diferença na substância e na forma. Vide a resposta da letra b..

O PLANO DA EXPRESSÃO E O PLANO DO CONTEÚDO

Hjelmslev entende o signo como a união de um plano de conteúdo a um plano de expressão. Com isso, ele *não* está apenas fazendo uma troca de nomes, em que o *significado* de Saussure passaria a se chamar *plano de conteúdo*, enquanto que o *significante* seria agora chamado de *plano de expressão*. Para Hjelmslev, cada plano compreende dois níveis: a forma e a substância. Assim, há uma forma do conteúdo e uma substância do conteúdo; uma forma da expressão e uma substância da expressão.



Fixe isto:

Signo para Hjelmslev

Plano do conteúdo (PC)

Plano da expressão (PE)

Vamos recuperar a leitura de Ilari:

Além da distinção entre forma e substância, Hjelmslev considerou uma outra distinção, a que se estabelece entre *expressão* e *conteúdo*; cruzando essas duas distinções (expressão X conteúdo, forma X substância), chegou a um mapa onde é possível delimitar com muita clareza a definição de língua com que trabalharam tipicamente os estruturalistas. O mapa é este:

	Forma		Substância	
Expressão	Forma da expressão	(1)	Substância da expressão	(2)
Conteúdo	Forma do conteúdo	(3)	Substância do conteúdo	(4)

Para o linguista estruturalista, os quatro campos identificados como (1), (2), (3) e (4) sempre existem quando há linguagem; mas apenas a parte cinza tem interesse linguístico; por exemplo, a substância da expressão (identificada com os sons da fala) é encarada sem hesitação como o assunto de uma disciplina não linguística – a fonética – à qual se atribui, no máximo, um caráter auxiliar. Por sua vez, a substância do conteúdo, identificada com o pensamento, é deixada aos cuidados de várias disciplinas científicas ou filosóficas, que tratarão de estudar a realidade empírica e a maneira como é conceitualizada; esse trabalho de conceitualização sempre existe, mas só se torna “visível” para o linguista quando se traduz em diferenças que possam ser capturadas por testes de pertinência (ILARI, 2007, p. 61).

Você deve se lembrar da ótima explicação de Ilari para o que vem a ser esses “testes de pertinência”. Ele propõe o seguinte teste para exemplificar a noção de pertinência, abarcando as casas (1) e (2) do quadro hjelmsleviano (plano da expressão): modifique as propriedades de um som (por exemplo, altere a sonoridade do *f* de *enfiar*). Experimente e você verá que, alterando o som do *f*, poderemos “passar” para uma palavra que tem um sentido diferente de *enfiar* – como, por exemplo, *enviar*. Dessa maneira, vemos que, no português, ultrapassamos um limite de natureza linguística. Neste caso, estamos na casa (1) do quadro hjelmsleviano: demos forma no plano da expressão.

Por outro lado, já vimos que há diferentes pronúncias de “carro”, de /d/ na palavra “dia” e de /t/ na palavra “tia” em português. Contudo, essas mudanças desses sons não chegam a fazer com que a gente “passe” para uma palavra de sentido diferente – ou seja, *não* se trata de uma modificação pertinente. Nesses casos, não ultrapassamos um limite de natureza linguística (estamos na casa (2) do quadro hjelmsleviano). É por isso que, aqui, não se trata de uma matéria para estudo da linguística propriamente dita, mas para a fonética, que estudará o plano da expressão em sua essência mesma.

Ainda seguindo a explicação de Ilari (2007), você deve se lembrar que às casas (3) e (4) do quadro hjelmsleviano (o plano do conteúdo) também pode ser aplicado o mesmo método. Isso quer dizer que podemos modificar as propriedades de um significado, os semas, de tal maneira que acabe nos levando a ter de admitir outra palavra para aquilo que estamos tratando. Retomando o exemplo de Ilari, teríamos que, se do signo “carro” retirarmos semas como /automotivo/, /para transporte de passageiros/, /com 4 rodas/, /movido à gasolina ou álcool/ etc., chegará um momento que teremos de “passar” para outra palavra com significado diferente de “carro” – como, por exemplo, *carroça*, *vagão de carga*, *carriola*. Analogamente, pense no sistema das cores e suas combinações: a mistura das duas cores primárias amarelo e azul resulta em verde (cor secundária), certo? Antes de passarmos ao verde, no entanto, é como se tivéssemos as instâncias intermediárias da cor, chamadas de “amarelo esverdeado” e “azul esverdeado”. Não se trata ainda do verde propriamente dito, mas já deixou de ser o azul ou o amarelo “puros”. Há, entretanto, um estágio em que as cores deixam de ser azul e amarelo, e tornam-se outra cor, a que temos necessidade de nomear de outra forma, o verde. As cores e os nomes que elas recebem em dada língua dependem da categorização, criada em cada língua e em cada cultura.

Continuemos acompanhando Ilari:

É, em suma, o significante, na medida em que se distingue de outros significantes, que dá legitimidade linguística ao significado; e é o significado, na medida em que se distingue de outros significados, que dá legitimidade linguística ao significante; chegamos assim a entender algumas das passagens mais difíceis e ao mesmo tempo mais originais do *Curso de linguística geral*: aquelas em que o texto procura explicar a **INDISSOLUBILIDADE** da relação entre significado e significante, lançando mão de uma série de metáforas “de contato”. Numa dessas metáforas, a língua é comparada à superfície do mar: a língua não é nem a água do mar (uma substância), nem o céu que a cobre (outra substância), mas sim a forma que a superfície das águas assume em contato com o céu. É nesse contato que se configura uma forma. Numa outra metáfora, a língua é comparada a uma folha de papel, que vai sendo recortada por uma tesoura: é impossível cortar uma face do papel sem recortar simultaneamente a outra face. O que se procura mostrar, através dessas metáforas, é que, para compreender cada uma das unidades que compõem uma língua, temos de relacioná-la (opô-la) a todas as demais unidades daquela mesma língua. No começo do século XX, essa

INDISSOLUBILIDADE

Qualidade do que é indissolúvel (ou seja, que não se pode dissolver, desfazer, desligar).

Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

ideia era extremamente inovadora, contrária mesmo ao senso comum, e não admira que, para colocá-la ao abrigo de possíveis confusões, Saussure tenha sentido a necessidade de criar os termos *significante*, *significado* e *signo*, que nasciam comprometidos com sua concepção essencialmente opositiva das unidades linguísticas (ILARI, 2007, p. 62).

Em Hjelmslev, conforme estamos vendo, o *sistema dos significantes* compõe o *plano de expressão* das línguas naturais, enquanto que o *sistema dos significados*, o *plano do conteúdo*. Nos termos do próprio Hjelmslev, baseando-se em Saussure:

Uma das definições possíveis (e até mesmo, conforme pensamos, a mais fundamental) de uma língua, na acepção saussuriana do termo, é a que consiste em defini-la como uma forma específica organizada entre duas substâncias: a do conteúdo e a da expressão (HJELMSLEV apud LOPES, 2008, p. 94).

Os conceitos correspondem à substância do conteúdo, enquanto que os sons, à substância da expressão. Assim, a matéria-prima de todas as línguas naturais seria praticamente a mesma: a substância do conteúdo e a substância da expressão. É dessa matéria amorfa que as línguas naturais vão diferir entre si, na medida em que cada uma dará sua forma relacional correspondente: a forma do conteúdo e a forma da expressão. É assim que temos línguas que não comportam determinadas combinações, sejam fonológicas, morfológicas, ou sintáticas, enquanto outras línguas admitem-nas.

Por exemplo, o padrão silábico do português não comporta o padrão silábico russo CCCVCC (donde C=consoante; e V=vogal), em que temos uma palavra russa como *strast* (“pavor”, em português).

O mesmo acontece no plano do conteúdo. Enquanto temos apenas uma palavra francesa *singe*, em inglês esta pode ser traduzida para duas formas, *ape* ou *monkey*, e, em português, pode ganhar várias formas diferentes, tais como: “macaco”, “mico”, “mono”, “sagui”, “bugio” etc. Com isso, notamos que há uma enorme diferença no que tange às diferentes *formas* da expressão e do conteúdo num caso e noutro.

Quanto às formas de expressão, não é difícil perceber as diferenças entre as línguas. Você já deve ter visto que o inglês tem sons que nós, falantes do português, não temos – por exemplo, o som que grafamos com as letras *th*. Você também já deve ter dito que o francês faz “biqui-

nho” para falar. Trata-se de outro fonema inexistente em Português, mas presente na estrutura da língua francesa.

Quanto às formas do conteúdo, podemos perceber que os significados também se opõem num sistema relacional em cada língua natural. Nas palavras de Lyons:

A estrutura semântica de qualquer sistema de palavras de um vocabulário dado é formada pela rede de oposições semânticas que enlaçam entre si as palavras do sistema em questão (LYONS apud LOPES, 2008, p. 96).

Aproveitando o exemplo de Lopes (2008), comparemos essas formas do espanhol, do francês, do alemão e do português:

(esp.) <i>no hace calor</i>
(fr.) <i>il ne fait pas chaud</i>
(al.) <i>es ist nicht warm</i>
(port.) <i>não faz calor</i>

O sentido (amorfo) realiza-se, toma forma, de maneiras diferentes em cada uma dessas línguas. Como bem explica Lopes:

O Espanhol não possui o sujeito indefinido que aparece nas frases do Francês (*il*) e do Alemão (*es*), e ainda que ele traduza por um único elemento (*no*) a mesma ideia de negação que o Alemão também traduz com uma só palavra (*nicht*), a colocação dessas duas partículas no eixo sintagmático difere de uma para outra língua (em Espanhol a negação antepõe-se ao verbo, em Alemão ela se pospõe). Por outro lado, a negação é dada por um único morfema contínuo, tanto em Espanhol, quanto em Alemão; mas ela é dada por dois morfemas descontínuos, na Língua Francesa (*ne... pas*), o primeiro dos quais precede o verbo, vindo o segundo depois do verbo. Essa diferente combinação sintagmática aliada à diferente associação desses elementos dentro de classes paradigmáticas particulares que não se correspondem nas diferentes línguas é que constitui a *forma* peculiar de cada código linguístico (LOPES, 2008, p. 96).

Como podemos ver, ainda que tenhamos um significado traduzível de língua para língua, a forma como esse significado *manifesta-se* em cada língua varia de uma para outra. Em português, não temos o sujeito indefinido exigido pelo francês (*il*) e pelo alemão (*es*). Nós, falantes do

português, negamos com apenas uma palavra, quando o francês precisa de dois morfemas para negar (*ne... pas*). Também podemos perceber que, ainda que o alemão também precise de apenas uma palavra para negar (*nicht*), ele realiza este morfema depois do verbo, ao contrário de nós, que colocamos nosso morfema de negação (*não*), geralmente, antes do verbo. Assim, ao conteúdo /negação/ – categoria idêntica nas línguas – correspondem distintas formas da expressão: *ne ...pas* (francês), *nicht* (alemão), *not* (inglês)... Compreendeu? Esse conteúdo pode ainda sofrer alterações no seu plano da expressão, que pode ser sonoro (quando o falamos), visual (quando o escrevemos), gestual (quando balançamos a cabeça ou dedo indicador para negar).



Os poetas são especialistas em exacerbar as qualidades do plano da expressão das línguas, seja ele sonoro ou visual. Veja no endereço a seguir o poema concreto "pêndulo", de E. M. de Melo e Castro:

(Disponível em: <http://poesiameiofio.blogspot.com/2012/01/pendulo-e-m-de-melo-e-castro.html> acessado em 3 Feb 2011.)

O poeta usou as letras da palavra "pêndulo" para criar visualmente o movimento pendular. Percebeu que a palavra "pêndulo" – escrita dessa forma peculiar – imita o pêndulo? O mesmo acontece com os fonemas, usados pelos poetas para criar determinadas sonoridades. O plano da expressão aponta para o plano do conteúdo. É por isso que, segundo Fiorin:

No texto poético, o plano da expressão serve não apenas para veicular conteúdos, mas para recriá-los em sua organização. O material sonoro contribui para produzir significação, o plano da expressão é colocado em função do conteúdo (FIORIN, 2007, p. 63).

Da relação entre expressão e conteúdo resulta aquilo que Hjelmslev chama de *função semiótica*, na qual se estabelece uma relação de solidariedade entre expressão e conteúdo. A função semiótica é o laço que une esses dois termos. Nas palavras do próprio Hjelmslev:

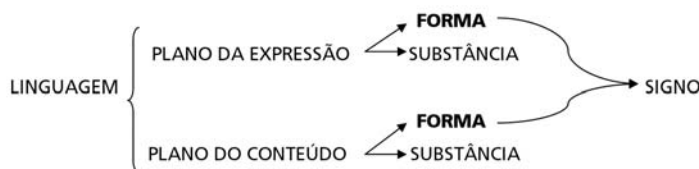
A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo (HJELMSLEV, 2003, p. 54).

Para melhor sistematizar tudo o que vimos nesta aula veja o quadro, baseado em Fiorin (2007):

Forma	Substância
É o conjunto de diferenças – ou seja, o que Saussure chamou de <i>valor</i> .	Traços mínimos, tanto dos sons quanto dos conceitos.
Do conteúdo – diferenças semânticas e suas regras combinatórias.	Do conteúdo – conceitos.
Da expressão – diferenças fônicas e suas regras combinatórias.	Da expressão – sons.

Diagrama de Saussure sobre a linguagem:

- LINGUAGEM (abrangendo):
 - PLANO DA EXPRESSÃO:
 - FORMA
 - SUBSTÂNCIA
 - PLANO DO CONTEÚDO:
 - FORMA
 - SUBSTÂNCIA
- Resultado: SIGNO



**ATIVIDADE****Atende ao Objetivo 2**

1. Volte ao quadro proposto por Ilari (2007) e responda a sua afirmativa de que apenas a forma tem interesse linguístico.

RESPOSTA COMENTADA

Dizer que apenas a forma tem interesse linguístico significa dizer também, conseqüentemente, que a substância não tem relevância linguística. A substância da expressão é a matéria amorfa dos sons. Ela só terá relevância linguística quando tomada de forma – com sua parte indissociável de significado. Enquanto é apenas som, é matéria para outro campo do saber, a fonética, mas não para a linguística. Da mesma maneira, a substância do conteúdo é a matéria amorfa dos conceitos puros, sem uma forma que os manifeste. Mais uma vez, ela só terá relevância linguística quando se manifestar tomada de uma forma – de novo, temos a indissociação entre significado e significante, prevista por Saussure. Enquanto é apenas puro conceito, é matéria para outros campos do saber que não a linguística: a filosofia, os estudos cognitivos etc.

CONCLUSÃO

Na Glossemática, como vimos, a *forma* tem papel central. Com esse ponto de vista abstrato sobre a linguagem verbal, Hjelmslev acaba por aproximá-la de outras linguagens. Levada às últimas conseqüências, acabaríamos num estudo geral dos signos, como previu Saussure. A semiótica, de fato, propõe uma leitura de textos (texto entendido aqui em sentido abrangente, ou seja, abarcando não apenas a linguagem verbal, mas a linguagem visual, a linguagem musical, a linguagem gestual, a linguagem da dança etc.) em dois planos: o da expressão e o do conteúdo. Assim, a proposta de Hjelmslev abre caminho para que objetos de artes

plásticas, por exemplo, possam ser analisados nos planos da expressão e do conteúdo, sendo tal leitura ampla o suficiente de modo a dar conta da combinação de cores, linhas e volumes.

Se você ler o texto sugerido em nossa leitura recomenda (que você pode encontrar no site: <http://oficinasdeindividuacao.blogspot.com.br/2011/02/25-o-boi-e-arte-picasso-e-o-boi.html>), verá como a professora Lúcia Teixeira oferece uma chave de leitura para textos visuais de Picasso. Note que Picasso sai de um touro mais próximo da representação convencional até chegar a traços mínimos, no rudimento daquilo que representaria um touro. O último touro composto por um mínimo de linhas ainda assim conserva os traços expressivos do conteúdo “touro”. Percebe?

O mesmo ocorre na linguagem humana, isto é, independentemente das diferenças de sotaque, dicção, contexto, entre outros fatores, a pronúncia de um /u/, por exemplo, é dotada de traços da expressão que fazem dele um /u/, e não um /o/. Desse conjunto de traços resulta a distinção “luto” e “loto”, distinção esta pertinente no sistema da língua portuguesa. Assim, sempre que a forma da expressão é alterada, altera-se também a forma do conteúdo. É por isso que Hjelmslev postula que há entre expressão e conteúdo uma relação de solidariedade.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

Observe as seguintes formas do espanhol, francês, alemão e português:

(esp.)	yo	[eu]	no	[não]	tenía	[tinha]	dinero	[dinheiro]
(fr.)	je	[eu]	n'avais pas	[não tinha]	d'argent	[(do) dinheiro]		
(al.)	ich	[eu]	hatte	[tinha]	kein	[não]	Geld	[dinheiro]
(port.)	eu não tinha dinheiro							

Explique as diferenças existentes entre essas línguas, nas frases propostas, quanto à forma do conteúdo e à forma da expressão conforme estabelecidas por Hjelmslev.

RESPOSTA COMENTADA

No exemplo proposto, temos diferenças entre o espanhol, o francês, o alemão e o português na forma da expressão. Ainda que a tradução seja possível de língua para língua, a forma como esse significado se manifesta em cada idioma varia de um para outro.

Assim, se em português, alemão e espanhol prescindimos do partitivo (a palavra que designa uma parte de um todo), ele é necessário no francês: *d'argent*.

Em português, também podemos usar o partitivo, por exemplo: em “*Me vê meio quilo do tomate*”, a preposição *de* é um partitivo. A diferença é que, na língua francesa, o partitivo é necessário em muitas construções. No caso que estamos analisando, é preciso, em francês, lidar sempre com uma parte, como se disséssemos: *eu não tinha todo o dinheiro, mas (parte) do dinheiro* (é claro que, na hora de traduzirmos essa frase para o português, traduziríamos apenas por “*eu não tinha dinheiro*”, pois é este o equivalente na nossa língua).

Além disso, as regras combinatórias também diferem nestas línguas. Assim, se no francês é preciso dois morfemas entre o verbo para compor a negação (*ne* [verbo] *pas*), nas outras línguas é preciso apenas um morfema.

Há ainda uma diferença na forma de se combinarem as negações entre o português, o espanhol e o alemão: enquanto as duas primeiras colocam o verbo preferencialmente depois da partícula de negação, no alemão ela vem depois do verbo.



Para curtir algumas poesias visuais e ver um interessante trabalho no plano da expressão linguística, visite o site: <http://www.ciberpoesia.com.br/>.

RESUMO

Chegamos ao fim de mais uma aula. Nesta, você deve ter aprendido os conceitos básicos da teoria de Hjelmslev. Vimos que, partindo do que Saussure havia formulado, Hjelmslev “divide” ainda mais o signo linguístico: se para Saussure o signo era a menor unidade dotada de sentido, Hjelmslev constrói sua teoria, entendendo que há *traços*, ainda menores que o signo, que se opõem dentro de um dado sistema. Assim, há *traços* tanto de sons quanto de sentidos que são definidos num sistema de oposições por aquilo que *não* são. Hjelmslev chama de *forma* esse conjunto de diferenças que, num dado sistema, são pertinentes – pertinência esta instituída através da oposicionalidade dentro do sistema. Hjelmslev opôs à forma a *substância*: os traços mínimos sonoros e conceituais. Vimos ainda que, para Hjelmslev, a forma e a substância devem ser entendidas em dois planos: o plano da expressão e o plano do conteúdo. Daí que, cruzando esses componentes, teremos: a forma do conteúdo, a substância do conteúdo, a forma da expressão e a substância da expressão. Ao linguista, conforme vimos, cabe estudar a forma, não a substância. Isso porque à substância da expressão correspondem os sons em abstrato, mesmo aqueles que não têm pertinência do ponto de vista linguístico, mas que interessam à fonética. Paralelamente, à substância do conteúdo correspondem os conceitos em abstrato, os semas, os traços de conceitos que ainda não ganharam forma. Só quando som e conceito ganham forma é que interessam ao linguista: as diferenças semânticas e como suas regras manifestam-se dentro de um sistema linguístico (a forma do conteúdo); as diferenças fônicas e como suas regras manifestam-se dentro de um sistema linguístico (a forma da substância).

LEITURAS RECOMENDADAS

A concepção de forma e substância hjelmsleviana inspirou um sem número de estudos nas mais diversas áreas. Para ver como ela influenciou uma corrente de leitura visual nas artes plásticas, ver o texto da professora Lúcia Teixeira em: <<http://www.pucsp.br/pos/cos/cps/pt-br/arquivo/Biblio-Lucia4.pdf>>

Uma das contribuições de Jakobson aos estudos linguísticos: funções das linguagens

Ana Paula El-Jaick
Sílvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros

AULA 21

Meta da aula

Apresentar a relação entre linguagem e comunicação.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. rever as funções da linguagem;
2. adensar as funções da linguagem.

Pré-requisito

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia os itens 3.3 e 3.4 do texto “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”, de Rodolfo Ilari. In: Bentes e Mussalim, 2007, p. 72-76.

INTRODUÇÃO

*Entre o que vejo e digo,
entre o que digo e calo,
entre o que calo e sonho,
entre o que sonho e ouço,
a poesia*

(Octavio Paz, "A Roman Jakobson")

Você já deve ter estudado as funções da linguagem, não é mesmo? Contudo, provavelmente você não sabe quem foi que as formulou. Pois bem: foi Roman Jakobson, o mesmo para quem o poeta Octavio Paz dedica seu poema. Mas por que um poeta iria dedicar um poema a um linguista? Parece estranho, não é? Saiba que Jakobson foi um linguista para quem tudo o que era linguagem interessava. Inclusive a poesia. Ele acreditava mesmo que era direito e dever da linguística investigar a arte verbal, uma vez que "*linguista sum, linguistici a me nihil alienum puto*" ("sou linguista, acho que tudo que é linguístico tem a ver comigo") (JAKOBSON, 1969, p. 161). Tanto assim que, em seu texto "Linguística e poética", Jakobson se coloca a pensar um problema que, para muitos linguistas, seria restrito ao âmbito do estudo da poética: "*Que é que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte?*" (JAKOBSON, 1969, p. 118-119). Assim, entendendo que a *poética* não deve ser resumida a uma crítica censória, a um julgamento subjetivo de um *crítico* literário, mas que deve ser julgada por seus valores intrínsecos, Jakobson se pôs a teorizar o poético, o que lhe rendeu a admiração não apenas de Paz, mas de vários outros poetas, como os (concretos) irmãos Campos, sendo considerado o "linguista dos poetas". Foi partindo da pergunta anteriormente citada ("*Que é que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte?*"), e valendo-se dos estudos feitos até então, que Jakobson formulou sua própria versão das funções da linguagem. Vamos revê-la?

Considere estes dois trechos:

O peito do pé de Pedro é preto.
Quem disser que o peito do pé de Pedro é preto
tem o peito do pé mais preto do que o peito do pé de Pedro.

e

Tudo se perde, nada se aproveita,
eu sei. Porém a impressão permanece:
alguma (pouca) coisa que foi feita

(Paulo Henriques Britto, poema IV da série "Oficina". In: *Formas do nada*).



O que há de comum neles, ainda que chamemos o primeiro de trava-línguas e segundo de poesia? Pergunta como essa foi posta por Jakobson, que se dispôs a respondê-la.

Quem foi Roman Jakobson?



Fonte: <http://br.bing.com/images/search?q=roman+jakobson&view=detail&id=0C99830CDE2FBD290CA2454FB7A316A1658D53EA&first=0&FORM=IDFRIR>

Jakobson (11/12/1896-18/7/1921) começa seu percurso intelectual na Rússia pré-revolucionária, participando do chamado Círculo Linguístico de Moscou. No entreguerras, migra para o Círculo Linguístico de Praga. Seu caminho intelectual tem fim na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, onde Jakobson ocupava uma cátedra, quando de sua morte, nos anos 1980.

Você já havia conhecido Jakobson na nossa aula de Fonética (Aula 12). Ele foi revolucionário ao desenvolver a ideia de valor saussuriana para a descrição das línguas. Juntamente com outros linguistas do assim chamado Círculo Linguístico de Praga, entre eles Trubetzkoy, estabeleceu a diferença entre fonética e fonologia, até hoje utilizada nos estudos linguísticos, tendo como sua base última a noção saussuriana de valor. Ficou

então definido que a fonética se ocuparia do significante na *fala* (isto é, levaria em conta o ponto de vista articulatório e acústico), enquanto a fonologia se ocuparia do significante na *língua* (ou seja, levaria em conta o som verbal inserido no sistema linguístico, sua função e relevância no sistema de que faz parte). Lembra disso?

Jakobson deixou uma obra vasta. Como vimos na introdução, ele dizia que "*linguista sum, linguistici a me nihil alienum puto*" ("sou linguista, acho que tudo que é linguístico tem a ver comigo") (JAKOBSON, 1969, p. 161).

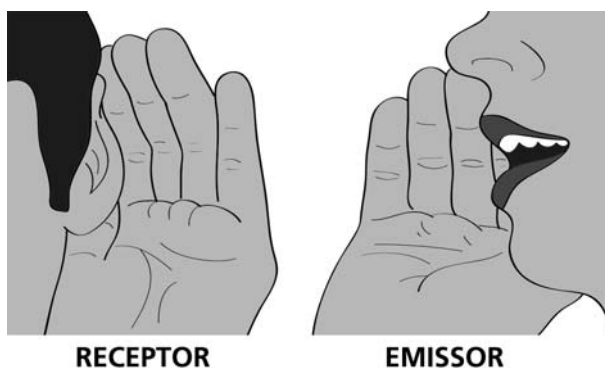
De fato, sua grande e diversificada produção também reflete uma convivência com escritores e tradutores, o que acabou por lhe mostrar os impasses do estruturalismo saussuriano e o fez buscar saídas no mínimo interessantes. Jakobson deixou contribuições para várias áreas dos estudos da linguagem: fonologia, poesia, aquisição da linguagem, patologias linguísticas, questões de tradução etc. Legou-nos, também, estudos descritivos de várias línguas.

É interessante vermos que Jakobson manteve uma relação afetuosa com o Brasil. Em parte, tal afeto advinha do movimento da poesia concreta, em que Jakobson via *concretamente* se realizar suas ideias poéticas na linguagem. Além disso, Jakobson quase veio a ser professor em nosso país, logo depois da Segunda Guerra Mundial, pois esteve para ser contratado pela então recém-inaugurada Universidade de São Paulo (USP).

Fonte: ILARI, 2007.

Sua resposta pode soar um tanto surpreendente: Jakobson entendia, então, ser possível fazer uma análise científica e objetiva da arte poética. Para isso, era preciso, então, entender onde a poética se encaixaria diante das outras funções que a linguagem apresenta. Foi o que disse Jakobson: “A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Antes de discutir a função poética, devemos definir-lhe o lugar entre as outras funções da linguagem” (JAKOBSON, 1969, p. 122).

Para entendermos quais são essas funções que a linguagem possui é necessário entender como o processo comunicativo acontece, ou seja, o que está em jogo quando nos comunicamos com a linguagem verbal. Eis o que acontece, nas palavras do próprio Jakobson:



“O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO”. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo

destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem) e, finalmente, um CONTATO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a entrarem e permanecerem em comunicação. Todos estes fatores inalienavelmente envolvidos na comunicação verbal podem ser esquematizados como segue:



Fonte: JAKOBSON, 1969, p. 123.

A teoria de Jakobson é a de que, para cada um desses fatores, há uma função de linguagem correspondente. Para vermos cada uma das funções de linguagem que lhe são correspondentes, vamos recapitular passo a passo o que Jakobson disse.

Ele diz que o remetente envia uma mensagem a um destinatário. O remetente é aquele que fala. Qual deve ser sua função correspondente? Bom, se a mensagem está centrada naquele que fala, então sua função deve ser a EMOTIVA, posto que temos aqui a exteriorização das emoções do remetente. Qual seria um exemplo de função de linguagem emotiva? Jakobson diz que “O estrato puramente emotivo da linguagem é apresentado pelas interjeições” (JAKOBSON, 1969, p. 124). Ou seja, Jakobson diz que as interjeições – como “Ah!”, “Ô!” etc. – seriam o retrato mais representativo da função emotiva da linguagem.



Então:
orientação centrada no REMETENTE → FUNÇÃO EMOTIVA

Vamos adiante?

Um remetente envia uma mensagem a um destinatário. Qual seria a função de linguagem centrada no destinatário, isto é, naquele para quem se fala? Jakobson a define como CONATIVA, referindo-se à função de interpelar o receptor da mensagem, de buscar influenciar seu comportamento. E quais seriam os exemplos mais representativos de tal função? Diz Jakobson:

A orientação para o DESTINATÁRIO, a função CONATIVA, encontra sua expressão gramatical mais pura no vocativo e no imperativo, que sintática, morfológica e amiúde até fonologicamente, se afastam das outras categorias nominais e verbais (JAKOBSON, 1969, p. 125).

Quer isso dizer que a forma por excelência em que interpelo meu interlocutor é com um vocativo, ou seja, chamando-o, e com o modo imperativo, isto é, pedindo, ordenando que faça algo. Bons exemplos de predomínio da função conativa encontramos na propaganda, visto que ela procura exatamente influenciar na escolha, na maneira de agir do destinatário.



Então:
orientação centrada no DESTINATÁRIO → FUNÇÃO CONATIVA

Seguindo a trilha do processo comunicativo, temos que, para que a mensagem que o remetente envia ao destinatário seja eficaz, é preciso um contexto que seja apreensível pelo destinatário. Nas palavras de Jakobson:

Um pendor para o referente, uma orientação para o CONTEXTO – em suma, a chamada função REFERENCIAL, “denotativa”, “cognitiva” – [é] a tarefa dominante de numerosas passagens” (JAKOBSON, 1969, p. 123).

Vejamos a explicação de Mário Eduardo Martelotta sobre contexto:

Estamos aqui diante de (...) termo de difícil definição. A noção de “contexto” remete ao próprio conteúdo referencial da mensagem, ou seja, às informações que fazem referência à realidade biossocial

que circunda nossa vida e que estão em evidência na mensagem transmitida. Nesse sentido, podemos dizer que as informações, na prática, nunca se limitam ao conteúdo da mensagem em si. Ou seja, a interpretação adequada de uma frase pode, por exemplo, depender de informações transmitidas em frases proferidas anteriormente (contexto linguístico) ou de dados referentes ao local, ao momento da comunicação ou mesmo ao tipo de relação entre os interlocutores (situação extralinguística) (MARTELOTTA, 2008, p. 32).

Martelotta chama nossa atenção para a amplitude do termo contexto. Afinal, quando proferimos qualquer frase – como, por exemplo, “Fiz uma prova difícil hoje” –, já temos de ter um conhecimento de mundo que nos faça compreender o que está sendo dito. Devemos saber um pouco também sobre quem fala, pois “fazer” uma prova pode ser tanto confeccioná-la quanto resolvê-la. Não só isso, pois “prova” é um termo corriqueiro nas salas de aula, mas, também, em muitos outros *contextos* – assim, pode ser que o remetente esteja se referindo a uma avaliação para conseguir sua carteira de motorista, por exemplo. Daí a necessidade de compreender o contexto para dar sentido ao enunciado.

O contexto, então, é um conceito bastante elástico, que compreende toda uma sequência de informações que é preciso compartilhar para se entender a mensagem: quem é aquele que fala, para quem ele está falando, quando ele está dizendo o que diz, em que situação etc.

Entendeu como contexto é amplo? Você já havia parado para pensar como é preciso tomar parte de várias práticas linguísticas (e não linguísticas) para se entender uma mensagem, a mais simples que seja? E qual seria a função em jogo quando a mensagem se volta ao contexto? Trata-se da função REFERENCIAL, pois a preocupação aqui é transmitir uma mensagem *referente* àquilo ou a quem se fala. Temos exemplos de predomínio da função referencial nas notícias jornalísticas.



Então:
orientação centrada no CONTEXTO → FUNÇÃO REFERENCIAL

Neste ponto, é necessário fazer outra observação. Veja que este modelo de comunicação já havia sido formulado antes de Jakobson. Bühler (psicólogo e linguista alemão) já havia proposto um modelo que se limitava a essas três funções vistas até aqui: emotiva, conativa e referencial. Isso quer dizer que Bühler se restringia à ideia de comunicação em que:

- há uma primeira pessoa (quem fala);
- uma segunda pessoa (para quem se fala);
- e uma “terceira pessoa” (de quem se fala, ou algo de que se fala).

Entendendo que essas três funções não davam conta da complexidade que é a comunicação verbal, Jakobson propõe o seu próprio modelo de comunicação, uma de suas contribuições para a linguística. Seu modelo (este que estamos estudando agora) acabou por ser o mais conhecido de teoria da comunicação.

Agora você está pronto para ver se entendeu o conteúdo até aqui. Vamos para nossa primeira atividade?

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Podemos considerar, de um modo geral, que nas notícias jornalísticas prevalece qual função de linguagem? Por quê?

2. Leia o seguinte trecho, de Millôr Fernandes:

- Maria, ponha isso lá fora em qualquer parte.
- Junto com as outras?
- Não ponha junto com as outras, não. Senão pode vir alguém e querer fazer qualquer coisa com elas. Ponha no lugar do outro dia.

(FERNANDES, Millôr. *Trinta anos de mim mesmo*. Círculo do Livro, p. 77)

Esse é o início de "Vaguidão específica", texto de Millôr Fernandes que tem como epígrafe a seguinte frase de Richard Gehman: "As mulheres têm uma maneira de falar que eu chamo de vago-específica". Com essas informações adicionais, o texto de Millôr fica mais compreensível. Faça uma relação entre esse fato e o conceito de "contexto".

RESPOSTA COMENTADA

1. De modo geral, podemos dizer que prevalece a função referencial nas notícias jornalísticas, pois elas, em sua maioria, fazem referência ao próprio contexto bio-social em que vivemos.

2. Millôr Fernandes intitula seu texto de "Vaguidão específica", dialogando com uma epígrafe em que ficamos sabendo a origem da expressão: trata-se de uma opinião de Richard Gehman em que ele confessa definir o modo de falar das mulheres como "vago-específico". Nesse contexto, foi possível entendermos que o diálogo de Millôr se dá entre duas mulheres, que não dão informações precisas em nenhum momento uma para a outra. Isso quer dizer que, para interpretarmos o texto de Millôr, foi preciso relacioná-lo com frases anteriores, além de com nosso próprio conhecimento de mundo, que nos diz a imagem que os homens fazem das mulheres: pessoas que falam muito, sem muita preocupação com "precisões técnicas".

AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM II

Vamos continuar nosso caminho pelo ato comunicativo. Então, para que a emissão da mensagem seja eficaz, além de um contexto apreensível pelo destinatário, é preciso, também, que haja um código comum a ambos, remetente e destinatário. E qual seria a função correspondente ao código? Quando o discurso põe em relevo o código, quando remetente e destinatário querem confirmar que estão usando o mesmo código, a função desempenhada é a METALINGÜÍSTICA. Você já deve ter passado pela seguinte situação: está conversando com um amigo, mas em determinado momento parece que você se perdeu na conversa. Neste ponto, você precisa confirmar se estão utilizando o mesmo código. Assim, você pergunta algo como: "O que você quer dizer com isso?". Seu amigo pode responder e, ainda, desconfiado, querer se certificar de que, desta vez, você entendeu. Dessa forma, agora é a vez de ele testar o código, com uma pergunta como: "Entende o que quero dizer?".



Veja a explicação de Diana Luz Passos de Barros para código:

O código se define, nesse quadro teórico, como o estoque estruturado de elementos discretos que se apresentam como um conjunto de alternativas de seleção para a produção da mensagem. O termo *código* é utilizado em lugar de *língua*, tanto por causa da definição mais restrita acima apresentada, quanto por sua maior extensão de aplicação a sistemas linguísticos e não linguísticos, como o código de trânsito, por exemplo. Émile Benveniste (1976), ao comparar a comunicação das abelhas com a linguagem dos homens, conclui que as abelhas não têm linguagem, mas apenas um *código de sinais*, pois não há, entre as abelhas, diálogo, retransmissão de informação, metalinguagem, outros dados, além dos de alimentação, articulação, que são características fundamentais da comunicação entre seres humanos (BARROS, 2007, p. 31).

Neste sentido, as línguas naturais são códigos, assim como seus correspondentes escritos. Daí a necessidade de que remetente e destinatário compartilhem, em algum grau, o mesmo código para que se comuniquem. Imagine que você vá para a China sem falar uma palavra de chinês. Você vai encontrar um amigo (este, sim, conhecedor dessa língua estrangeira), mas vocês se desencontram no aeroporto. Você se vê obrigado a pedir informação a um nativo. Certamente, você terá uma enorme dificuldade de se comunicar, uma vez que não conhece aquele código. Sua saída será buscar um código comum, seja fazendo gestos, ou tentando usar outra língua que, imagina-se, seja compartilhada por seu interlocutor, como o inglês. Assim, em resumo, é necessário que

remetente e destinatário compartilhem em algum grau o mesmo código para que haja comunicação. Caso os falantes não compartilhem o mesmo código, não haverá comunicação.



Então:
orientação centrada no CÓDIGO → FUNÇÃO FUNÇÃO METALINGUÍSTICA

Além de um contexto e de um código partilhável por remetente e destinatário, é também preciso um contato, um canal, uma conexão entre ambos que permita a comunicação. Contato se refere, então, ao meio pelo qual a mensagem é transmitida. É preciso que “a linha não esteja ocupada”, digamos assim. A função de linguagem preponderante quando a atenção se volta para o contato é a função FÁTICA, aquela que testa se o canal está funcionando, ou que também inicia, prolonga ou interrompe a comunicação. Veja o exemplo de Jakobson: “Alô, está me ouvindo?”.



Tudo bem até aqui? Mais ou menos? Talvez você esteja se perguntando: e quando não uso nenhum meio como o telefone? Quer dizer, e quando estou cara a cara com meu interlocutor? Vamos pensar. Neste caso, não é o ar que conduz as ondas sonoras, ou seja, não é ele o canal transmissor da mensagem? Pois bem. Você sempre pode perguntar alguma coisa como “Você está me ouvindo?”, ainda que não esteja usando um instrumento como o telefone, uma vez que sempre pode haver algum obstáculo que atrapalhe a comunicação, como um barulho qualquer no ambiente.



Então:
orientação centrada no CONTATO → FUNÇÃO FÁTICA

Acabaram-se as funções da linguagem? Vamos ver: para que a comunicação da mensagem seja eficaz, é preciso contexto, código e contato entre remetente e destinatário. Hum... e a mensagem? Antes de tudo, temos um remetente que envia uma *mensagem* a um destinatário, não é mesmo? Qual deve ser a função da linguagem, quando ela se vira para a própria mensagem? Eis a função POÉTICA da linguagem.



Então:
orientação centrada no MENSAGEM → FUNÇÃO POÉTICA

Mas atenção! Não podemos nos confundir achando que a função poética da linguagem seja exclusiva dos textos literários. Leia o que diz Jakobson:

Essa função (a função poética) não pode ser estudada de maneira proveitosa desvinculada dos problemas gerais da linguagem e, por outro lado, o escrutínio da linguagem exige consideração minuciosa da sua função poética. Qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora (JAKOBSON, 1969, p. 128).

Quer isso dizer que a linguagem pode ter predominância da função poética mesmo que não se trate de um poema. No trava-línguas do início desta aula temos um bom exemplo. Não há ali uma beleza estética com a qual se possa experimentar um prazer estético. Porém, podemos verificar que aquela mensagem está voltada para ela própria, com seu uso de **ALITERAÇÕES** (repare o uso do fonema /p/ em “O peito do pé de Pedro é preto”), repetições etc.

O exemplo de função poética dado por Jakobson é um slogan político: “I like Ike” [ai laic aic, “eu gosto de Ike”]. Vemos que, nesse slogan, há rima, há **ASSONÂNCIA** – ou seja, elementos que mostram uma elaboração para que essa mensagem provoque certo efeito.

Está certo? Vimos então, com esses dois exemplos, que a função poética pode estar em textos que não poemas. E quanto aos poemas?

ALITERAÇÃO

Repetição de um som consonantal ao longo do poema ou da prosa, visando a um efeito estilístico (GOLDSTEIN, 2005, p. 50).

ASSONÂNCIA

Efeito estilístico conseguido com a repetição ritmada de uma mesma vogal tônica (Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0*).

Jakobson disse que não devemos “confinar a poesia à função poética”. Isso quer dizer que temos poemas em que há outra função predominante que não a poética. Na poesia épica, por exemplo, em que o foco é aquilo de que se fala (ou de quem se fala), a função predominante é a referencial; na lírica, em que a primeira pessoa sobressai, a função de linguagem predominante é a emotiva.

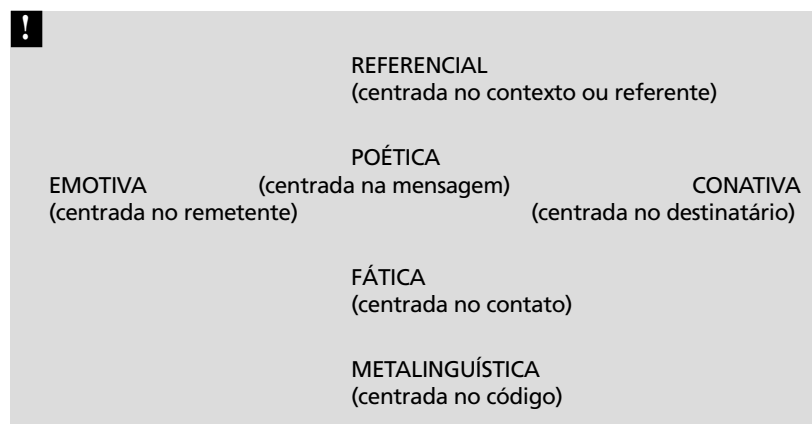
Para entendermos melhor a função poética, devemos recordar a relação sintagma e paradigma de Saussure (que tal rever a Aula 11?). Por quê? Porque a função poética está na maior atenção para a seleção que se faz das expressões linguísticas, bem como da *combinação* para sua articulação. Essa escolha, que se reflete no eixo sintagmático, revela a centralidade da própria mensagem, da maneira como ela é realizada. Afinal, como estamos observando, esse cuidado maior com a mensagem acaba por revelar-se nas aliterações, nas assonâncias, nos jogos de palavras, nas rimas e demais recursos estilísticos da linguagem.

Podemos notar, nos primeiros versos do poema de Paulo Henriques Britto, no início desta aula, repetições de sons e rimas. A presença desses recursos demonstra que essas palavras foram escolhidas de modo metódico para, nesse caso, criar o efeito estético que caracteriza o discurso poético. Ou seja, em função desses recursos, o eixo da combinação projeta-se sobre o da seleção, ficando também evidente na superfície da frase.

Essa ideia de pensar uma função da linguagem que tem a própria mensagem como fim foi, segundo Ilari, a grande novidade do quadro de Jakobson. Veja o que diz Ilari:

A grande novidade desse quadro era, evidentemente, a possibilidade de pensar num tipo de linguagem que retém a atenção dos interlocutores por suas próprias características. Essa possibilidade se harmoniza bem com a crença (que sempre foi muito forte em estética) de que a arte não pode ter finalidades práticas. Não admira, assim, que ela tenha dado origem a uma importante linha de análise das mensagens literárias, segundo a qual o texto poético não é aquele que nos interessa pelo assunto, mas sim aquele que nos atrai pelo tratamento que dá à linguagem, ou seja, por suas características de composição. Ideias como esta valeram a Jakobson um título de que ele se orgulhava, e que corresponde bem à maneira como é representado até hoje no Brasil: de ter sido o poeta da linguística e o linguista dos poetas (ILARI, 2007, p. 75-76).

Dadas essas funções correspondentes a cada elemento do ato comunicativo, Jakobson apresenta o seguinte esquema de funções da linguagem:



É preciso, neste momento, fazer uma observação muito importante: essas seis funções da linguagem são isoladas para fins de análise. Na prática, em geral, o que encontramos são textos que apresentam várias dessas funções, quiçá todas. O que há é uma hierarquia das funções, o que faz com que, num dado texto, encontremos uma função predominando sobre as demais.

Agora já podemos exercitar o que vimos.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

3. Explique o termo “código”, bem como sua importância no quadro da teoria das funções da linguagem de Jakobson.

4. O que quer dizer “função poética da linguagem”, segundo Jakobson?

RESPOSTA COMENTADA

1. O código é também fundamental para que a mensagem seja compartilhada entre remetente e destinatário. Afinal, é necessário que eles tenham o mesmo código comum, que falem a mesma língua, para que haja entendimento.

2. A função poética da linguagem é aquela em que a mensagem se volta para ela própria. Trata-se da grande novidade do quadro de Jakobson, que acabou por influenciar os estudos literários com uma nova chave de análise desses textos. Agora teríamos um critério outro que não o assunto com que o autor se ocupou para valorar os textos literários: o próprio tratamento, a escolha mesma que o autor fez para tratar determinado assunto.

CONCLUSÃO

Conforme já dissemos mais de uma vez, Jakobson costumava dizer que tudo que é linguístico lhe dizia respeito. Realmente, ele tratou de vários campos dos estudos da linguagem, desde a fonologia até a afasia, daí passando pelos estudos literários, tradutórios etc. O mais impressionante ainda é o quanto todos esses campos de interesse aparecem, na obra de Jakobson, de maneira coerente. Se formos observar mais de perto, constataremos um encadeamento surpreendente entre suas conclusões sobre fonologia, aquisição da linguagem e patologias linguísticas, por exemplo. Você se lembra da aula de Fonética (Aula 12) em que vimos, inicialmente, que Jakobson distinguia os fonemas (assim como seu companheiro de exílio, Troubetzkoy) por meio de traços articulatórios. Todavia, ao se mudar para os Estados Unidos, Jakobson passa a se interessar pelas propriedades acústicas dos sons, influenciado pelos estudos da área de telefonia. Foi assim, com a mais alta tecnologia de então, que Jakobson e Troubetzkoy conseguiram dissecar as diferenças entre os fonemas como consequência de combinações de traços mínimos, binários (como + surdo, + sonoro etc.). A partir daí, passou-se a considerar um nível de análise ainda abaixo daquele dos fonemas: os *traços distintivos*. Daí a ideia de que a língua se organiza em graus de complexidade, em que um nível mais básico se organiza para formar unidades de um nível superior – e assim sucessivamente. O que isso tem a ver com aquisição da linguagem e afasia? Vejamos o que nos diz Ilari:

Coube ao próprio Jakobson mostrar que a fonologia acústica não era apenas uma representação útil para os fins ‘técnicos’ que haviam levado à sua descoberta; ele mostrou, com efeito, que a assimilação progressiva dos traços permite reconstituir as etapas que a criança percorre na aquisição da linguagem, assim como define a ordem em que se dá sua perda nos falantes acometidos de afasia. Ao fazê-lo, ele mostrou que no nível dos traços e dos fonemas funcionam alguns processos combinatórios que tiram partido de duas relações fundamentais: a contiguidade e a similaridade, as mesmas relações que, em outros níveis, garantem o funcionamento da gramática, e dão origem a figuras de linguagem fundamentais, da metáfora e da metonímia... Seria difícil imaginar uma concepção de linguagem mais coesa (ILARI, 2007, p. 74-75).

Assim, a grande revolução operada pela noção de traços (ou *feixes*) distintivos reverberou nos diversos campos de saber tratados por Jakobson. Em carta a Trubetzkoy, Jakobson mostra entusiasmo com a ideia do amigo de haver uma conexão constante e mútua entre tipos marcados e não marcados, e da possibilidade de esses traços extrapolar o campo da linguística:

Parece-me que sua importância vai muito além da linguística, alcançando a etnologia, a história da cultura, e mesmo correlações histórico-culturais como vida-morte, liberdade/não liberdade, pecado/virtude, feriados/dias de trabalho etc.

Jakobson ressaltava, então, a importância de se descobrir o elemento marcado “Por exemplo, Maiakovsky percebia a vida como elemento marcado realizável somente quando motivado; para ele, não era a morte, mas a vida que exigia motivação.”

A percepção de Jakobson é tão mais contundente quando se lembra que o poeta Maiakovsky se suicidou com um tiro no coração meses depois. E não só sobre isso Jakobson estava certo: a ideia de elementos marcados e não marcados foi seminal não apenas nos estudos linguísticos, mas migrou para outros ramos do conhecimento. De fato, as repercussões das ideias de Jakobson não são poucas, e ainda contemporaneamente suas influências podem ser sentidas na semiótica, na psicanálise, na antropologia, nos estudos literários, de aquisição da linguagem e de tradução.

Nesta última, é digno de nota sua solução para o problema criado por um estruturalismo *radicalizado*. Afinal, levando às últimas consequências a ideia de língua como sistemas fechados em si mesmos, poderíamos ter um falante preso inexoravelmente ao seu próprio código, o que levaria à impossibilidade de tradução de um sistema para outro, de um código para outro. Como resposta a esse impasse, Jakobson então afirma que:

- 1) Tudo pode ser expresso, em qualquer língua humana;
- 2) As línguas *não* se distinguem por aquilo que *podem* dizer, uma vez que todas as línguas podem dizer qualquer coisa;
- 3) As línguas se distinguem por aquilo que nos *obrigam* a dizer (por exemplo: o falante de inglês é obrigado a dizer se está diante de um *porco* (animal vivo, *pig*), ou se está diante de um prato de carne de porco (*porc*).

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

1) Diga qual é a função de linguagem predominante nos trechos a seguir Justifique sua escolha.

a)

O amor comeu meu nome, minha identidade, meu retrato. O amor comeu minha certidão de idade, minha genealogia, meu endereço. O amor comeu meus cartões de visita. O amor veio e comeu todos os papéis onde eu escrevera meu nome (MELO NETO, João Cabral. "Os três mal-amados". In: *Seria e antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997).

b) Beba Coca-Cola.

c) "STF deve liberar hoje aborto de fetos sem cérebro" (Fonte: <<http://oglobo.globo.com/>> Acessado em: 11 de abril de 2012).

d) "Linguagem (natural ou formalizada) que serve para descrever ou falar sobre uma outra linguagem, natural ou artificial" (Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0*).

e) "Alô, alô, marciano" (Rita Lee, disponível em: <<http://letras.terra.com.br/rita-lee/82879/>>).

f) UM LANCE DE DADOS

JAMAIS

MESMO QUANDO LANÇADO EM CIRCUNSTÂNCIAS

ETERNAS

DO FUNDO DE UM NAUFRÁGIO (...)

JAMAIS ABOLIRÁ (...)

FOSSE
êxito estelar

SERIA
pior
 não
 mais nem menos
 indiferentemente mas tanto quanto (...)

O ACASO (...)

vigiando
 duvidando
 rolando
 brilhando e meditando
 antes de se deter
 em algum ponto último que o sagre

Todo Pensamento emite um Lance de Dados

Fonte: Stéphane Mallarmé. Tradução de Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos.

RESPOSTA COMENTADA

- a) A função predominante nesse poema em prosa de João Cabral de Melo Neto é a emotiva, uma vez que a mensagem é centrada no remetente.
- b) Nesta propaganda, a função predominante é a conativa. Afinal, temos aqui uma tentativa de interpelar o interlocutor, de influenciar seu comportamento – fazendo com que ele compre aquele produto. Note que, para garantir um efeito mais eficaz, o verbo está no modo imperativo.
- c) Nesta notícia do jornal O Globo, prevalece a função referencial de linguagem, pois há uma referência ao próprio contexto histórico, social em que vivemos.
- d) A função de linguagem predominante nesta definição de dicionário é a metalinguística, uma vez que a mensagem se centra no código usado.
- e) Nesse primeiro verso da canção de Rita Lee temos o predomínio da função fática da linguagem, pois testemunhamos o início do estabelecimento do início de um canal de comunicação.
- f) No poema de Mallarmé, temos um predomínio da função poética da linguagem, pois a mensagem se volta para a própria mensagem. Há, aqui, uma preocupação com a forma com que o conteúdo vai ser dito, fazendo com que não haja separação entre um e outro – ou seja: o poema é.

RESUMO

Em “Linguística e poética”, Jakobson encara o problema da poética (o que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte?) de um ponto de vista linguístico – ou, mais exatamente, a poética deve ser encarada, segundo ele, como parte integrante da linguística. Deste modo, Jakobson localiza a “função poética” dentre as demais “funções da linguagem”. Assimilando a intuição de Bühler, que antes dele já havia proposto uma análise funcional da linguagem em que se revelaria a função preponderante de uma mensagem linguística, Jakobson formulou seu conhecido quadro das funções da linguagem. Nele, como em Bühler, um remetente envia uma mensagem a um destinatário. Mas ele vai além e incrementa o quadro. Assim, para que o remetente tenha sucesso, sua mensagem deve estar inserida em um contexto, deve fazer uso de um código comum e, por fim, deve haver um canal, um contato entre remetente e destinatário estabelecido, podendo mesmo ser prolongado.

Claro está que em todo ato verbal todos esses elementos estão em jogo. Mas o que Jakobson ressalta é que “a estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante” (p.123). Dessa forma, se a mensagem é centrada no remetente, a função emotiva da linguagem é enfatizada, como é o caso da poesia lírica, em que o “eu lírico” predomina. Já se a mensagem se orientar para o destinatário, diz Jakobson que a ênfase recai então na função conativa da linguagem, cujos exemplos mais “puros” são o vocativo e o imperativo. Quando a mensagem tem por objetivo maior manter, estabelecer, prolongar o contato entre remetente e destinatário, temos então a ênfase da função fática da linguagem. Sempre que o discurso focaliza o código (seja explicando-o, seja verificando seu uso comum entre remetente e destinatário), temos a função metalinguística. É quando a predominância da mensagem é o contexto, isto é, informações sobre aquilo de que o remetente fala ao destinatário, a função preponderante da linguagem é a referencial.

Contudo, a grande inovação trazida por Jakobson foi ter formulado uma função da linguagem cuja mensagem se volta para ela própria. Trata-se da função poética da linguagem. Como o próprio Jakobson adverte, a função poética não se esgota na poesia nem a poesia está confinada a esta função – seu célebre exemplo de função poética foi um slogan político: “I like Ike”.

A notoriedade de Jakobson acabou por se valer dessa variedade de funções da linguagem. Até a formulação de seu modelo, a função informativa (a *referencial*, nos termos de Jakobson) era considerada pelo teórico da informação como a mais importante (às vezes até mesmo como a *única* função de linguagem). Com seu modelo, Jakobson mostrou como mesmo essa função referencial não poderia ser analisada sem que as demais funções fossem levadas em conta, demonstrando, assim, a importância de todas as funções da linguagem no ato comunicativo.

LEITURAS RECOMENDADAS

Se você quer ler mais textos de Jakobson, sugerimos a leitura de:

JAKOBSON, Roman. *Linguística, poética, cinema*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. "Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia". In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

E se você quiser entender mais sobre as funções da linguagem, leia:

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Linguística da enunciação: Benveniste

Ana Paula El-Jaick
Sílvia Maria de Sousa
Vanise Medeiros

AULA 22

Meta da aula

Conhecer as postulações de Benveniste sobre enunciação.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender o conceito de enunciação em Benveniste;
2. compreender a proposta de Benveniste ao estudo das categorias da enunciação.

Pré-requisito

Para aproveitar melhor esta aula, é recomendado que você leia: "O aparelho formal da enunciação", de Benveniste, in: *Problemas de linguística geral II*. Campinas; São Paulo: Pontes editores, 2006.

INTRODUÇÃO



Imagine a seguinte situação: o professor Paulo vai rotineiramente dar a sua aula no dia e hora marcados, quarta-feira, 14h, na turma 301. Ao chegar à sala de aula, percebe que não há nenhum aluno. Aguarda por meia hora e os alunos não aparecem. O professor, então, desiste de esperar, vai embora e deixa fixado na porta o seguinte bilhete:

“Estive aqui hoje e aguardei por meia hora. Como vocês não apareceram, fui embora!”

A historieta não termina por aqui, pois uma ventania derruba o bilhete que cai no chão do corredor e rola por alguns metros. O bilhete

só é encontrado por um outro professor, dois dias depois. Este lê o bilhete, mas como não o entende, joga-o na lixeira.

Bem... essa historinha sem muita graça serve para que pensemos em alguns detalhes relacionados à língua e a seu uso. Responda, por exemplo: por que o segundo professor não entende o conteúdo do bilhete?; quais informações ficaram faltando?; em que situação o bilhete seria entendido? Você, certamente, percebeu que apenas os alunos da turma 301, se tivessem lido o bilhete, às 14h30, saberiam que se tratava do professor Paulo, e que este estivera na sala da turma 301, aguardando por meia hora. Note que ao dizer “estive aqui”, o eu que fala não se identifica, pois precisamos saber a quem se refere este “eu”. O linguista Émile Benveniste vai propor um estudo da língua posta em funcionamento, tal qual ilustramos na anedota anterior. Para começar a compreender o interesse pelo funcionamento da língua, acompanhe atentamente esta aula.

A ENUNCIÇÃO

Lembra quando F. de Saussure afirmou que “A língua é forma e não substância”? Pois bem. Com essa ideia, criou um objeto para a linguística: a língua, vista como um sistema de signos linguísticos, em que cada um significa em relação a todos os outros. A língua assim entendida pode ser descrita a partir do momento que se consegue reconhecer as regras de seleção e combinação desses elementos do sistema. Tudo muito bonito, se a língua não fosse... surpreendente!

Émile Benveniste partiu da visão de Saussure sobre língua e constatou elementos que ficaram de fora na análise de nosso mestre genebrino. Dentre as muitas contribuições de Benveniste, vamos analisar nesta aula como ele atentou para o fato de que o sistema linguístico, proposto por Saussure, não considerava uma figura primordial para que ele funcionasse: o próprio *sujeito*, inserido num momento *histórico*, num *espaço* real, não abstrato.



Quem foi Émile Benveniste?

Émile Benveniste (1902-1976) foi um linguista francês. Ele iniciou seus estudos em linguística com Antoine Meillet, que havia sido aluno de Saussure. Benveniste, como Saussure, iniciou seus estudos linguísticos, desenvolvendo uma grande análise de gramática comparada das línguas indo-europeias. Mais tarde, Benveniste partiu do paradigma estabelecido por Saussure e seu estruturalismo para, então, expandi-lo.

A principal obra de Benveniste, publicada em dois volumes, intitula-se *Problèmes de linguistique générale* (Problemas de linguística geral). Trata-se de uma seleção de vários artigos escritos por Benveniste (de forma acessível ao público leigo) ao longo de vinte e cinco anos. Sendo assim, em *Problemas de linguística geral*, Benveniste trata de vários assuntos, como a distinção entre linguagem humana e animal (analisando o caso mais específico da linguagem das abelhas) e, talvez, sua mais importante contribuição para os estudos da linguagem: sua noção de *enunciação*.

Fonte: Adaptado de < http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile_Benveniste>.

Benveniste chama atenção para a necessidade de se fazer uma distinção entre “as condições de emprego das formas” e “as condições de emprego da língua”, pois tal distinção é importante na medida em que “implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (BENVENISTE, 2006, p. 81).

DISCURSO

“É a linguagem posta em ação, a língua assumida pelo falante” (DUBOIS, 1973, p. 192)

Você deve se lembrar de que uma das mais importantes afirmações de Saussure é que é o ponto de vista que cria o objeto. Pois é isso também que Benveniste está dizendo, quando propõe que é preciso atentar para as condições de emprego da língua e não apenas de suas formas, como um sistema abstrato que desconsidera o sujeito falante. Com isso, Benveniste mostra-nos outra maneira de ver o mesmo fenômeno, ou seja, é uma outra maneira de *descrever e interpretar* a linguagem humana.

A partir das formulações de Benveniste, podemos dizer que a linguística inaugura uma *teoria do DISCURSO*.

Segundo Fiorin, há duas teses centrais para qualquer teoria do discurso:

- a) o discurso, embora obedeça às coerções da estrutura, é da ordem do acontecimento, isto é, da História;
- b) não há acontecimento fora dos quadros do tempo, do espaço e da pessoa.

(FIORIN, J. L. 2001, p. 15)

Isso quer dizer que, ainda que não se esteja negando que há uma estrutura linguística, uma língua que seus falantes compartilham, o discurso é um acontecimento – e, sendo assim, só pode ocorrer num dado momento da história. Consequência disso é que o discurso, assim entendido como acontecimento, desestabiliza aquela estrutura que parecia tão sólida, aquela estrutura ideal, perfeita. O discurso cria efeitos de sentido que não aquele colado a um significante.

Outra consequência disso você já pode imaginar: ora, se estamos dizendo que o discurso vai além do significado colado ao significante, então é imprescindível que se investigue o contexto histórico, o espaço e os atores envolvidos no processo discursivo, para que se entenda a linguagem como discurso.

Benveniste está, então, mostrando como é bem diferente ver a língua em seu emprego mesmo, e não como um sistema abstrato de signos linguísticos que se determinam entre si. Ver a língua sob esse novo aspecto acaba por afetá-la em sua inteireza. É por afetá-la completamente, é por criar um outro objeto, a partir de um outro ponto de vista, que Benveniste propõe um outro conceito: *a enunciação*.

O conceito de enunciação foi trabalhado por alguns teóricos, dentre eles Benveniste. E mesmo por Benveniste, esse conceito ganhou algumas versões, visto que ele trabalhou com ela por cerca de 40 anos de reflexão. A primeira definição (e, certamente, uma das mais importantes definições) de Benveniste para o que vem a ser enunciação é esta: “A enunciação é



este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82).

Assim, Benveniste entende que a língua não é um sistema que existe fora das práticas humanas. A língua, entendida como enunciação, só pode ser analisada em seu *uso*. Note que Benveniste desloca o conceito de língua de Saussure. Antes de tudo, é necessário haver sujeitos (um *eu* que enuncia e um *tu* enunciatário). Esses sujeitos não existem num vácuo, mas numa dada situação (no espaço e no tempo).



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1203614>



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/550797>

Os sujeitos envolvidos num ato enunciativo, então, apropriam-se da língua e a atualizam, usando-a. Apropriar-se da língua significa dizer que, ao enunciar, o sujeito seleciona os signos linguísticos dentre uma gama possível de signos. Atualizar a língua é exprimir alguma coisa que deve ser compreensível a ambos, o *eu* que enuncia e o *tu* para quem se enuncia, naquela situação, naquele tempo em que se encontram.



Ter como objeto de estudo a enunciação significa dizer que se vai analisar o *enunciado*, com todos esses elementos que aí estão implicados:

- O eu que enuncia a enunciadador.
- O tu para quem se enuncia a enunciatário.
- Espaço, lugar e tempo em que esses sujeitos (enunciador/ enunciatário) estão inseridos.

Conforme foi dito, essa é uma das mais importantes definições de enunciação formulada por Benveniste. Se ela não é a única é porque se trata de tema por demais complexo, em que essa única formulação é insuficiente para dar conta de todas as minúcias de seus aspectos. Isso também implica que não há apenas um sentido para *enunciação* na obra de Benveniste. Trata-se de um conceito que recorre em várias passagens de *Problemas de linguística geral*, sempre se *ressignificando*, isto é, ganhando outros sentidos. Como dissemos, Benveniste trabalhou com a ideia de enunciação por mais de quatro décadas – assim, ressignificar esse conceito não deve ser entendido como uma fraqueza, mas como um espírito científico que está sempre questionando sua própria análise.

Você pode estar pensando, a esta altura, que Benveniste está simplesmente trocando uma palavra por outra, isto é, que aquilo que Saussure chamava de *fala*, Benveniste agora chama de *enunciação*. Mas atenção! Não é disso que se trata.

A fala, para Saussure, nada mais é do que a atualização do sistema, da *langue*. Saussure anuncia aquilo que Benveniste radicaliza: as implicações de se pensar a atualização, o acontecimento dessa fala. É disso que estamos

tratando, ao falarmos de enunciação: as condições específicas da enunciação – como o locutor mobiliza a língua, quer dizer, como sua relação com a língua vai determinar suas escolhas linguísticas.



Vamos radicalizar essa ideia? Dizemos que a enunciação é da ordem do acontecimento. Então: temos dois acontecimentos idênticos? Temos dois fatos históricos idênticos? Não, não é verdade. Uma vez que a enunciação é da ordem do acontecimento, é essencialmente histórica; logo, uma enunciação nunca é reproduzida de forma idêntica – assim, a própria “repetição”

de um texto nunca será igual, pois a cada vez que falamos, escrevemos ou lemos produzimos novos enunciados.

Você já fez uma atividade em que leu uma passagem do escritor argentino Jorge Luis Borges (Aula 18).

Pois Borges tem um famoso conto chamado “Pierre Menard, autor do Quixote” (BORGES, 1998, p. 490-498) em que podemos discutir exatamente como a repetição já é, na verdade, um novo ato discursivo. Na história de Borges, Pierre Menard é um personagem que deseja escrever o Dom Quixote, de Cervantes, exatamente como este havia escrito séculos antes. Contudo, o que o leitor vai percebendo, a partir da ironia fina de Borges, é que escrever Dom Quixote, séculos depois de Cervantes, já faz do Quixote um outro livro – para começo de conversa, a escolha linguística é, agora, arcaica. Não é verdade?

Foi muita informação de uma vez só? Vamos, então, fazer uma paradinha para uma atividade? Vamos lá!

**ATIVIDADE****Atende ao Objetivo 1**

1. Faça uma distinção entre a *fala* saussuriana e a *enunciação* de Benveniste.

RESPOSTA COMENTADA

Conforme vimos no início de nosso curso, Ferdinand de Saussure é considerado o “pai” da linguística, pois foi ele quem instituiu a linguística como ciência. Ele fez isso, delimitando um objeto de estudos para essa ciência: a língua (langue). Para delimitar esse objeto, Saussure teve de operar um gesto de abstração na linguagem verbal, tirando dela tudo o que é acidental, heterogêneo, mutável: a fala (parole). A fala, então, para Saussure, corresponde a tudo aquilo que fica de fora numa análise linguística, pois está no campo do individual – logo, não pode ser objeto de uma ciência.

Por outro lado, quando falamos de enunciação, nos termos de Benveniste, já partimos de um ponto de vista bastante diferente sobre o que é a linguagem verbal. Assim, vários elementos que ficaram de fora da análise estrutural saussuriana, agora são levados em consideração. A língua, entendida nos termos de Benveniste, não é uma estrutura abstrata, mas uma realização, um acontecimento. A língua só existe quando emitida por um sujeito enunciador. Esse sujeito tampouco é uma abstração: ele é um sujeito, inserido num determinado momento histórico, num determinado espaço físico.

A ENUNCIACÃO – PARTE II

A partir das postulações de Benveniste, percebemos que cada enunciação é *única*, posto que cada *acontecimento* o é. Além disso, também temos de observar que, num ato enunciativo, concorrem vários fatores. Benveniste destaca três:



(i) A realização vocal da língua: são os sons da fala, do âmbito da fonética (lembra das Aulas 12, 13 e 14?). Afinal, todo ato enunciativo é um ato acústico. Mesmo neste caso, sabemos que cada som é sempre diferente do outro, mesmo quando um mesmo sujeito os emite. Mais uma vez, é sempre um *acontecimento* diferente, de que nos apropriamos senão por uma abstração que fazemos para igualar sons que são diferentes, produzidos em situações e tempos diferentes;

(ii) O mecanismo da produção do ato enunciativo. Nas palavras de Benveniste, a questão aqui (complicada e pouco estudada) “é ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Trata-se, de fato, de matéria bastante complexa: como separar significado de palavra e como entender a relação entre esses fenômenos? Tocamos aqui na questão do significado – questão essa que é sempre um problema para a análise linguística, devido à sua resistência a uma domesticação eterna;

(iii) A enunciação em sua realização. É este último aspecto que interessa a Benveniste. Ele passa, então, a mostrar o que é da ordem do acidental, ou seja, o que é dependente do idioma ou do acaso, e o que é da ordem do necessário, isto é, aqueles caracteres que independem da situação de fala.

Diz Benveniste, então, que:

Na enunciação, consideraremos sucessivamente o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (BENVENISTE, 2006, p. 83-84).

O ato da enunciação, como acontecimento que é, só pode se dar numa dada situação, por um sujeito enunciativo. Sem esse sujeito, não há enunciação, mas tão somente uma “possibilidade” de enunciação – isso

quer dizer que há a língua, o sistema do português, por exemplo, mas ele não está sendo *usado*. Só um sujeito pode atualizar essa *língua latente*.

Daí Benveniste falar em *apropriação* por parte do enunciador – há uma apropriação tanto de procedimentos da ordem do accidental, quanto de procedimentos da ordem do necessário.

Contudo, Benveniste não para por aí. Ele mostra como que, ao se apropriar da língua, o locutor, ao mesmo tempo, institui um *outro*. O que Benveniste está nos chamando à atenção aqui é o fato de que o uso da linguagem já pressupõe alteridade – isso quer dizer que toda enunciação já reconhece a existência de um outro, de um **ALOCUTÁRIO**.

A afirmação de Benveniste de que, ao enunciar, o *eu* que fala pressupõe um *tu* com quem se fala pode parecer, à primeira vista, uma afirmação bastante trivial. Entretanto, Benveniste foi seminal nos estudos da linguagem, que simplesmente desconsideravam os sujeitos do processo enunciativo. Para sistematizar essas noções, veja o quadro:

ALOCUTÁRIO

Aquele para quem as palavras do locutor são dirigidas

Fonte: FLORES, 2009, p. 47.



Enunciação

- Ato de enunciar.
- Está ligada ao acontecimento.
- Põe a língua em funcionamento.
- Relaciona-se com a cena enunciativa.

Vejamos, mais uma vez, o que diz Benveniste:

EU

Esta descrição um pouco abstrata se aplica a um fenômeno linguístico familiar no uso, mas cuja análise teórica está apenas começando. É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Você já havia parado para pensar nisto? Como nós só nos tornamos sujeito na/pela linguagem? Afinal, como é que me afirmo *eu*? Cada enunciação é já um ato, um lance num jogo, certo? Você considerar a linguagem como um ato é você entender que é neste ato que a linguagem se faz *ser*. Este ato enunciativo, então, é um ato criador:

ele também cria o próprio sujeito que o proferiu. Igualmente, o outro também é reconhecido por nós na/pela linguagem, independentemente de se tratar de um *tu* seja “real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 2006, p. 87). Assim, a enunciação pressupõe:



O eu que enuncia → locutor;
O tu para quem se enuncia → alocutário.

A língua possui marcas linguísticas que remetem à enunciação, como *eu*, *ele*, *lá*, *aquele* (você se lembra da historinha contada na introdução desta aula?). Essas expressões linguísticas são chamadas *dêíticas* (como também *este*, *aqui* etc.), pois apontam para um objeto ou ser no mesmo momento de sua enunciação.

Assim, na frase “Este é o meu sobrinho”, *este* está *apontando* para um determinado ser. E é neste momento da enunciação que *este* ganha sentido. Afinal, em outro ato enunciativo, *este* apontará para outro ser (ou objeto).

Essas instâncias linguísticas você conhecia por nomes como “pronomes pessoais” (o caso do *eu* e do *tu*) e como “demonstrativos” (as expressões dêíticas). A *sacada* de Benveniste é ter visto essas instâncias como “indivíduos linguísticos”, na medida em que remetem a “indivíduos” (tanto pessoas como lugares etc.) dados à luz pela enunciação de um indivíduo. E mais: como uma repetição nunca é mera repetição, eles são *recriados* a cada nova enunciação.

Além das pessoas e dos dêíticos, Benveniste cita as formas temporais como criaturas de um locutor, que produz uma enunciação. São os “tempos verbais” – em que a forma *presente* é aquela do momento da enunciação mesma. Voltemo-nos ao que diz Benveniste acerca disso:

Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua *necessidade*, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O

presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente (BENVENISTE, 2006, p. 85).

E sobre isso? Você já havia parado para pensar como também o tempo é constituído na/pela linguagem? Só quando dizemos do agora é que o *agora* se atualiza. Percebe a radicalidade do pensamento de Benveniste? Ele está nos dizendo que é a enunciação que dá existência a essa classe de signos (*eu, tu, aqui, agora* etc.).

Objetividade e subjetividade nos textos

O exame das categorias da enunciação ajuda a detectar os sentidos, produzidos nos textos. Compare os dois textos seguintes:

1) “As eleições de hoje na França e na Grécia mudarão a agenda europeia (...). Na França, tanto a socialista Hollande como o presidente Sarkozy defendem o crescimento ao lado da austeridade”
(*Folha de S. Paulo*, Domingo, 6 de maio de 2012).

2) “Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
Mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.”
(Carlos Drummond de Andrade. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 243).

Note que no texto 1 aparece um espaço do lá, distante do espaço da enunciação (aqui da publicação), e emprega-se a 3ª pessoa. Com isso, a notícia cria o efeito de objetividade, para demonstrar que trata de fatos concretos e reais. Já no texto 2, emprega-se a 1ª pessoa (eu) que fala de suas impressões pessoais e subjetivas sobre o uso cotidiano das palavras. Os efeitos de sentido construídos nos textos e no discurso serão objeto das chamadas teorias do Texto e do Discurso. Essa conversa fica, entretanto, para a Linguística III.

Benveniste passa, então, a distinguir as entidades criadas na enunciação, através dela, daquelas entidades que têm sua existência independentes do ato enunciativo. Mas o que ele quer dizer exatamente com isso? Que há algumas palavras que criam mundos e outras que não?

Vejamos, pois não é exatamente isso. O que ele está querendo dizer é que essas entidades já existem na língua (já existem *eu*, *tu*, *aquele*, *amanhã* etc.). O que acontece é que, na enunciação, essas entidades são produzidas, são criadas (o *eu*, *tu*, *aquele*, *amanhã* etc. são atualizados, sempre diferentes em cada enunciação).



Lembra a historinha do início desta aula? Pois bem: ainda que o *eu* já exista em nossa língua (e, por isso, o bilhete pôde ser lido pelo professor que o encontrou dois dias depois), ele só se atualiza no ato da enunciação (é por isso que, como o bilhete se perdeu, ele não pôde ser devidamente interpretado por quem o achou).

A partir do pensamento original de Benveniste, os estudos da linguagem passam a observar e descrever as categorias da enunciação, que podem ser assim sistematizadas:



Categoria de Pessoa

Locutor – indivíduo que profere a enunciação (*eu*). Necessário para haver enunciação;

Alocutário – o outro para quem o locutor enuncia (*tu*). Pressuposto pela própria linguagem.

Se ainda nos lembrarmos de nossa historinha, o locutor é o professor Paulo. Foi ele o *eu* que proferiu a enunciação. O alocutário, neste caso, foi um *tu* real e coletivo, uma vez que Paulo dirigia-se a todos os seus alunos da turma 301.

Categoria de Tempo

Tempo do agora: hoje, neste momento;

Tempo passado: há meia hora, ontem, quando cheguei;

Tempo Futuro: amanhã, depois desta aula, chegará etc.

Categoria de Espaço

Aqui; nesta sala; no Rio de Janeiro etc.

O exame das categorias da enunciação, portanto, abre diversos desafios a serem enfrentados pelos estudos linguísticos. Obviamente, a questão da enunciação não se esgota por aqui. Há muito, ainda, a ser trabalhado e explorado.

Antes de terminarmos, que tal mais uma atividade?

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

1. Complete as lacunas:

- A língua, entendida nos termos de Saussure como um sistema de signos linguísticos, antes de qualquer enunciação, só pode ser entendida como _____ de língua, para Benveniste.
- O discurso é da ordem da história, isto é, do _____.
- Sem um _____ enunciativo não há enunciação – apenas uma “possibilidade” de enunciação.
- Ao enunciar, o sujeito se _____ da língua.
- O termo _____ denota o sujeito enunciativo.
- _____ é aquele que profere a enunciação.
- O termo _____ denota o sujeito para quem o ato enunciativo se dirige.
- _____ é para quem o locutor enuncia.
- Benveniste vê aquilo que conhecemos por “pronomes pessoais” e “demonstrativos” como _____.
- Segundo Benveniste, também a _____ é produzida na e pela enunciação.

RESPOSTA COMENTADA

- A língua, entendida nos termos de Saussure como um sistema de signos linguísticos, antes de qualquer enunciação, só pode ser entendida como possibilidade de língua, para Benveniste.
- O discurso é da ordem da história, isto é, do acontecimento.
- Sem um sujeito enunciativo não há enunciação – apenas uma “possibilidade” de enunciação.
- Ao enunciar, o sujeito se apropria da língua.
- O termo eu denota o sujeito enunciativo.
- Locutor é aquele que profere a enunciação.
- O termo tu denota o sujeito para quem o ato enunciativo se dirige.
- Alocutário é para quem o locutor enuncia.
- Benveniste vê aquilo que conhecemos por “pronomes pessoais” e “demonstrativos” como “indivíduos linguísticos”.
- Segundo Benveniste, também a temporalidade é produzida na e pela enunciação.

CONCLUSÃO

Vimos nesta aula alguns aspectos de um dos conceitos mais importantes que Benveniste legou-nos: a *enunciação*. Porém, dada a riqueza e complexidade do tema, nós abordamos alguns pontos dessa questão. O próprio Benveniste, no final do capítulo “O aparelho formal da enunciação”, vislumbrou várias possibilidades em que esse conceito, tão grávido de possibilidades, poderia se desenvolver. Diz ele que:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, 2006, p. 90).

Assim, o que vimos aqui é um fio a ser desenrolado, a ser investigado de maneira mais profunda pelos linguistas futuros – como você! Benveniste percebeu o quanto sua percepção sobre a língua é prolífica, o quanto essa visão de linguagem pode ser desdobrada em outras análises linguísticas.

Nesta aula – que é a última de um curso introdutório – esperamos que muito mais que simples respostas, você saia munido de perguntas e curiosidades (lembra da Aula 1?). Aliás, fazer perguntas, desconfiar, não se contentar com respostas simples, investigar são tarefas que agradam, e muito, aos cientistas; logo, não poderia ser diferente com os linguistas. Assim como a questão da enunciação não termina por aqui, todos os conteúdos introduzidos neste curso merecem ser aprofundados, revistos, explorados! Desejamos a você, então, ótimos cursos de Linguística II e III.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

Na música “Na massa”, há um verso de Arnaldo Antunes em que este diz: “Todo mundo é eu” (se quiser ler a letra/ ver o vídeo, aqui está o link: <http://letras.terra.com.br/arnaldo-antunes/66754/>).

Explique esse verso a partir da ideia de enunciação em Benveniste.

RESPOSTA COMENTADA

Para Benveniste, a enunciação é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Isso quer dizer que Benveniste trouxe de volta a língua abstrata de Saussure para a ordem da história, do acontecimento. Afinal, não há linguagem verbal sem um sujeito enunciador que se aproprie dela. Sem esse locutor, a língua é tão somente possibilidade de língua. Sem um eu que enuncie, há essa entidade eu abstrata. Contudo, é apenas na e pela enunciação que o eu se individualiza, que o eu é instanciado. Afinal, esse “pronome pessoal” é um “indivíduo linguístico” que só ganha sentido na enunciação – dando significado a cada um que diga eu.



Para saber um pouco mais sobre enunciação, assista a este vídeo com a aula do grande linguista e professor José Luiz Fiorin: <http://www.youtube.com/watch?v=0FmN3h6GM80>

Nesta aula, vimos como Benveniste apontou que o objeto da linguística, tal como proposto por Saussure, só poderia ser entendido abstratamente, sem um sujeito falante que o usasse.

Apesar de Benveniste ter se norteado, como linguista, pelo ideário estruturalista proposto por Saussure, ele discordou da abstração produzida pela perspectiva saussuriana, em que todas as dicotomias para caracterizar a linguagem (significado/significante; língua/fala; sincronia/diacronia; sintagmático/paradigmático) só têm validade dentro de um sistema independente de subjetividade.

Benveniste então questiona a ideia de uma língua sem sujeito – e de um sujeito sem língua. Conforme vimos, ele afirma em certa altura que: “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). O sujeito, então, é uma condição necessária para a enunciação.

Sem o locutor – o sujeito que enuncia – não há língua, mas, apenas, *possibilidade* de língua. O sujeito (*eu*), então, apropria-se da língua e produz-se na/pela linguagem verbal. Como não há língua de um só, no momento em que o locutor apropria-se da língua e enuncia, ele já pressupõe o outro – o alocutário (*tu*) – para quem fala.

Além disso, conforme vimos, não são somente essas entidades linguísticas (a que chamamos de “pronomes pessoais”) que produzem significado no ato enunciativo. As expressões linguísticas, chamadas *dêíticas* (*este, aqui, agora* etc.), e também os “tempos verbais” são “indivíduos linguísticos” que só serão recobertos de significado em ato, isto é, no momento da enunciação.

Linguística I

Referências

Aula 12

ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Fonologia e fonética. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (Org.). *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

CÂMARA JUNIOR, Mattoso. Os estudos fonológicos de Roman Jakobson. In: JAKOBSON, Roman. *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

CÂMARA JUNIOR, Mattoso. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975.

JAKOBSON, Roman. *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Olhar, escutar, ler*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

TRUBETZKOY, Nikolay. A fonologia atual. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fonologia e sintaxe*. Campinas: Unicamp, 1981.

Aula 13

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARA JUNIOR, J. Mattoso, *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

DICIONÁRIO Larousse francês-português, português-francês. Lisboa: Didática, 1997.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MELODIA, Luiz. Disponível em: <<http://www.luizmelodia.com.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

MELODIA, Luiz. Estácio, Holly Estácio. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/luiz-melodia/47111/>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

SANTOS, Raquel Santana; SOUZA, Paulo Chagas de. Fonética. In: FIORIN (Org.). *Introdução à linguística II*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-31.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.

Aula 14

ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Fonologia e fonética. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (Org.). *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DASCAL, Marcelo (Org.). *Fonologia e sintaxe*. Campinas: Unicamp, 1981.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Fonética, fonologia e ortografia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LAROUSSE, *Dicionário de francês-português, português-francês*. Lisboa: Didática, 1997.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

LYONS, John. *Língua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1964.

MORI, Angel Corbera. A fonologia. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

ROBINS, Robert Henry. *Linguística geral*. Rio de Janeiro: Globo, 1981.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Paulo Chagas de; SANTOS, Raquel Santana. Fonologia. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística II: princípios e análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

Aula 15

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 10-17.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

ILARI, Rodolfo. “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Cristinha. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTELOTTA, Mário (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

Aula 16

BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. *História da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COELHO, Eduardo Prado. Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. In: *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

COTRIM, Márcio. Cantar a capela: a origem da expressão popular que indica a interpretação musical entoativa e sem instrumentos. *Revista Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=12369>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

DUBOIS, Jean *et al*. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

GUERREIRO, Roberta Elisa Ribeiro. Merenda escolar Nutri em ação 2011. Disponível em: <<http://nutriemacao.blogspot.com/2011/03/merenda-escolar.html>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

KHEDI, Walter. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1990,

LYONS, John. Os bloomfieldianos. In: _____. *As idéias de Chomsky*. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. Algumas escolas e movimentos modernos. In: _____. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 1987. p. 203-207.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *Joaquim Mattoso Câmara Júnior: os estudos e a carreira de Mattoso Câmara*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/homenageado.htm>>. Acesso em: 21 out. 2011.

Aula 17

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. Campinas: Pontes, 2008, 16ª ed.

BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUCROT e TODOROV. *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

GREIMAS e COURTÉS. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. RJ: Jorge Zahar, 1989.

LEPSCHY, Giulio C. 1966 *A linguística estrutural*. São Paulo: Perspectiva, 1966.

LYONS, John. *As ideias de Chomsky*. São Paulo: Cultrix. Edusp, 1970.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

Aula 18

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas de Jorge Luis Borges*. Vol 2. São Paulo: Globo, 1999.

CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e Fonética*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1988.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. Prefácio de Eduardo Peñuela Cañizal. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio: Zahar Editora, 1982.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. RJ: Jorge Zahar Editora, 2009.

SAPIR, E. *Linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, s/d, coleção estudos.

Aula 19

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CÂMARA Jr., M. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FIORIN, J. L. “Teoria dos signos”. In: *Introdução à linguística*. 5ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

FROMKIN e RODMAN. “Da boca dos bebês: aquisição da língua pela criança”. In: *Introdução à linguagem*. Tradução de Isabel Casanova. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

ILARI, Rodolfo. “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”. In: MUSSALIM e BENTES (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. 3ª ed. revisada e ampliada. Campinas, SP: Pontes, Juiz de Fora, MG: UFJF, 2003.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. Prefácio de Eduardo Peñuela Cañizal. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

SILVA, Maria Cecília Pérez e KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SIMÕES, Darcilia. *Mattoso Câmara e o avanço dos estudos linguísticos no Brasil*. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/revista/38sup/06.html>>, Último acesso em: 15 fev. 2012. (Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Língua Portuguesa, na UERJ, em jul. 2004).

TREVISAN, Dalton. *111 ais*. L&PM, 2000.

Aula 20

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FIORIN, J. L. “Teoria dos signos”. In: *Introdução à linguística*. 5ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: perspectiva, 2006.

ILARI, Rodolfo. “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”. In: MUSSALIM e BENTES (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. Prefácio de Eduardo Peñuela Cañizal. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

Aula 21

BARROS, Diana L. P. de. “A comunicação humana”. In: FIORIN, J.L. (Org.) *Introdução à linguística*. 5ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

BRITTO, Paulo Henriques. *Formas do nada*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons, ritmos*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

ILARI, Rodolfo. “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”. In: MUSSALIM, F., BENTES, A.C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, volume 3. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTELLOTA, Mário Eduardo. “Funções da linguagem”. In: *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

Aula 22

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2006.

_____. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Nery. Revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas de Jorge Luis Borges*. Vol 1. São Paulo: Globo, 1998.

FIORIN, J.L. *As astúcias da enunciação*. As categorias de pessoa, espaço e tempo. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2001.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.